



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 18 dias do mês de dezembro do ano de 2023, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (20`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (15`):

- a) Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1º Semestre de 2023 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- b) Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 3º Trimestre de 2023, da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.
- c) Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1.º semestre de 2023, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Três (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da revisão dos estatutos da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

Ponto Quatro (20`):

- a) Proposta da Câmara Municipal para concessão de redução de 30% do pagamento do IMI para os titulares do cartão humanitário, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro).
- b) Proposta da Câmara Municipal para aprovação da fixação das taxas de IMI para o ano de 2023 (a receber em 2024), para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 2º regimento da Assembleia Municipal.

- c) Proposta da Câmara Municipal para aprovação da fixação da taxa de derrama para 2024 em 0%, para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com a alínea d) n.º 1 do artigo 2.º do regimento da Assembleia Municipal.
- d) Proposta da Câmara Municipal para aprovação da taxa municipal de direitos de passagem, fixando o seu percentual em 0,25%, e correspondente lançamento, a aplicar no ano de 2024, para os efeitos previstos na alínea b) n.º 1 do artigo 2.º do regimento da Assembleia Municipal.
- e) Proposta da Câmara Municipal para aprovação da percentagem de 4,50% na participação no IRS do ano 2024, para os efeitos previstos na alínea b) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Cinco (20`):

Proposta da Câmara Municipal para alteração dos tarifários dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos no ano 2024.

Ponto Seis (20`):

Proposta da Câmara Municipal para análise e votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para vigorar no ano de 2024, bem como reorganização dos serviços municipais, estrutura e competências, e respetivo regulamento e organograma, para o exercício de 2024, conforme o Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro com as especificações implícitas da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 2º do regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Sete (15`):

- a) Proposta da Câmara Municipal para celebração de protocolo para atribuição de subsídio com as Juntas de Freguesia de Sobradelo da Goma e Taíde, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- b) Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos e/ou de atribuição de subsídios, entre a câmara municipal e as juntas de freguesia do concelho, para atribuição de apoios financeiros, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- c) Proposta da Câmara Municipal para aditamento ao contrato de atribuição de subsídio, celebrado com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Calvos e Frades.

Ponto Oito (15`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse municipal de projeto de instalação de parque de campismo e caravanismo, para os efeitos previstos no DL n.º 73/2009, de 31 de março, conjugado com a Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Nove (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Investidor e à Criação de Emprego.

Ponto Dez (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização da StartUp Póvoa.

Ponto Onze (15`):

Proposta da Câmara Municipal para alteração do fim do equipamento destinado a Campo de Futebol, para equipamento destinado à prática desportiva, na parcela denominada “Bouça do Areal”, sita na freguesia de campo, doada pela Câmara Municipal à União de Freguesias de Campos e Louredo.

Ponto Doze (20`):

Proposta da Câmara Municipal para pedido de autorização prévia adstrita aos investimentos relativos a requalificação de arruamentos no Concelho, no valor de até 2.700.000,00 € (dois milhões e setecentos mil euros), ampliação de redes de saneamento no Concelho (2ª fase), no valor de até 535.000,00 € (quinhentos e trinta e cinco mil euros), requalificação de infraestruturas desportivas e recreativas municipais, no valor de até 360.000,00 € (trezentos e sessenta mil euros) e aquisição de terrenos, no valor de até 500.000,00 € (quinhentos mil euros).

Ponto Treze (15`):

Proposta da Câmara Municipal para autorização de assunção de compromisso plurianual, no montante de 137.760,00€ (cento e trinta e sete mil setecentos e sessenta euros), para aquisição de um mini-autocarro, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Ponto Catorze (15`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento da prescrição e incobrabilidade das dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2015 e anulação contabilística de todas as dívidas.

Ponto Quinze (40`):

Proposta da Câmara para aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, bem como das correspondentes normas de execução orçamental, conforme dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do regimento da Assembleia Municipal.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Joaquim Armando da Silva Fernandes; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Pedro Vale da Silva; Clarisse Cardoso de Matos; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Maria da Glória Rodrigues Matos Couto.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Sérgio Matias de Sousa Reis; José Vítor Lopes Martins; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; João Carlos Oliveira; Rita Catarina Branco Teixeira e Carlos Manuel da Costa Gaspar.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; Paulo Jorge Fernandes Coimbra do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque; Alexandre Manuel Coimbra Peixoto e Pedro José da Silva Baptista.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes e começou por colocar à votação a aprovação da ata da sessão da Assembleia Municipal de 14 e 15 de setembro de 2023, informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Informou que

a Mesa recebeu um pedido de voto de pesar, subscrito por todas as bancadas, pelo falecimento de José Agostinho Montenegro Gomes, antigo Presidente de Junta de Freguesia de Galegos, e concedeu a palavra ao deputado do Grupo Parlamentar (GP) do PS, Filipe Silva, para leitura do voto de pesar.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de pesar pelo falecimento de José Agostinho Montenegro Gomes

José Agostinho Montenegro Gomes, presidiu à junta de freguesia de Galegos, eleito pelo Partido Socialista, no período compreendido entre 2001 e 2009.

José Agostinho Montenegro Gomes, deixou uma imagem de respeito pela forma empenhada como sempre defendeu os interesses da freguesia onde viveu grande parte da sua vida, e onde constituiu a sua família.

Autarca por todos reconhecido como alguém que no exercício das suas funções trabalhou em prol da comunidade, sempre com um espírito de missão e paixão incaracterísticos, que fizeram do “Gustinho”, como carinhosamente era tratado, uma referência para todos quantos tiveram oportunidade de com ele privar.

José Agostinho Montenegro Gomes, deixou-nos no passado dia 25 de novembro, aos 68 anos de idade. Nas nossas memórias permanecerá como um ser humano bom de respeito e honrado que dedicou parte da sua vida à comunidade.

Por tudo isto, propõe-se que esta Assembleia Municipal delibere:

- 1- Aprovar o presente “voto de pesar” pelo falecimento de José Agostinho Montenegro Gomes, guardando um minuto de silêncio.*
- 2- Manifestar à família, esposa, filhas, netos e genros, as mais sentidas condolências, transmitindo este voto de pesar.*

Póvoa de Lanhoso, 18 de dezembro de 2023.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, colocou à votação o voto de pesar, informou que o mesmo foi aprovado por unanimidade e cumpriu-se um minuto de silêncio. Após o minuto de silêncio, concedeu a palavra à segunda secretária, Eulália Rodrigues, para leitura da correspondência. Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), informou sobre a distribuição dos tempos e que estavam abertas as inscrições para os períodos seguintes, Período de Intervenção dos Presidentes de Junta, Período de Intervenção das Comissões e Período de Intervenção do Público. E concedeu a palavra à deputada do grupo parlamentar do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Hoje trago cá dois temas com muita relevância para os povoenses e que estão verdadeiramente interligados. Este executivo em funções já nos apresentou três planos de atividades, o plano de atividades de 2022, o plano de atividades de 2023 e agora o plano de atividades para 2024. Nestes três planos constam, por um lado, a conclusão da revisão do PDM e, por outro lado, a concretização do plano previsto para a via circular urbana. Todos nós já conseguimos compreender qual é a capacidade de concretização deste executivo, mas nós sempre estivemos cá para ser parte da solução, estamos cá para colaborar e orientar, se necessário, para que realmente estas duas métricas sejam concretizadas o mais rapidamente possível.

Relativamente ao PDM e antes de entrarmos na sua operacionalização, dar aqui duas notas importantes, uma delas relativa aos prazos para a conclusão da revisão que têm sido sucessivamente adiados pelo Governo, sendo que a data que, aparentemente ainda estar em cima da mesa é a data de 31 de dezembro de 2023, já tivemos aqui oportunidade de falar, digamos, dos problemas e das consequências que podemos ter se não forem cumpridas essas datas, nomeadamente em termos de candidaturas, no entanto, dizer-vos que a Associação Nacional de Municípios, em que o nosso Presidente de Câmara integra na posição de suplente, solicitou uma nova prorrogação de prazo para as revisões dos PDM's, que está a ser ponderada pelo Governo e que, eventualmente, e tudo indica que sim, irá ser autorizada e formalizada. Quer isto dizer que iremos ter mais tempo para rever o plano diretor municipal e agora falando concretamente no nosso concelho, diz-nos a proposta do plano de atividades que vamos discutir ao longo desta assembleia, portanto, o plano de atividades de 2024 que o município prevê que a segunda revisão do PDM seja publicada em Diário da República e entre em vigor a partir do primeiro trimestre de 2024. Já vimos que estes prazos são muitas das vezes lançados com ligeireza, o que põe em causa a respetiva operacionalização e passo a explicar, quando a proposta estiver concluída, será remetida a CCDR-N, de forma a ser formalizada a segunda reunião da Comissão Consultiva. Se se recordam a primeira, ocorreu a 20 de maio de 2022, após esta reunião e acredito que assim será feito, até porque é usual e é uma boa prática, este executivo poderá e deverá realizar uma sessão pública para apresentação das peças que compõem esta revisão, expor as suas linhas principais, informar o período de discussão pública e também dizer a forma como ele e os meios que vão estar à disposição dos povoenses para o poder fazer aqui e tendo em consideração que temos uma comunidade imigrante bastante significativa e que também é uma grande alavanca em termos de investimento para o nosso concelho. Julgo que a Câmara Municipal deve ter isto em atenção, propondo um período de discussão pública mais alargado de, pelo menos sessenta dias é neste período de discussão pública que podem e devem ser formalizadas as participações, ou seja, é aqui, é durante a fase de discussão pública que todos sem exceção, podem reclamar, pedir esclarecimentos, deixar observações que considerem adequadas para este instrumento de tanta importância para o nosso concelho. Para isso, o executivo irá

disponibilizar os meios próprios para esta discussão pública e para a participação dos povoenses. Terminando o período de discussão pública, todas as participações recebidas terão de ser analisadas, terá que haver uma resposta efetiva para cada situação e as mesmas vão integrar o chamado relatório de ponderações, ou seja, o documento onde vão estar identificadas todas as participações, a respetiva análise e o resultado de cada uma se foram aceites, se não foram aceites ou se porventura, foram parcialmente aceites. Depois de tudo isto, irá existir a versão final da revisão do PDM que terá de ser submetida a esta Assembleia Municipal e só depois é que poderá ser enviada para publicação em Diário da República e respetiva entrada em vigor antes da submissão à Assembleia Municipal. O executivo pode e deve realizar uma outra sessão pública que, no fundo se irá destinar a fazer o retrato daquele que foi o período de discussão pública ocorrido em terras da Póvoa de Lanhoso. Como vêm é um procedimento ainda muito extenso para que, em bom rigor se consiga concretizar num trimestre, mas assim o esperemos, uma vez que se aproxime então esta fase tão importante de discussão pública.

É importante tocar no assunto da via circular e do futuro parque empresarial da Póvoa de Lanhoso e da forma como isto tudo se encontra interligado, a via circular, como todos já sabemos, atravessa sobremaneira a freguesia de Lanhoso, tendo início na zona próxima à Braval, tem uma saída projetada para Galegos e termina na rotunda do Continente em toda a extensão ou a generalidade da extensão e da zona prevista para o futuro parque empresarial. De acordo com o PDM que está em vigor, atravessa sobretudo terrenos que estão atualmente condicionados à Reserva Agrícola e à Reserva Ecológica Nacional. Na linguagem corrente, são as chamadas áreas verdes sem capacidade construtiva e, por isso, entendidas como sendo de baixo valor. Com a passagem desta via circular, a proposta deste executivo é criar grandes manchas de construção junto da via circular, na assembleia de 29 de abril de 2022, eu própria questioneei o senhor Presidente quanto ao parque empresarial e o senhor Presidente, nessa altura disse que é uma mancha para o desenvolvimento de atividades económicas e disso não há dúvida, até porque está vertido na proposta de revisão do PDM essa dita mancha porém, o senhor Presidente terminou a sua intervenção nessa assembleia nesta situação em concreto, dando nota que seria dada prioridade e primazia, citando as palavras do senhor Presidente de Câmara, à iniciativa privada para a dinamização deste parque em todos estes estudos que já foram adjudicados e concluídos no âmbito da via circular, cujo montante já se cifra em trezentos e vinte cinco mil euros. Há um publicado a 04 de agosto de 2023, referente a serviços especializados em avaliação e expropriação de parcelas de terrenos particulares necessários à realização dos projetos da futura zona empresarial da Póvoa de Lanhoso e da via circular, ou seja, já não se trata apenas de avaliar para expropriar os terrenos por onde passa a via circular, mas agora também e pelos vistos, avaliar aqueles onde o executivo entendeu que deveria ser o futuro Parque Empresarial da Póvoa de Lanhoso. O que mudou, senhor Presidente? Porque é que a

área já não será objeto de uma iniciativa privada e terá de ser adquirido pelo município? Esta é a primeira questão que lhe lanço, sendo a transferência de posse destes terrenos de importância vital para a concretização da via circular, seja pela compra, seja pela expropriação e se o processo for bem conduzido, ou seja, com base em valores justos, o valor a receber pelos expropriados ou transmitentes dessas parcelas será exatamente o mesmo, até porque, como já referi, foram contratados serviços especializados para determinar esses valores, entrando objetivamente na questão desse estudo, e uma vez que o mesmo tinha como data de conclusão 04 de outubro de 2023. Já estamos em condições, e são estas as perguntas que lhe gostaria de formular, de saber qual a totalidade da área de terreno que a Câmara Municipal necessita adquirir? Qual é o número de proprietários envolvidos e qual é o valor global apurado para a aquisição dessas parcelas de terreno que os povoenses vão ter que suportar? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começo a minha intervenção de hoje, alertando novamente o executivo em matéria de proteção civil. É urgente a tomada de medidas em relação à estrada nacional EN 103 por nós designada de Serra do Carvalho, que já é apelidada de estrada da morte nos meios de comunicação social, o CDS-PP entende que é imperativo e urgente que a Câmara Municipal, agindo com as ferramentas legais à sua disposição, instar de forma oficial a Infraestruturas de Portugal a intervir na Serra do Carvalho e, se necessário, reportar a situação atual, à tutela, denunciando o caso ao Ministério das Infraestruturas. O facto de estarmos dependentes de entendimentos com a Infraestruturas de Portugal para a materialização de vários projetos concelhios não pode diminuir a nossa ação de reclamação ativa sob pena de estarmos a diminuir a liberdade e a democracia.

É preciso separar as águas e tendo o assunto a gravidade que todos conhecemos. É urgente arranjar soluções. A criação de medidas complementares de proteção à vida dos automobilistas, como, por exemplo, a instalação de separadores de via adequados, deverá ser uma prioridade do executivo nesta matéria.

Relembro ainda que é necessário e urgente a requalificação do troço desde as Bolas de Ouro até à entrada na vila que se encontra num estado vergonhoso e que, para além do risco que representa para a circulação de veículos, sobretudo de motociclos em nada beneficia a nossa imagem. É louvável e meritória a preocupação demonstrada na sensibilização dos automobilistas, nomeadamente com a realização de campanhas de sensibilização e de simulacros, como aconteceu há bem pouco tempo, mas o ideal seria investir não só na prevenção dos acidentes, como também na implementação de medidas de mitigação das consequências, caso os acidentes ocorram, tal não seria difícil

de executar se existir vontade, até porque os diversos pontos críticos estão perfeitamente identificados por todos os que nela transitam e estarão seguramente referenciados pela Infraestruturas de Portugal. Problemas como lençóis de água, gelo, derrames de líquidos gordurosos e atravessamento da via por animais são uma constante neste troço da EN 103 e já que vamos pagar o terreno junto às Bolas de Ouro à Infraestruturas de Portugal, porque é que esse dinheiro não é investido diretamente na melhoria das condições da própria estrada? Faria, se calhar, bastante sentido, é tempo a mais com estes problemas em mãos, sem que nada seja efetivamente resolvido. Senhor Presidente, são vidas humanas que estão em causa, são familiares e amigos de todos nós.

Para terminar, lançamos ainda um outro alerta sobre um tema que já referimos aqui em assembleias passadas, por outras razões, refiro-me ao trilho dos Moinhos que inicia no final do Parque do Pontido, desta vez, o alerta ao executivo prende-se com as preocupações que nos foram transmitidas por povoenses que frequentam com regularidade este trilho e nos deram conta do seu estado, expressando séria preocupação para com a falta de manutenção do mesmo, sobretudo devido ao facto de algumas árvores lá existentes apresentarem risco de queda, podendo com isso pôr em risco a vida de pessoas. Assim, e uma vez que se trata de um percurso promovido, e bem pelo município, agradecemos que atentem nesta matéria com máxima urgência. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começando pela última intervenção, pela intervenção do deputado Pedro Afonso relativamente à nacional 103 e ao troço que liga a rotunda do Pinheiro à Vila. Eu só posso subscrever e acompanhar aquilo que o senhor deputado aqui trouxe. Já temos falado sobre esse assunto mais vezes, aliás, o município já se associa há bastantes anos, uma vez por ano a uma iniciativa, portanto, por um lado, pretende sensibilizar os automobilistas e, por outro lado, lembrar as vítimas na estrada, portanto, ainda há pouco tempo decorreu essa iniciativa na nacional 103 e sempre com o objetivo de ser o mais impactante possível, levando muitas vezes até que as pessoas acreditem mesmo que decorreu ali algum tipo de acidente e, portanto, o objetivo é mesmo impressionar as pessoas para que as pessoas reflitam sobre aquilo que fazem, muitas vezes, na estrada e esse objetivo tem sido conseguido do ponto de vista da sensibilização. Nós temos inúmeras participações às infraestruturas Portugal e, portanto, como o senhor deputado sabe, não é tutela do município nem uma estrada nem outra. Apesar de termos feito várias intervenções neste troço que referiu do Pinheiro até à vila, pelo menos, tentando

minimizar o mau estado da via, sendo certo que uma intervenção mais profunda terá de ser assegurada pelas Infraestruturas de Portugal e, portanto, nós temos que continuar a fazer esse trabalho.

Em relação ao trilho dos Moinhos, é facto que nós estamos atentos ao estado dos trilhos, desse e de todos os outros trilhos que estão, portanto, situados no território da Póvoa de Lanhoso e há todo um serviço que tem sido prestado, de manutenção, preferencialmente de prevenção em relação aos riscos que aqui descreveu, mas é verdade que nós não conseguimos prever todos os riscos, digamos assim e anteciparmo-nos a todas as possibilidades que digam respeito a determinadas derrocadas ou a quedas de árvores. O ideal era que assim fosse, mas, de facto, não é possível e, portanto, temos feito esse trabalho, fica registado mais esse alerta, o senhor vereador, vai ver junto dos serviços também, a possibilidade de identificarmos algum ponto em concreto que seja necessária uma intervenção concreta também, mas temos feito esse trabalho ao longo deste mandato.

A deputada Fátima Alves refere dois temas, o PDM e a via circular, bom, sobre o tema do PDM, é sabido que tem vindo a ser adiado desde 2020, todos os anos o prazo de término dessa revisão do plano diretor municipal. À data de hoje, à data desta reunião, o município tem de se circunscrever aos dados oficiais que existem e os dados oficiais referem, de facto, 31 de dezembro de 2023, sendo certo que todo o país já percebeu e todos os municípios já perceberam, todas as CCDR's, a nossa norte, mas todas as outras já perceberam que esse prazo vai sendo um prazo cada vez mais inalcançável. Daí a Associação Nacional de Municípios Portugueses ter solicitado ao Governo o alargamento de prazo. A ocorrer poderá ter várias versões, digamos assim, a pouca informação que eu tenho na minha qualidade de suplência que aqui referiu, diz-me que poderemos ter municípios que precisarão de um trimestre outros de um semestre, outros do ano inteiro, outros municípios até, poucos, mas outros municípios poderão concluir a sua revisão no final deste ano. Nós temos intenção de fazer o necessário para concluir esse processo até final do primeiro trimestre de 2024, até porque sempre que é adiado este processo, é verdade que é uma oportunidade para muitas pessoas que nos vão procurando e que vão procurando os serviços do município para sugerirem alterações em terrenos de que são proprietários, mas também é muito verdade que há muitos proprietários de parcelas de terreno do concelho da Póvoa de Lanhoso que estão à espera há muito tempo desta revisão de PDM e que precisam que ela esteja concluída o mais rapidamente possível. Portanto, o nosso propósito, e a nossa intenção é de conseguir concluir este processo no mais curto espaço de tempo. Se três meses são suficientes, nós acreditamos que possam ser suficientes. É evidente que se começarmos a introduzir determinadas nuances, nomeadamente a que referiu que diz respeito à possibilidade de alargarmos o prazo de discussão pública, tendo em conta a possibilidade de pessoas que estão ausentes da Póvoa de Lanhoso poderem participar. Bom, eu não lhe vou dizer que sim nem que não, o que lhe vou dizer é que, à medida que formos introduzindo elementos novos nos passos

que é preciso dar necessariamente os noventa dias vão sendo cada vez mais curtos, portanto, se decidirmos introduzir novos elementos em todos os passos que têm que ser dados relativamente ao processo de revisão do PDM, então facilmente chegaremos à conclusão que um trimestre poderá ser insuficiente se nas próximas semanas, nas próximas duas semanas, tivermos novidades que nos permitam alargar o prazo do processo, legalmente, poder considerar algumas sugestões que possam ser algumas sugestões, não orientações já agora, mas algumas sugestões que possam ser apresentadas pela Assembleia Municipal e pelos membros da Assembleia Municipal, pois com certeza que sim.

Relativamente à via circular urbana, nós mantemos, naturalmente, a intenção de promover um parque empresarial naquele espaço que pretendemos que seja classificado como espaço de atividades económicas e, evidentemente, o município ter uma intervenção direta nesse parque empresarial, como eu disse na altura, é a última das soluções, portanto, se ninguém mostrar essa disponibilidade, pois, com certeza que o município terá de dar esse passo, sob pena de ser o concelho a ficar prejudicado por não ser assegurada essa infraestrutura que consideramos que é importante para o concelho, evidentemente que querendo privilegiar a iniciativa privada ou dando espaço para privilegiar a iniciativa privada, isso não é incompatível com o estudo que o município possa fazer relativamente à via circular urbana e relativamente àquele espaço em concreto, portanto, aquilo que o município está a fazer é em conjunto com todo o trabalho, que tem vindo a ser feito e que diz respeito à via circular urbana, assegurar também que temos um levantamento exaustivo daquele espaço, das características do espaço, dos seus proprietários, da valorização que poderá ter, se necessário e quando necessário, até mesmo não sendo o município a promover o parque empresarial, ter a informação necessária para poder informar quem procurar essa informação junto dos nossos serviços e, portanto, é uma questão de fazermos o trabalho de casa bem feito, seja para nós seja para assegurarmos essa informação a algum privado que tenha esse interesse.

Relativamente à questão que colocou sobre o trabalho que foi feito ao nível do levantamento das parcelas, dos proprietários, da sua valorização. Neste momento, nós identificámos 170 parcelas, portanto, 170 proprietários, alguns deles são proprietários de várias parcelas, mas identificámos cerca de 170 proprietários, assim é que é, sobre a avaliação, ainda não existe um consenso total, temos procurado também perceber os critérios de avaliação da empresa que nos está a assegurar este serviço, mas acreditamos que até ao início do próximo ano, isso esteja concluído para podermos depois estrategicamente desenvolver os contactos que permitam informalmente o município, formalmente as Infraestruturas de Portugal, porque é a IP que vai adquirir as parcelas e não o município, avançarmos para um processo de acordo, digamos que mútuo acordo entre as Infraestruturas de Portugal e cada proprietário, sendo que, nesse acordo, como penso que será sabido, a negociação é assegurada pelas Infraestruturas de

Portugal, mas o custo das parcelas é assegurado pelo município, portanto, o município tem essa intervenção, existe um acordo também de acompanharmos esse processo, de termos um elemento na equipa, digamos assim, de negociação entre as Infraestruturas e cada proprietário, e penso que terei sido claro.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Agradecer ao Senhor Presidente, Frederico Castro, pelos esclarecimentos que deu, efetivamente é importante compreendermos que este estudo que prevê a avaliação daquelas parcelas do parque empresarial destina-se unicamente para um prévio estudo do executivo, não propriamente para expropriar aquela área e fazer seu o parque empresarial, portanto, era um dos esclarecimentos que já me foi dado relativamente ao estudo que o senhor Presidente falou, acabou por nos indicar 170 proprietários, no entanto, acabou por não responder à área total que é necessário adquirir, e aqui indo buscar no fundo, aquilo que o senhor Presidente acabou de dizer, que é o facto de apesar destas parcelas virem a integrar as Infraestruturas de Portugal, quem as irá suportar é o município da Póvoa de Lanhoso e, portanto, aqui não tenho dúvidas que o senhor Presidente vai estar alinhado e todo o seu executivo para que este processo seja o mais transparente possível e que, uma vez que é um documento de cariz completamente técnico, esse estudo, e nada político, questiono se existe algum impedimento legal para que, quando esse estudo estiver concluído, ele seja divulgado aos povoenses, de modo a que os proprietários, inclusivamente, possam olhar com os seus olhos e ver se as parcelas foram todas elas avaliadas com os mesmos pressupostos e de acordo com aquilo que o PDM em vigor lhes atribui. Esta era uma questão de saber se tem alguma informação relativamente a este aspeto do ponto de vista legal.

Relativamente a outro aspeto importante, tem a ver com a declaração de utilidade pública, já não é a primeira vez que abordo esta temática, de uma forma simples, já sabemos que a declaração de utilidade pública é o ato administrativo central de um processo expropriativo e será esse documento que irá identificar e concretizar os bens que sejam objeto de expropriação. O senhor Presidente, chegou a dizer, e bem, que a expropriação seria o último caminho que numa primeira instância, seriam tentados os acordos com os proprietários, mas o que vai estar sempre em cima da mesa para negociação desses acordos é um estudo que fixa o valor das parcelas, o motivo pelo qual lhe questiono sobre a pertinência da declaração de utilidade pública tem a ver com as sucessivas e eventuais transmissões de parcelas que eventualmente possam ocorrer, ou seja, e para que todos nos compreendam, nós podemos estar a correr o risco de quando esse estudo estiver terminado já estar desatualizado em termos de proprietários, isto

porquê? Porque, enquanto não for declarada a utilidade pública, nada obsta a que um proprietário de uma parcela que seja abrangida pelo futuro atravessamento da via circular seja eventualmente transmitida mais do que uma vez, certo? O que questiono é se não faz sentido, e uma vez que existe uma certeza absoluta da concretização desta via circular na Póvoa de Lanhoso, que seja declarada a utilidade pública, não como forma de pressionar e incutir a expropriação, nada disso, mas criar um obstáculo a que não hajam sucessivas transmissões que possam dificultar todo o processo, esta era outra questão que gostaria de lhe colocar.

Perguntar-lhe também, e uma vez que já está concluído o projeto de execução da via circular para quando está planeada a assinatura do novo acordo de gestão, porque será nesse acordo de gestão com a IP que serão vertidas as condições de execução de obra. Neste momento, temos um acordo essencialmente voltado para o projeto de execução, estando esse projeto de execução validado. Esse acordo de gestão está terminado e terá que ser celebrado um novo perguntar-lhe também qual o valor da estimativa orçamental a que esse projeto de execução conduz.

Por último e antes de permitir aos restantes membros a palavra, dizer-lhe que só sugeri os sessenta dias, atendendo ao número de pessoas povoenses que não estão no país, caberá ao executivo em função das suas metas e das suas métricas, evidentemente, definir o prazo que entende como razoável, obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à totalidade da área de terrenos a adquirir, ela não é totalmente clara e eu passo a explicar porquê, uma coisa é o espaço canal e esse está totalmente definido, coisa diferente é eventuais situações em que, por exemplo, eu vou pegar numa folha para dar, imagine que esta folha A4 é uma parcela de terreno e pertence a um proprietário e este terreno remanescente pode ser terreno interessante para o atual proprietário, mas este terreno remanescente pode não ser portanto, no processo de acordo o município pode ser, de certa forma forçado, levado a ter de adquirir o espaço canal com este terreno sem ter de adquirir este, portanto, situações deste género criam ainda algumas zonas cinzentas, portanto, nós não podemos ter ainda total certeza da área a adquirir, sendo que se tivesse que hoje indicar algum número, tinha que indicar o correspondente à área correspondente ao espaço canal que está totalmente consensualizado. Não lhe sei dizer qual, mas seria esse hoje se me perguntar se vai ser esse, é altamente provável que não seja, basta termos uma situação como esta que eu acabei de descrever, para que as áreas possam subir.

Sobre a possibilidade de divulgarmos os proprietários e os critérios de avaliação. Eu penso que sim, é uma questão de indicarmos essa necessidade às Infraestruturas de Portugal, eles terão essa informação. A informação é pública, seja das Infraestruturas de Portugal, seja do município, portanto, terão essa informação, não me parece que haja nenhum inconveniente, mas é uma suposição que nós podemos fazer.

Sobre os critérios de avaliação, de ser iguais para todos, quando se faz uma avaliação da parcela de terreno, desde que ela tenha as mesmas características, os critérios têm que ser os mesmos.

A declaração de utilidade pública, a declaração de utilidade pública tem que ser pedida pela IP, não é o município que declara a utilidade pública daquela parcela de terreno, até porque é a IP que vai adquirir os terrenos e é também a IP que vai lançar o concurso mais tarde, portanto, quem declara a utilidade daqueles terrenos, daquele espaço canal tem de ser também as Infraestruturas de Portugal. Seria desejável que essa declaração de utilidade pública fosse decretada o mais cedo possível? Seria, até para termos todos, tanto nós como os proprietários, algo de palpável relativamente àquilo que vão ser as necessidades, a avaliação do terreno, a expectativa de realização de valor e, portanto, independentemente depois, e eu já agora, é sabido que esses processos que estão a ser processos morosos, portanto, eu diria que é altamente provável que a resolução total da aquisição dos terrenos, a que nos estamos a referir seja posterior à execução da obra é frequente que seja assim e a informação que estou a dar é a informação que me deram também não é desejável que seja assim, mas é frequente que seja assim a não ser que haja total acordo com todos proprietários, de todos os terrenos onde vai passar a via circular urbana, e eu dizia que isso é muito improvável digamos que em termos de horizonte e, portanto, é recomendável que tenhamos todos essa noção.

Sobre a assinatura do acordo de execução da via circular e para quando, bom, eu diria que, no atual contexto político, nenhum governo de gestão tem essa possibilidade, nem o município tem nenhuma forma de assegurar que até dia 10 de março isso esteja concretizado, portanto, o que eu posso assegurar, isso sim, é que à data de hoje com o atual Governo de gestão, o acordo estabelecido passa pelo lançamento do concurso em 2024 e o início da obra em 2024, 2025, mas preferencialmente no final de 2024, esse é o acordo que está alcançado com as Infraestruturas de Portugal e com o secretário de Estado das Infraestruturas. Aquilo que eu sei que vou fazer, eu não sei qual vai ser o resultado das eleições de 10 de março, mas há uma coisa que eu sei que vou fazer é quando tivermos novo ministro das Infraestruturas, seja ele quem for vai receber no mesmo dia que for empossado, vai receber um e-mail da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso para agendamento de uma reunião e para podermos reiterar tudo aquilo que está absolutamente acordado entre o município, o Ministério das Infraestruturas e as Infraestruturas de Portugal como é evidente, acredito que seja qual for a solução política que sair das eleições de 10 de março, que nenhuma delas tenha a pretensão de pôr em causa o trabalho que foi desenvolvido durante estes mais de dois anos e, portanto, e

aqui tenho que puxar a brasa à minha sardinha, necessariamente sei que se for determinada solução, está absolutamente assegurado, não sei, se for uma solução diferente, se estará assegurado ou não, mas nada melhor do que o agendamento de uma reunião para discutir o assunto e para clarificar o que houver para clarificar nesse ponto.

A estimativa orçamental da obra. Há três, quatro semanas atrás, situava-se entre os 18 e os 20 milhões de euros, o que também nos leva a todos a mais uma conclusão é que há todo o interesse em lançar a obra o mais depressa possível, o concurso o mais depressa possível, porque a estimativa orçamental inicial, com o passar do tempo vai sendo substancialmente diferente e os 15% de comparticipação do município vão sendo também cada vez mais empolados, portanto, à data de hoje, a estimativa poderá situar-se entre os 18 e os 20 milhões de euros. Penso que respondi a tudo.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A questão da orçamentação, senhor Presidente, vai no sentido até a título de comparação com a variante do Tâmega que foi assinada no passado dia 15 de dezembro e que para 3,3 quilómetros, portanto, cerca de 50% daquela que é a via circular projetada para o nosso concelho apresenta um valor de obra, ou seja, sem terrenos e sem estudos de 12 milhões de euros. Por isso, eu até se não tivesse uma relação até lhe ia perguntar se estaríamos eventualmente a trabalhar num intervalo de 20 a 25 milhões de euros, até porque depois temos os tais 15% de comparticipação, esses sim que não podem ser sujeitos a empréstimo, portanto, têm que ser arrecadados pelo próprio município. Pronto depois lançava só para quando houvesse essa oportunidade de consultar qual é a área a expropriar?

Na última reunião de Câmara de 11 de dezembro foi apresentada a proposta para que o Dr. Cândido Silva Mendes seja eleito para o cargo do Conselho de Administração da EPAVE em substituição do senhor deputado municipal Dr. Pedro Vale Silva, que, em 25 de outubro apresentou a sua renúncia. A bancada parlamentar do PSD endereça, evidentemente, um agradecimento ao elemento cessante e endereça claramente votos de bom trabalho e de muito sucesso ao Dr. Cândido Silva Mendes. O deputado Pedro Silva na sua carta de renúncia que integra a documentação da Reunião de Câmara, dá enfoque à importância evidente dos recursos humanos numa instituição e da importância dos mesmos para formar melhores alunos e cidadãos. Para além disso, dá nota que os pressupostos iniciais com base nos quais aceitou o cargo, não podem ser reprimidos ou aligeirados. A questão que o grupo parlamentar do PSD pretende lançar é a de saber se, eventualmente ou de alguma forma, esta repressão pode estar

relacionada com alguns dos indicadores que estão lançados no relatório de progresso anual no âmbito do ECAVET, designadamente a redução da taxa de conclusão dos alunos e a redução também na média global. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só fazer um esclarecimento porque quem nos acompanha a partir de casa pode ficar com uma sensação que os números que apresenta sobre a via do Tâmega ou os números que eu apresento sobre a nossa via circular que algum deles possa estar errado. Eu só quero esclarecer que é altamente provável que ambos estejam corretos, porque uma das coisas que nos recomendaram fortemente que nós tentássemos evitar em relação à nossa via circular foi precisamente as chamadas obras de arte, o que são obras de arte no âmbito das Infraestruturas de Portugal é tudo o que sejam túneis ou viadutos e, portanto, é muito fácil que uma obra, e eu não conheço em pormenor a via do Tâmega como é evidente, mas é muito fácil que uma obra com esses quilómetros, se tiver integradas obras de arte, tem um valor muito superior àquilo que seria proporcionalmente se tivérmos como base a nossa via circular, portanto, proporcionalmente será um valor muito superior àquilo que existiria se não tivesse obras de arte, portanto, admito que possa ser essa a explicação, mas também lhe digo que com a via do Tâmega podemos nós bem custe ela quanto custar, nós queremos é que a nossa seja feita e que sirva os nossos habitantes, esse é que é o nosso grande objetivo. Em relação à EPAVE a senhora vereadora.”

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à substituição do Dr. Pedro Silva, no âmbito do conselho de administração da EPAVE, como diz a senhora deputada, e muito bem, os documentos foram partilhados na reunião de câmara, são do vosso conhecimento, os fundamentos que levaram o Dr. Pedro a renunciar ao cargo de vogal na administração também estão plasmados nessa documentação e são claros para todos e para todas a escolha do Dr. Cândido Mendes também está fundamentada e mais que justificada.

O Dr. Cândido Mendes é uma pessoa que tem uma larga experiência na área da formação, tem um importante papel no associativismo local e nacional, é uma pessoa que vai dar certamente um contributo muito positivo à EPAVE.

Os indicadores do ECAVET que sugeriu, não estiveram certamente na fundamentação da situação, aliás, eles não são nada impactantes, digo eu, fazem parte de uma gestão corrente de uma escola de procedimentos, de uma escola em que, às vezes há melhores

resultados, às vezes há piores resultados que uma escola que foi afetada em termos do ensino e das aprendizagens como outra escola qualquer, num contexto pandémico e outras situações e nada disso, fundamentou ou esteve na base da situação que aqui estamos a dialogar e a conversar.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD e passou ao Período de Intervenção dos Presidentes de Junta, e concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Águas Santas e Moure, Gilberto Anjos.

Interveio o Presidente da Junta, Gilberto Anjos, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O tema que pretendo abordar neste período dedicado aos Presidentes de Junta não é um tema, por assim dizer, exclusivo da União de Freguesias a que eu presido é transversal às 22 juntas e uniões de freguesias do nosso concelho.

Os Presidentes de Junta são os autarcas eleitos com maior proximidade das suas localidades. São, sem sombra de dúvida, os que melhor conhecem a realidade da sua freguesia, tendo consequentemente, o papel preponderante na nossa democracia representativa. Aliás, não é por acaso que a Assembleia Municipal tem como inerentes todos os Presidentes de Junta do nosso concelho, de modo a dar voz aos anseios e preocupações das suas respetivas freguesias neste órgão e fiscalizar a ação do município. Têm ainda como é o caso da intervenção que eu estou a ter neste momento, um espaço específico para intervenção e para falar da sua junta de freguesia ou união de freguesias. Acontece que a cada mandato é eleito, um representante dos vinte e dois Presidentes de Junta para participar em vários órgãos e comissões, como é o caso, da Comissão Permanente de Ambiente, Proteção Civil; Comissão Permanente, Juventude, Educação, Desporto, Responsabilidade social; a Comissão Permanente de trânsito, toponímia, Urbanismo e Planeamento e ainda recentemente, a Comissão de Honra e Executiva da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril.

No início deste mandato, já lá vão dois anos, foi eleito nesta Assembleia Municipal como representante dos Presidentes de Junta, o senhor Presidente José Manuel Costa da Silva, da União de Freguesia de Verim, Friande e Ajude em dois anos e certamente, e digo certamente, porque, de facto, existe um vazio de informação, terá participado em várias comissões sem nunca ter feito um ponto de situação com os seus pares, com os Presidentes de Junta, dois anos sem nunca ter procedido ao agendamento de uma reunião para discutir temas transversais às juntas de freguesia, como foi exemplo da possível desagregação de freguesias, dois anos sem que aquele que nos representa se digne a prestar contas aos seus pares.

O papel do representante dos Presidentes de junta vai além de uma simples figura representativa. Dir-me-á o senhor representante dos Presidentes de Junta, não é obrigado a fazê-lo, responderei que honraria melhor o seu lugar e o lugar que ocupa se o

fizesse, mas quando o senhor representante dos Presidentes de Junta assume que vai consultar os Presidentes de Junta, como foi o caso do sucedido na Comissão de Honra e Executiva das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, aí tem efetivamente que o fazer, uma vez que pode passar a ideia que houve um desinteresse por parte dos senhores Presidentes de Junta na elaboração do programa de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, quando isso não é verdade. E note-se que só posso dar esse exemplo porque tive oportunidade de participar nessa reunião na qualidade de deputado da Assembleia da República e, por isso, apelo ao senhor representante dos Presidentes de Junta que adote outro modo de agir e interagir com os seus pares até ao final deste mandato, de modo a honrar o lugar que se disponibilizou em ocupar, honrar os anteriores representantes dos Presidentes de Junta e para que os Presidentes de Junta se sintam efetivamente representados por si.

E concluo, senhor Presidente, sabendo que nesse período não existe propriamente a possibilidade de resposta, mas tratando-se de um espaço para os Presidentes de Junta e uma vez que foi visado diretamente, o senhor representante dos Presidentes de Junta se puder, se ele tiver interesse e se o senhor Presidente tiver essa benevolência de o deixar responder.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Garfe, Paulo Ferreira.

Interveio o Presidente da Junta, Paulo Ferreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Está a decorrer desde o passado dia 10 a 22ª edição de Garfe Aldeia dos Presépios e é habitual e normal que venha cá reconhecer, digamos, a importância que esta iniciativa tem para toda a freguesia de Garfe, mas também para o concelho da Póvoa de Lanhoso e para toda uma região, diria, desde já, são 22 edições de forma consecutiva, nem o COVID nos foi capaz de parar e fazendo votos que estes se continuem a renovar ano após ano.

Posto isto é altura de fazer os agradecimentos de todos aqueles que, naturalmente, trabalham e colaboram para que isto aconteça ano após ano. E esse reconhecimento é feito principalmente nos habitantes de Garfe que trabalham de forma abnegada, de uma forma desinteressada e a expensas suas, muitas vezes, para que esta iniciativa seja uma realidade durante todos os anos. Reconhecer também o trabalho da Câmara Municipal desde sempre, desde a primeira hora, não só desta Câmara Municipal, como todas as outras, a Junta de Freguesia, naturalmente, em tudo aquilo que é, digamos, uma mais-valia para a freguesia de Garfe, naturalmente, tem o dever dessa associação e, portanto, dizer de uma forma muito simbólica que em Garfe acontece Natal, acontece Natal todos os anos desde há muito tempo e deixar aqui esse reconhecimento. Formular um convite para todos os povoenses que ainda não tenham, digamos, o contacto com esta realidade

que possam vir vivencia-la e experiencia-la no terreno, que é verdadeiramente interessante e certamente darão por bem empregar o seu tempo.

Agradecer também, digamos, aos serviços da Câmara Municipal que ontem fizeram a caminhada e todos aqueles que, de uma maneira ou de outra nos divulgam, é também certo e sabido que esta iniciativa através das redes sociais, da comunicação social, tem uma projeção mediática para o exterior, para a nossa comunidade emigrante que dá muito apreço e que, naturalmente, sente a sua terra de uma maneira especial nesta época.

Posto isto agradecer a todos, e já agora, aproveitando a mensagem e desejando também desde já a todos um Feliz Natal em nome de todos garfenses e para todos os povoenses, mas para toda a humanidade em geral, muito obrigado a todos.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que apesar de não estar inscrito para intervir, visto ter sido visado pessoalmente e tendo solicitado o uso da palavra, concedia a palavra ao representante dos Presidentes de Junta, José Manuel Silva.

Interveio o representante dos Presidentes de Junta, José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado, admito que, se calhar, enquanto deputado da Assembleia da República exista muito essas formalidades e no fundo até esses tiques de reuniões, isto estamos a falar do concelho que é a Póvoa de Lanhoso, há uma proximidade, todos temos o contacto de todos e são muitos os momentos em que os Presidentes de Junta me ligam, são muitos momentos em que eu tenho solucionado ou pelo menos tentar encaminhar os Presidentes de Junta para ir de encontro daquilo que são os problemas que têm sentido, se me viu na reunião, que refere, e bem, da primeira na Comissão de Honra do 25 de Abril, estava a cumprir o meu trabalho, estive lá, não estive na segunda reunião porque tinha uma outra iniciativa agendada, por isso, os senhores Presidentes de Junta sabem sempre que necessitam, não há necessidade destes formalismos de reunirem e estamos na Póvoa de Lanhoso, é um concelho pequeno, somos de proximidade, temos todos o contacto uns dos outros. E quando iniciej, recorde-me várias vezes ligava com o vereador Paulo, que era na altura Presidente de Junta e era assim que também nós resolvíamos as coisas, por telefone. O importante é irmos ao encontro dos nossos Presidentes de Junta e dentro do possível poder indicar, poder orientar para encontrarem as soluções.

Quero saudar, naturalmente, o Presidente de Junta de Garfe pela iniciativa e aproveito também para saudar o Presidente de Junta de Monsul que está aqui, pela iniciativa extraordinária também que ocorre já há muitos anos no baixo concelho, como a feira de Natal, por isso senhor deputado Gilberto, sempre que necessitar, tem o meu contacto, não é de agora, já de há muitos anos e quando falou também da desagregação de

freguesias, eu acho que já lhe fiz esse desafio na Assembleia Municipal anterior. Se você lutou pela desagregação, eu lamento que, em momento oportuno, que tinha condições para desagregar não se tenha pronunciado nesta Assembleia ou na sua união de freguesias. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, deu por terminado o Período de Intervenção dos Presidentes de Junta, informou que não existiam inscrições das Comissões nem do público, pelo que deu de imediato início ao Período da Ordem do Dia. **Ponto Um: Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** Informou sobre os tempos e concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este é o ponto um como referiu, e bem, o período em causa diz respeito a perto de três meses de atividades, já que a anterior sessão ordinária do presente mandato decorreu nos passados dias 14 e 15 de setembro de 2023.

No que diz respeito a educação, serviços sociais e saúde, começo pela educação os meses que analisamos ficaram marcados pelo arranque de mais um ano letivo em que tivemos apoios, têm sido habituais, assim como projetos que consideramos serem uma mais-valia para a promoção de uma educação com qualidade e uma aprendizagem com sucesso e apresentámos também novidades. Estamos a falar de medidas como as bolsas de estudo que este ano chegaram a 213 alunos do ensino superior e a 98 do ensino secundário; entrega gratuita de cadernos de fichas e material pedagógico diferenciado, ao primeiro ciclo; a continuidade a projetos como o Hypatiamat que chega a 1823 alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos; a plataforma + cidadania que chega a 899 crianças; o programa de generalização da aprendizagem da natação para o 5.º ano que abrange perto de 200 alunos e o programa Eco Escolas que envolve 2901 alunos, ainda também o projeto, Partilha com Energia; o programa de desenvolvimento de competências Socio-emocionais "Devagar se vai ao longe" e o programa "férias ativas inclusivas". O programa NaturaLanhoso já com 103 processos em 2023 e o programa PóvoaCresce que tem 24 candidaturas. Continuamos a prestar apoios, nomeadamente na distribuição da fruta e leite escolar, na disponibilização de serviço de transporte especializado de táxi às crianças integradas na educação inclusiva e no âmbito da escola a tempo inteiro na disponibilização de AEC's e de atividades de animação e apoio à família.

Do ponto de vista das novidades, destacamos a assinatura do protocolo de colaboração entre o município, os agrupamentos de escolas, a EPAVE e o Plano Nacional das Artes que acreditamos irá marcar positivamente o presente ano letivo no âmbito da renovação do selo cidade amiga das crianças da UNICEF, acolhemos o Fórum "Eu sou feliz numa

cidade amiga das crianças". Em novembro, participamos nas comemorações do 34º aniversário do público da Convenção dos Direitos das Crianças. No período em análise, participamos em diversas iniciativas da EPAVE como as comemorações do seu 28º aniversário pela entrega de certificados de participação do programa Escola Embaixadora do Parlamento Europeu, o ano letivo 2023/2024, é especialmente relevante para a EPAVE pois, para além da oferta que já apresenta, esta escola profissional abraça um novo desafio, um projeto financiado que é o CTE curso tecnológico especializado. Associamo-nos também à celebração do Dia Mundial do Professor e assinalamos o Dia Internacional da Cidade Educadora através da apresentação da rede Municipal de Monumentos inclusivos.

No que se refere a equipamentos escolares, destacamos a conclusão das obras no recreio do cento escolar do Cávado, em Monsul, e nas fachadas, da escola EB1,JI da Póvoa de Lanhoso.

No que diz respeito aos serviços sociais, na área da ação social e IRS o nosso destaque vai para o trabalho do Núcleo Local de Inserção com a apresentação e início do projeto "COPA - Cozinha com Paixão". Ainda no âmbito da ação Social, assinalamos o Dia Internacional para a erradicação da pobreza, partilhando informação sobre os programas referentes ao tarifário social, ao HabitaLanhoso, ao arrendamento e empréstimo, medidas que estão vertidas no regulamento das medidas de apoio social Póvoa Solidária, um documento que foi recentemente atualizado. O Concelho viu também reforçadas as respostas em termos de equipamentos sociais, assim participamos na inauguração da creche da Associação em Diálogo, um momento que contou com a presença de entre outras, da Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva. Estivemos ainda presentes na apresentação pública da Sala Multissensorial instalada no Centro Comunitário de Monsul, um projeto promovido pela nossa autarquia e também pela em Diálogo no que se refere às políticas e respostas para o envelhecimento e para a população sénior. Demos continuidade às atividades dos centros de convívio, destacando-se os passeios concelhios a Fátima e à Malafaia, bem como a comemoração do Dia Internacional do Idoso. Destacamos ainda o alargamento desta rede com a abertura do centro de Convívio de Sobradelo da Goma.

Em outubro realizou-se a segunda sessão da Assembleia sénior que permitiu apresentar publicamente os resultados do trabalho do Provedor do Idoso. Na mesma oportunidade, agradecemos ao Provedor do Idoso, Álvaro Oliveira, por todo o trabalho que desenvolveu ao longo de dois mandatos, sendo que, em fevereiro de 2024, este termina as respetivas funções. Assinalamos também o Dia Nacional do Cuidador informal no que se refere às políticas específicas para as famílias, renovamos a distinção de autarquia mais familiarmente responsável, um galardão que nos traz responsabilidade e incentivo para continuarmos a prosseguir políticas amigas das famílias povoenses, de registar que no período em análise a Eco Loja Social prestou apoio a 110 famílias com bens alimentares e outros.

No que diz respeito à saúde, assinamos um protocolo com o Centro Social de Vale do Homem no sentido de implementar ações na área de apoio social da Saúde e Inovação no nosso concelho. Esta parceria vem no seguimento do trabalho já iniciado com a equipa de apoio domiciliário para a saúde mental e com projeto ponto de fuga que, através das artes, desenvolve competências junto de pessoas com doença. Ainda nesta área, a nossa autarquia integra o programa de capacitação na área da saúde mental da associação ManifestaMente, e ainda que este seja disseminado por todos os centros de convívio pelo núcleo local de inserção, bem como por outras as estruturas e grupos comunitários. Ainda no que se refere ao tema de saúde, uma breve nota para referir a sensibilização que realizamos sobre a vacinação sazonal, o cheque-dentista, a semana da saúde mental, o mês da prevenção do cancro da mama, onde realizamos a caminhada rosa com cerca de 145 caminheiros e um valor angariado no total de 1110 euros.

Abordamos de seguida os mais relevantes da área, como a habitação e igualdade de género e de oportunidades e a responsabilidade social. No capítulo da estratégia local de habitação, promovemos sessões de informação destinadas aos beneficiários diretos identificados no âmbito do serviço para Promoção da Igualdade de género e de oportunidades, promovemos a 13ª edição da Semana Municipal para a Igualdade de Género e não discriminação, promovemos também o 8º café concerto inclusivo com a presença da secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, a iniciativa de dança coletiva "Dança e Pinta Sorrisos" e o desporto inclusivo são algumas das iniciativas que integram o programa. A 24 de outubro, associamo-nos ao movimento global que assinala o Dia Municipal para a Igualdade com o tema Igualdade, Inclusão e Participação. No âmbito da responsabilidade social, integrámos a rede portuguesa de responsabilidade social das organizações, empresa solidária, que faz parte do projeto de responsabilidade social que candidatámos e conseguiu unir cerca de duas dezenas de empresas de construção civil do concelho, tendo como objetivo contribuir para a eliminação da pobreza habitacional e melhorar a qualidade de vida das famílias mais carenciadas na área da juventude e desporto nestas áreas de intervenção autárquica. Destacamos a reativação do Conselho Municipal da Juventude, na primeira reunião, procurámos sentir o pulso aos movimentos juvenis e associativos, perceber os efeitos remanescentes da COVID e compreender de que modo poderão retomar a dinâmica existente antes da pandemia. Na segunda reunião, apresentámos os objetivos do Gabinete de Apoio à Juventude e ainda foi eleita a pessoa que vai representar o Conselho Municipal da Juventude na comissão executiva das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Destacamos ainda que, a partir da equipa do espaço jovem, o programa férias ativas continua a integrar crianças e jovens com necessidades especiais. Também foi desenvolvido o programa Juventude em movimento, desde o início deste ano foram recebidas 107 inscrições, sendo que cerca de 65 jovem já tiveram oportunidade de ser integrados em diferentes serviços.

Já na área da promoção do desporto, aprovámos propostas para a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo para a época 2023/2024 envolvendo um pacote financeiro de aproximadamente 150 mil euros. Esta proposta assegura associações grupos desportivos da Póvoa de Lanhoso, a continuidade do forte e regular apoio à formação desportiva dos atletas povoenses, dando cumprimento às promessas que norteiam a renovação do galardão do município amigo do Desporto, atribuído pela Associação Portuguesa de Gestão de Desporto e pela Cidade Social. Assim foram realizados contratos-programa de desenvolvimento desportivo com 13 coletividades do nosso concelho. Participámos também na Semana Europeia do Desporto, através de um programa abrangente que decorreu em diferentes espaços com a colaboração e participação de entidades parceiras e da Comunidade. Promovemos iniciativas como a mega aula de Hidroginástica e apoiamos a realização para Raymond Cup, evento ligado ao culturismo que trouxe até nós mais de 200 atletas de várias nacionalidades, participaram em diferentes competições mais de 1200 pessoas, aficionados desta modalidade.

Ainda a nível do desporto, apoiamos a realização de mais uma edição do treiler das andorinhas organizado pelo clube Desportivo da Goma, e destacamos ainda o regresso das conversas fora de jogo com a convidada Ester Alves, uma atleta de ultra runner. Por último marcámos presença no Parque do Pontido no final do corta-mato escolar, no qual participaram alunos dos dois agrupamentos de escolas.

No que diz respeito à coesão territorial, dando continuidade, à descentralização do trabalho dos órgãos municipais que é de proximidade da população realizamos sessões de reunião de câmara descentralizadas nas freguesias de Travassos, Vilela e União de Freguesias de Águas Santas e Moure. Demos também por concluídas as visitas às freguesias para auscultação dos executivos ao nível das obras municipais destacamos, neste período, de entre variadíssimas obras, as seguintes: requalificação da antiga escola primária de Sobradelo da Goma, para acolher o centro de convívio; a reparação de iluminação pública em diversas vias municipais; reposição de betuminoso e calçada em diversos locais; as reparações diversas em escolas, edifícios municipais limpeza e lavagem de espaços públicos. Ainda no capítulo da coesão territorial, a pretexto das comemorações do dia do concelho, recebemos a visita do secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, o Dr. Carlos Miguel.

No que concerne ao ambiente e neste capítulo, recebemos o selo de qualidade exemplar de água para consumo humano, momento inserido no Encontro Nacional de Entidades Gestoras promovido pela ERSAR com o objetivo de entregar aos municípios e outras entidades, os prémios e selos dos serviços de águas e resíduos. No que se refere a água e saneamento, sublinhamos a continuidade da execução ou requalificação de rede e ramais de abastecimento de água, bem como da execução da rede de saneamento em diversas freguesias do nosso concelho. Ao nível dos resíduos, cientes de que, a partir de 2024, vai ser obrigatória a recolha seletiva de resíduos orgânicos damos continuidade à

implementação do projeto recolha, as ações de sensibilização ambiental tiveram continuidade através do centro de interpretação do Carvalho de Calvos, destacando-se a participação na Semana Europeia da redução de resíduos. O trabalho com o público escolar tem sido uma das prioridades da intervenção do Centro de Interpretação e nesse sentido, registámos com agrado que, neste ano a Póvoa de Lanhoso aumentou para oito o número de estabelecimentos galardoados como Eco Escolas 2023. Nas imediações do centro de interpretação do Carvalho de Calvos registamos também as hortas comunitárias e, neste âmbito, ou melhor, no âmbito deste projeto continuamos a disponibilizar de forma gratuita, talhões de terreno para cultivo. No que se refere a espaços verdes, continuamos a realizar um trabalho de manutenção em espaços sob a alçada do município. Sublinhamos ainda o apoio que a equipa afeta a esta área presta aos serviços municipais, como a Proteção Civil e outras entidades.

Ao nível da saúde animal formalizámos um protocolo que visa salvaguardar o bem-estar animal ao colocar em prática um plano operacional para recolha e assistência de animais feridos na via pública.

No que diz respeito à mobilidade e relativamente aos transportes e mobilidade, já se encontram em vigor o novo regulamento do Programa de Apoio à Redução tarifária da CIM do Ave onde estão incluídas novas medidas para o nosso concelho. As medidas referentes à Póvoa de Lanhoso incluem a gratuidade do transporte público para pessoas com mobilidade condicionada, bem como, a redução no passe sénior, que é válido em todo o concelho. Para além destas, irá manter-se a continuidade da medida da comunidade intermunicipal do Ave de redução de 50% no passe normal mensal. No que se refere à sensibilização, assinalamos o dia Europeu Sem Carros no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade.

O trabalho da Proteção Civil realiza-se, como todos sabem, ao longo de todo o ano e não apenas em épocas específicas. Assim, no período em análise, vimos aprovado pela Comissão Municipal da Proteção Civil o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Póvoa de Lanhoso, depois de aprovado em sede de Assembleia Municipal, este documento terá uma vigência de cinco anos. Ao nível de sensibilização, colaborámos na divulgação de informação em campanhas e na evocação de datas específicas. Destacamos a participação no exercício público nacional de sensibilização para o risco sísmico denominado "A Terra Treme" e também em colaboração com a GNR e os Bombeiros Voluntários, a dinamização de um simulacro de acidente na estrada nacional 103, uma das mais acidentadas da região com o objetivo de assinalar o Dia Mundial em memória das vítimas da estrada. No que se refere à prevenção de incêndios promovemos através do gabinete técnico florestal, em conjunto com a Brigada de Sapadores Florestais da Comunidade Intermunicipal do Ave, novos trabalhos de gestão de combustível da rede secundária, intervenções que foram efetuadas no âmbito do Plano Municipal de Defesa contra incêndios e do Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais. Por fim, é de referir a formação para Presidentes de Junta com o objetivo de

auxiliar no desempenho de funções em matéria da Proteção Civil e de sistematizar atividades que poderão ser desempenhadas a nível local em prol da proteção e segurança de pessoas e bens.

No que respeita ao ordenamento e desenvolvimento económico, continuamos a trabalhar em projetos, respostas e instrumentos, que em conjunto, irão contribuir para que a Póvoa de Lanhoso seja um concelho cada vez mais atrativo. Falamos, por exemplo, do plano diretor municipal, sendo que o processo da segunda revisão do PDM está a seguir os trâmites normais. A carta da Reserva Agrícola Nacional Bruta foi aprovada. Realizou-se uma reunião setorial com a Agência Portuguesa do Ambiente para detalhar as matérias da competência da APA a incluir na proposta de plano e corrigir algumas alterações entretanto verificadas por mudanças legislativas e quadros de referência.

Também falámos do projeto da Via Circular urbana em que continuamos a cumprir o cronograma estabelecido. O projeto encontra-se finalizado, sendo brevemente entregue à IP para a sua continuidade. Falamos também das nossas políticas de apoio às empresas e ao emprego, sendo que inauguramos a StartUp Póvoa LEIRA, num momento que contou com a presença do Ministro da Economia, António Costa Silva. A dinamização do mercado de produtos verdadeiramente locais no recinto coberto da feira semanal é uma das novidades recentes, a realização deste mercado com periodicidade quinzenal tem como objetivo principal permitir o escoamento da produção agrícola e artesanal local.

No que respeita à atratividade do concelho e no período em análise, destacamos alguns eventos em que colocamos em evidência aquilo que melhor caracteriza a Póvoa de Lanhoso, assim como algumas das ações realizadas, o nosso destaque vai para as comemorações do Dia do concelho no dia 25 de Setembro, com um programa que englobou momentos de memória, de reconhecimento e de projeção do futuro. No decorrer da sessão solene evocativa, entregamos distinções à Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga; a Jaime Pereira, chefe escutista e ainda a título póstumo, a Manuel de Sousa, professor e escritor e homenageamos ainda os maiores dos povoenses Augusto Costa e Narciso Oliveira. No mesmo dia, inaugurámos na presença do secretário de Estado da Administração local, Carlos Miguel, a requalificação do campo de jogos ao ar livre, da Escola Básica Gonçalo Sampaio.

Destaque também para a quarta edição do Festival de Música no termo que contou com as participações da banda musical de Calvos e da banda musical dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso e ainda um destaque para a Semana da Maria da Fonte que teve apresentação no Centro Interpretativo da Maria da Fonte. Incluiu a peça de Teatro Revolução da Maria da Fonte levada ao palco do Theatro Club pelo grupo Cénico Povoense. O ponto alto desta semana foi sem dúvida, a opereta Maria da Fonte escrita pelo compositor Augusto Machado em 1879 e recuperada pelo Laboratório de Ópera Portuguesa. Destacamos a programação regular da Casa do livro, a continuidade da oferta formativa ao nível das oficinas de teatro e na galeria de exposições do Theatro

Club tivemos patente a segunda parte da vigésima sétima exposição aberta de artes plásticas ao nível do nosso Castelo. Destacamos ainda a comemoração do Dia Nacional dos Castelos no âmbito do projeto POVOAR.TE, destacamos as comemorações das Jornadas Europeias de Património, o Escape Room do Castelo de Lanhoso, a apresentação do estudo sobre as siglas do Castelo de Lanhoso e o início aos ensaios do grupo de cantares do Cancioneiro Minhoto.

Destaque também para o projeto Póvoa Dança, no mês de setembro arrancámos com a turma de danças de salão, o objetivo da Póvoa dança é incluir todas as faixas da população, desde os mais jovens até aos mais idosos. Ao nível do nosso património, filigrana e arte da filigrana da Póvoa de Lanhoso estiveram em evidência em duas ações, a primeira no âmbito de uma exposição de produtos tradicionais certificados que decorreu na Assembleia da República, a segunda nos dias 21 e 22 de outubro, no âmbito da iniciativa Portugal Imaterial.

No que respeita ao turismo e eventos no final do mês de novembro, apresentámos as três propostas, nas quais a Póvoa de Lanhoso estrutura a respetiva programação de Natal. Falamos do Natal na Praça, Garfe Aldeia dos Presépios e da VIII Feira de Natal do Baixo Concelho, entretanto já realizada, mas o período que aqui analisamos também ficou marcado pela dinamização, participação e/ou apoio a outros eventos e iniciativas. Destacamos os seguintes, as comemorações do Dia Mundial do Turismo, a Feira de Antiguidades e Velharias, os fins de semana gastronómicos e, naturalmente, o dia do colaborador com atividades de team building para os funcionários do município, com o objetivo de estimular o espírito de equipa e de partilha, foi também o momento de distinguir quem se reformou e quem completou 10, 20 e 30 anos de serviço.

De forma a fortalecer e reforçar a oferta turística da Póvoa de Lanhoso, assim como melhorar o serviço prestado, destacamos a reunião de trabalho com as autarquias, Entidade do Turismo do Porto e Norte no sentido de apresentar a nossa proposta de criação do caminho de Turismo Cultural Leon de Rosmithal. O acolhimento de uma formação para profissionais de turismo, da responsabilidade da Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo, numa iniciativa promovida pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Por fim, para além da dinamização de iniciativas no posto de turismo, destacamos que, no âmbito das comemorações dos 50 anos da Revolução do 25 de Abril, aprovámos a Constituição da Comissão de Honra e da Comissão Executiva. Estas duas comissões já reuniram, e já se deu início à elaboração do programa.

No que concerne à modernização administrativa e transição digital, visando prestar um serviço melhor, mais eficiente e mais amigo do ambiente aos munícipes e a quem nos procura, disponibilizamos a plataforma de serviços online, atendimento@net que já permite o acesso a cerca de 71 formulários, adstritos à Divisão de Gestão Administrativa, à Divisão de Obras Municipais e Ambiente e ainda à Divisão de Gestão Urbanística.

Nota final, no dia 18 de outubro, cumprimos dois anos de governação autárquica que foram de muito trabalho e de muitos desafios, mas a nossa motivação continua a ser a mesma, construir um concelho cada vez melhor para os povoenses, para todas aquelas pessoas que escolhem a Póvoa de Lanhoso, nas diferentes esferas das suas vidas ou investimentos.

Por último a informação financeira e de uma forma também resumida, a execução da receita, execução orçamental da receita que é de 24.263.980 euros, que corresponde a 84% do valor do orçamento; execução orçamental da despesa de 20.835.621 euros, correspondendo a 72% do valor do orçamento.

Este ponto será naturalmente publicado na sua totalidade no site do município, sendo que esta apresentação será depois publicada nas redes sociais do município. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à atividade do município, o CDS-PP gostaria de aqui dar boa nota à linha de pensamento do executivo na interpretação da educação como área prioritária de intervenção do município, solidarizando-se com a mesma nesta perspetiva, adesão ao programa de combate ao desperdício alimentar nas escolas, dinamizado pela Associação Sol do Ave é sem dúvida uma excelente medida. A aposta no reforço da importância da dieta mediterrânica, por contraponto ao fast food tão popular entre os mais jovens, mas que acarreta graves prejuízos à sua saúde, é sem dúvida, um excelente reforço, a medidas já implementadas como as da fruta escolar e do leite escolar que tantas vezes aqui defendemos. Ainda no âmbito da educação é preocupação do CDS-PP da Póvoa de Lanhoso, a lei aprovada pelo Parlamento na passada sexta-feira, dia 15 de dezembro, o que determina, entre outras coisas o seguinte, que a criança ou jovem no exercício dos seus direitos e tendo presente a sua vontade expressa, aceda às casas de banho e balneários, assegurando o bem-estar de todos, procedendo-se às adaptações que se considerem necessárias, ou seja, os alunos poderem escolher a casa de banho que pretendem usar, sendo que contra a mesma lei já existe uma petição pública com mais de 27 mil assinaturas à data de hoje, a questão que coloco, senhor Presidente, senhores vereadores, é se as nossas escolas estarão preparadas para fazer face às novas circunstâncias que a aplicação desta lei trará única e exclusivamente, gostaria aqui de abrir um parêntese como alerta geral aos pais e encarregados de educação, questionando as políticas públicas em matéria de educação para referir que algo não bate certo quando apelidamos este tipo de leis de inclusivas e de garante de direitos humanos para depois segregarmos as crianças, dando-lhes testes escolares de níveis de

dificuldade distintos em função das suas capacidades cognitivas, no momento em detrimento do aumento dos estímulos à própria aprendizagem e do grau de exigência pelo qual o ensino público deveria primar e que tantos profissionais qualificados deu a este país.

Numa outra temática, gostaríamos de questionar o executivo sobre a temática da água concelhia. Pergunto se em linha com as boas práticas que desenvolve e que aliadas à qualidade da água da rede pública, lhe valeram a atribuição do selo de qualidade da água para consumo humano, fazem tenção de lançar alguma campanha de sensibilização da população para a aferição regular da qualidade da água de consumo humano proveniente de captações privadas, como é o caso dos furos artesianos e minas, dando para isso o primeiro passo e exemplo, criando uma metodologia de recolha e análise regular nas fontes e fontanários públicos, nos quais de há muitos anos a esta parte, só existem placas a avisar do contrário à distinção da qualidade, ou seja, água imprópria para consumo. Fica a questão. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em apreço, a análise da atividade do município e da sua situação financeira, o Partido Socialista encontra-se inteirado, contudo, não podemos deixar de dar nota da satisfação e o sentido de realização que a bancada parlamentar do Partido Socialista se encontra relativamente à forma como o senhor Presidente e o seu executivo têm levado a cabo aquilo que foi o último programa eleitoral sufragado nas eleições autárquicas. Trabalhar para todas as pessoas, lutar por novos investimentos e promover a marca Póvoa de Lanhoso. Isso deixa-nos a nós, passado dois anos, orgulhosos daquilo que vossas Excelências têm vindo a aplicar e naquilo que muito bem, o senhor vereador acabou também de explicar nestes poucos três meses a atividade que o município conseguiu executar.

Relativamente a trabalhar para todas as pessoas. Desde que tomámos posse, temos vindo sempre a procurar trabalhar com aquilo que é a prata da casa. Viu-se pelas festas de São José, o programa de Verão, o próprio convívio dos trabalhadores do município e ainda agora na abertura do programa de Natal e chamou-se para atuar o coro da Santa Casa da Misericórdia, isso deixa-nos a nós, à bancada, satisfeitos.

Relativamente a lutar por novos investimentos, o exemplo que o senhor vereador aqui deu a abertura da StartUp Póvoa, LEIRA, a procura sempre do município por trabalhar e contratualizar empresas e serviços do concelho da Póvoa de Lanhoso. Relativamente a promover a marca Póvoa de Lanhoso. Um exemplo muito bom que ainda foi este trimestre, a semana da Maria da Fonte e a promoção do programa produtos

verdadeiramente locais mas, senhor Presidente, deixe-me só fazer uma pequena questão, uma vez que dezembro é um mês sempre de balanços e já estamos a dois anos do mandato e por aquilo que nós temos vindo a ver ao longo destes últimos dois anos, se nos é possível, o senhor Presidente ter noção de quantos membros do Governo, Ministros, Secretários de Estado, dirigentes de entidades locais passaram, desde que vossa excelência tomou posse até hoje, pela Póvoa de Lanhoso. É que dá-nos mesmo a entender que hoje a Póvoa de Lanhoso é vista a nível local, a nível regional e a nível nacional com outros olhos, com outra visão. E isso a nós, esta bancada parlamentar, deixa-nos satisfeitos, se fosse possível, senhor Presidente, se nos pudesse enumerar mais ou menos o número de dirigentes, Ministro e Secretários de Estado que já estiveram na Póvoa de Lanhoso e já agora a forma como vê a Póvoa de Lanhoso quando tomou posse desde essa altura até agora. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sobre este ponto em análise, a atividade do município, quero dizer que o PSD está inteirado e agradece a apresentação do senhor vereador e quero começar por deixar uma nota positiva para as atividades de Natal que estão a decorrer na Praça Eng.º Armando Rodrigues, já tive oportunidade de participar em algumas. Deixar também uma nota muito positiva para a vigésima segunda edição de Garfe Aldeia dos Presépios e também para a atividade do baixo concelho, a Feira de Natal do Baixo concelho também realizada na freguesia de Monsul, portanto, deixar aqui uma nota positiva e de felicitação para as juntas de Garfe, e também da paróquia de Garfe também envolvida, e também da Junta de freguesia de Monsul nestas duas atividades.

E começo por deixar uma sugestão relativamente à quadra natalícia. Claro que esta sugestão não vai ser aproveitada para este ano porque já não estamos a tempo, mas uma vez que existe uma tenda ali na Praça Eng.º Armando Rodrigues, por que não pensar-se para o ano, deixo aqui esta sugestão, de se fazer uma festa de passagem de ano, utilizando essa mesma tenda que é montada para as atividades da quadra natalícia e digo isso, porque na Póvoa de Lanhoso existem vários eventos privados de passagem de ano, mas eventos de rua não existe nenhum, quando digo privados, organizados por entidades privadas, eventos de rua não existe nenhum e fica aqui a sugestão que seria muito proveitoso de aproveitar a tenda para esse efeito.

Sobre outras considerações, é verdade e o senhor deputado Miguel Pereira disse que trabalhamos com a prata da casa e isso verificou-se tanto no São José como já noutras iniciativas, mas trabalhar com a prata da casa também é trabalhar com as associações juvenis e verificou-se a reativação do Conselho Municipal da Juventude e, portanto, eu

pergunto agora qual o trabalho que vai ser feito a seguir junto das associações juvenis, principalmente para as reativar, porque isso foi uma das justificações dada pelo senhor vereador Ricardo Alves para não se fazer atividades em conjunto com as associações juvenis, nomeadamente nas festas do concelho de São José e outras atividades que foram realizadas.

Na última Assembleia Municipal eu questionei sobre as férias ativas, os números, e o senhor vereador muito gentilmente me enviou, enviou à bancada parlamentar, e verifica-se que de 2022 para 2023, passaram de 151 inscritos para 104, de facto uma redução de inscritos na ordem dos 35%. Eu pergunto se tem algum feedback por parte da população, nomeadamente dos pais, o que originou esta queda, não digo abrupta, mas considerável no número de inscrições das férias ativas?

Sobre os contratos-programa assinados com os clubes desportivos, algo que é feito todos os anos, mas o que não é feito é relativamente aqui uma cláusula que é incluída, que é nova, não a cláusula mas sim uma alínea dessa cláusula que é as obrigações dos clubes. A alínea f) da cláusula sexta que diz o seguinte, diz respeito às obrigações dos clubes, como disse, os clubes estão obrigados a entregar aos atletas e aos encarregados de educação a informação do apoio concedido pelo município no âmbito do Programa de apoio ao Desenvolvimento Desportivo, sob pena de lhes vir a ser cancelado o referido apoio, gostava que me explicasse em que é que consiste este os clubes estarem obrigados a entregar aos pais e aos atletas o que o município ajuda aos clubes?

Sobre os passeios a Fátima, deixar aqui uma nota positiva, positiva, isto é dizer que os passeios, o passeio a Fátima é uma atividade importante, creio que este ano houve aqui algumas complicações por causa das condições meteorológicas, mas eu compreendo que o município tentou arranjar uma solução por causa da chuva que se verificou, mas creio que houve aqui alguma falta de coordenação, de comunicação entre as juntas e a Câmara Municipal, mas no dia acabou por correr tudo mais ou menos bem, mas o que eu quero deixar é uma nota positiva para as juntas de freguesia, porque, de facto, são as entidades parceiras deste passeio a Fátima e no fundo, são as que mais trabalham, porque as juntas de freguesia têm que mobilizar as pessoas, têm que tratar de toda a logística com os autocarros, têm que custear mais até o passeio, porque o custo do passeio é tripartido não é? Em três partes, mas depois tem a questão dos lanches que toda a gente sabe que é custeado pelas juntas de freguesia e, portanto, às vezes fala-se do passeio concelhio, associa-se o passeio da Câmara a Fátima, mas não, é o passeio, se calhar mais das freguesias a Fátima e, portanto, deixo esta nota, não tirando todo o mérito que a Câmara tem neste passeio.

Sobre a StartUp Póvoa, LEIRA, dizer antes de mais, que é uma candidatura do anterior executivo, e pergunto quando é que entra efetivamente, em funcionamento?

No âmbito da semana, Maria da Fonte decorreu no Centro Cultural de Belém, no dia 14 e 22, um espetáculo, a opereta Póvoa de Lanhoso. Estamos de acordo em levar além-fronteiras da Póvoa de Lanhoso, a história da nossa heroína Maria da fonte, mas isto

teve custos para o município, e claro que não se faz nada sem custos, mas, portanto, entendemos que é justo para as gentes da Póvoa de Lanhoso que esse espetáculo seja também exibido aqui no distrito, e porque não, também, aqui na Póvoa de Lanhoso, portanto, se existe essa possibilidade e se existindo essa possibilidade, haverá custos adicionais para além daquilo que já foi custeado pelo município?

Agora uma questão da área do ambiente. Em outubro verificaram-se, na Ribeira do Pregal ou mais conhecida como Ribeira de Riamontes, sinais de poluição muito acentuada, com cheiros, nauseabundos, cor bastante escura e bastante espuma. A Junta de Freguesia de Lanhoso reportou esta situação ao senhor vereador do pelouro do Ambiente, Dr. Paulo Gago, perante a ausência, aparentemente, de resposta, do município à Junta de Freguesia gostava de saber o que é que tem a Câmara Municipal a dizer sobre esse assunto e que diligências tomaram?”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador, Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Respondendo aqui ao Eng.º Pedro Afonso, relativamente à água foi com orgulho que a Póvoa de Lanhoso e a Câmara Municipal foi uma das 89 entidades gestoras que prestaram serviço de abastecimento público de água em baixa e que foi distinguida com a categoria de selo de qualidade exemplar, de água para consumo humano. Também a lógica que aqui também temos que dar e dizer que há o contributo das Águas do Norte, por isso, nós também a campanha que devemos promover será o consumo de água da nossa torneira e a rede pública, porque eu acho que é importante e temos esta garantia de qualidade exemplar, para além de que, também, lhe posso adiantar que, de facto, também é objetivo deste executivo e, se calhar, a breve trecho, a análise aos nossos fontanários públicos e é lógico que provavelmente alguns deles terão a água imprópria para consumo e a placa terá que estar lá, mas aqueles que a água será boa para consumo, serão analisados e será também reposta essa placa.

Relativamente à comunicação da Junta de Freguesia de Lanhoso, o vereador Ricardo Alves terá mais informações relativamente a isso, porque eu entretanto, encaminhei esse assunto para a GNR e entretanto, o vereador Ricardo Alves dará aqui o feedback da GNR. Muito obrigado.”

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Muito breve, só para abordar aqui então, dois assuntos mais da minha área, um relativamente à questão agora das casas de banho nas escolas, da gestão da casa de banho nas escolas trazida aqui a esta assembleia pelo senhor deputado Pedro Afonso. É

assim, se as escolas estarão preparadas? Se for obrigatório, têm que se preparar. O que eu acho e provavelmente, nós enquanto executivo, achamos, que isto merece uma reflexão alargada que envolva, obviamente, toda a comunidade educativa. Desde logo o Conselho Municipal de Educação, os Conselhos Gerais das escolas, onde estão os docentes, onde estão os encarregados de educação, os alunos e isto há-de ser, tem que ser debatido, analisado, porque as escolas debatem-se com muitas problemáticas. Na minha opinião, a prioridade de qualquer escola é o sucesso dos alunos e tudo o que contribua para esse sucesso será bem-vindo, tudo o que cause ruído e que não contribua de alguma forma, tem que ser analisado, e bem analisado e ponderado, e será essa a nossa perspetiva enquanto executivo na discussão deste tema.

A outra questão trazida aqui pelo senhor deputado Luís Carvalho, que se refere à questão da opereta Maria da Fonte da semana Maria da Fonte. A semana Maria da Fonte foi uma semana importante que, mais uma vez, nos permitiu trazer ao de cima, esta que é a marca mais relevante do nosso concelho em termos de património de afirmação, permitiu-nos não só aqui no âmbito da semana e das conferências, falarmos e trazer também a possibilidade em termos históricos e de pessoas que têm um vasto conhecimento e trabalho feito. Investigação histórica à volta da temática da Maria da Fonte. Termos essa possibilidade de ouvirmos e debatermos esse tema, trouxe a possibilidade também de associarmos esta semana Maria da Fonte, o empreendedorismo feminino e nesse aspeto foi muito relevante a participação das empresárias concelhias, e dos seus testemunhos e a possibilidade que nos deram de alavancar até outros caminhos. A partir desta semana, Maria da fonte, ao nível do empreendedorismo feminino e das empresárias femininas, a afirmação também da Póvoa de Lanhoso nesta opereta, no sentido em que nós recuperámos um documento esta opereta, que se não fosse esta oportunidade do Laboratório de Ópera do CCB, do Centro Cultural de Belém, nos desafiar a acompanhar-nos, este objetivo de recuperar esta opereta que estava perdida, nem nós, provavelmente sabíamos que ela existia e nesse aspeto foi muito importante para nós e foi uma oportunidade que nos foi trazida pelo Laboratório de Ópera Portuguesa de recuperar esta opereta Maria da fonte que foi estreada no CCB no Centro Cultural de Belém ao mais alto nível, com o coro de São Carlos, com a Orquestra Nacional, enfim, ao mais alto nível e, de facto, foi uma oportunidade fantástica e eu obviamente que estou, como o senhor deputado dizia também muito expectante, porque vamos ter cá, se Deus quiser, no próximo ano em abril, a opereta, nós não temos, infelizmente, aqui na Póvoa de Lanhoso, condições de trazer o formato da opereta, ela vem a Fafe, já está contratualizada, esse serviço já está contratualizado ao multiusos, queremos envolver aqui todo o território, sobretudo ao nível da orquestra através da ArteAve e fazermos aqui também esta oportunidade de termos o território, mais uma vez também a trabalhar as temáticas da Maria Fonte, através desta coesão e também estamos a ser desafiados para ao nível do coro, envolvermos coros locais, que queiram participar e apoiar depois os cantores

profissionais no próximo ano, então teremos nós aqui no Theatro club, ou fora do teatro, ainda estamos a estudar também em abril a oportunidade de termos aqui uma versão reduzida desta opereta, vamos ter essa oportunidade, vai ter custos, isso vai ter outros custos também que não serão custos exagerados, serão custos que vamos conseguir suportar e que já fazem parte do Orçamento da Cultura para o próximo ano, mas vai ser uma oportunidade como foi uma oportunidade esta semana Maria da Fonte que aconteceu em Lisboa.”

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado Luís Carvalho, sim, de facto, o Conselho Municipal de Juventude foi realizado pela primeira vez nos últimos quatro anos, diria eu que já fizemos duas reuniões do Conselho Municipal de Juventude e onde foi debatido, sendo certo que eu também já tinha feito uma reunião com todas as associações juvenis do concelho, uma a uma para precisamente, debatermos e percebermos quais são as dificuldades atualmente das associações juvenis e pareceu comum a todas esta desmobilização que o COVID acabou por imputar à sociedade, ficamos todos muito fechados em casa e, por consequência, muito introvertidos, muito pouco associados, e tem sido difícil, todas as associações reconheceram isso, tem sido difícil voltar a essa vida ativa e por isso é que nós decidimos, naturalmente, dar este pontapé de partida, digamos, tendo em conta que o anterior tiro de partida, tenha sido um tiro um pouco seco, reativar o Conselho Municipal de Juventude, incentivar as associações a estarem presentes, independentemente de terem ou não terem estatutariamente capacidade de voto, o que nós estamos a fazer para que as associações, de facto, retomem a sua atividade. Foi também explicado isso nessa última reunião, criamos o Gabinete de Apoio à Juventude, o GAJ, que irá estar disponível para receber as associações, os seus representantes, quem já tem associações, e quem as quer, ao fim, e ao cabo, oficializar, legalizar ou pôr de forma que, de facto, sejam consideradas associações juvenis de pleno direito de voto no Conselho Municipal de Juventude, porque os estatutos assim o dizem e até para que também possam concorrer a vários subsídios e apoios do Estado que continuam a existir ao longo do ano, mas, naturalmente, só para essas instituições, nós queremos que, de facto, a Póvoa de Lanhoso continue a ter a vida associativa que sempre teve e, portanto, queremos e aproveito este púlpito para dizer exatamente isso, que todas as associações, as que estão legalizadas, as que estão em vias de se legalizar, aquelas que ainda são só um grupo de amigos que têm um determinado tema que querem trabalhar, que se associem, que comecem a trabalhar, que venham ter connosco ao espaço jovem, que é, de facto, o local certo e que, a partir daí, a gente consiga mobilizar a juventude Povoense, para além daquilo que seria o bar oficial das noites de São José, acho muito redutor quando uma associação juvenil só tem essa atividade por ano e, portanto, e só para lhe dizer que o que eu tinha dito foi que nós queremos proteger a prata da casa e a

prata da casa inclui também o comércio tradicional e as pessoas que, ao longo do ano, pagam os seus impostos, têm os seus funcionários e pagam as suas contribuições e que depois viam, de uma forma um bocadinho, eu diria despropositada um conjunto de associações que, no dia mais importante do ano, ao fim, e ao cabo, lhes tiram grande parte do rendimento. Nós queremos que as associações estejam presentes na vida ativa da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente nas festas de São José também, mas acreditamos que elas terão lugar certo para estar e, portanto, fica esse repto para as associações para darem esse passo em frente.

No que diz respeito à festa da passagem de ano, nós este ano por acaso estamos a preparar algo desse género, mas não 31, no 30, portanto, no programa se for analisar no dia 30, nós queremos fazer, pegando neste projeto que é A Póvoa Dança uma despedida do ano velho, de forma que venha toda a gente à tenda e faça uma festa dessa despedida de ano, sendo certo também e como nunca houve essa tradição, nós tentámos fazê-la o ano passado, acabamos por não conseguir arranjar um modelo certo ainda falámos nisso várias vezes, quando estivemos a programar o Natal na Praça e estou certo que no próximo ano iremos ter algo, não será na rua, será mesmo na tenda, mas algo que possa servir as pessoas que, na prática, querem sair de casa às dez da noite, onze da noite e que queiram passar uma passagem de ano em comunidade e, portanto, está nos nossos planos, isso também.

Depois os contratos de desenvolvimento desportivo, qualquer contrato é sempre uma, ao fim, e ao cabo, uma forma que duas partes encontram para desenvolver uma atividade qualquer, seja ela comercial, seja ela associativa e, portanto, de facto, a grande novidade deste ano dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo de todos eles é um anexo, o anexo um, que tenho aqui na mão, porque é um pequeno documento onde, de facto, como o senhor disse e muito bem, estão vertidas todas as participações que a Câmara Municipal tem e há que ser justo e honesto, sempre teve, no apoio à vida desportiva do município de todos estes nossos clubes e essas associações que fazem um trabalho absolutamente fantástico ao longo de todo o ano, nas mais variadas áreas desportivas. Sendo certo que eu se perguntasse às pessoas todas desta sala, se alguém sabe aqui qual é a participação que a Câmara Municipal tem nos clubes e nas associações desportivas, muito provavelmente nenhum sabe ou não sabe tão inteiramente e como o único vínculo que nós temos de ligação com os clubes é exatamente este contrato-programa e para que não haja mal-entendidos e maus esclarecimentos e fazendo também aquilo que é obrigação do município, é informar os clubes de qual é a participação que a Câmara Municipal tem em função daquilo que são as atividades, porque há uns que fazem atletismo, outros fazem natação, outros jogam futebol mas, na prática, essa informação vai sempre para os clubes, mas dos clubes nunca passa para os pais ou se passa, não passa completa, passa semi-completa, se me permitem a expressão, o que nós decidimos fazer para evitar isso é, de facto, incluir nesse contrato essa obrigatoriedade, porque é uma obrigação dos clubes informar os

pais daquilo que são as suas participações dos apoios que também recebem da Câmara Municipal e, portanto, neste pequeno panfleto, eu tenho aqui um, mas depois se for necessário, posso fazer chegar mais o que diz, diz algo tão simples como isto, quais são os valores que são cobertos pela Câmara Municipal no que diz respeito ao futebol e no que diz respeito ao basquetebol, portanto, atendendo a algumas dúvidas que houve o ano passado, que se geraram muitas polémicas, outras que já houve no início deste ano da época desportiva, o que nós decidimos e para que os clubes não tenham nenhuma dificuldade em informar os pais e para que os pais, de facto, tenham esse direito de ser informados, os clubes que têm essa ligação com os atletas maiores de idade ou com os pais dos menores, os clubes têm essa obrigação de à imagem daquilo que se faz nas escolas, quando nós vamos levar os nossos filhos, todos nós temos informações sobre os seguros, a alimentação, as regras da escola e, portanto, essa é uma obrigação que nós achamos que deveria ser, de facto, da parte dos clubes fazê-lo e, portanto, nós arranjámos este mecanismo no contrato e, portanto, todo ele está devidamente descrito nesse contrato de desenvolvimento desportivo.

No que diz à StartUp LEIRA, ela irá entrar em funcionamento em janeiro de 2024. Pronto, já está tudo pronto, falta só alguns pequenos acertos e irá entrar em janeiro de 2024 em funcionamento.

Sobre o passeio a Fátima e a dificuldade de logística. Eu diria que a dificuldade de logística percebemos três dias antes que não passeio com três mil pessoas a previsão para chuva naquele dia naquela hora seria de 98% e, portanto, o que nós tentámos foi minimizar e arranjar alternativas, arranjar alternativas para abrigar três mil pessoas, arranjar alternativas para estacionar sessenta e muitos autocarros, arranjar alternativas até para uma simples casa de banho para três mil pessoas, portanto, o que nos pareceu mais próximo, mais lógico foi a solução do Estádio do União de Leiria que muito agradecemos na altura e continuamos a agradecer ao Presidente da Câmara que disponibilizou esse equipamento e que, de facto, deu uma solução que era a única possível e que nós conseguimos em três dias, passar essa informação e a dificuldade logística pareceu-me mais da sua parte, quando estava com muita dificuldade em chamá-lo passeio concelhio, ele é mesmo um passeio concelhio por exemplo, em 2019 nas redes sociais do município tinha passeio sénior, é um passeio sénior, é um passeio concelhio, sempre foi com as freguesias, é com as freguesias e, naturalmente, irá ser nos próximos anos com as freguesias, porque contamos sempre com o apoio das juntas de freguesia, para essa organização desse e de outros passeios, dos convívios que fazemos ao longo do ano.

Por último, o derrame na ribeira ali em Lanhoso a Proteção Civil também foi chamada, e foi acionada e nós, naturalmente, denunciámos o caso, e chamamos os serviços, da proteção da natureza e ambiente da GNR que é o SEPNA que esteve no local que tomou as devidas providências e que, naturalmente terá feito, digo eu o trabalho que tinha que fazer de tentar identificar o local de onde vinham essas escorrências e agir em

conformidade com isso mesmo, o que me parece também que teve sucesso, porque nos dias seguintes, não se verificou, pelo menos até hoje, nós não temos ainda nenhuma indicação sobre essa situação, pelo que diz respeito aos serviços do SEPNA e, naturalmente, eles poderão dar maior pormenor. Muito obrigado.”

Ainda da parte da Câmara Municipal, interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Responder ao deputado Miguel Pereira a propósito das visitas dos governantes ao concelho da Póvoa de Lanhoso. Bom, eu nunca fiz essa contabilidade, tentei fazer durante estes minutos alguma contabilidade nesse sentido. O que é facto é que, durante estes dois anos tivemos cá muitos membros do Governo, muitos Ministros, muitos secretários de Estado e sempre no intuito de, por um lado, promover o território, por outro lado, partilhar preocupações com os membros do Governo que, naturalmente, estando presentes e podendo na primeira pessoa assistir às necessidades, como aconteceu, por exemplo, com a senhora Ministra da Coesão e com o Professor António Cunha, quando visitámos a Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso ou a reunião que fizemos com o Ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, a propósito das nossas dificuldades e necessidades no que diz respeito à rede de saneamento ou relativamente ao Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, que teve oportunidade de estar na Póvoa de Lanhoso e apresentar a terceira EIP do concelho, que é um, portanto, um meio fundamental para ajudar a combater as necessidades no que diz respeito às intervenções permanentes no nosso concelho, já tínhamos duas, passamos a ter três, mas também relativamente à Secretaria de Estado da Proteção Civil esteve cá a senhora Secretária de Estado, também na Semana da Proteção Civil, promovida pela primeira vez pelo município da Póvoa de Lanhoso ou a senhora Secretária de Estado da Inclusão, que teve oportunidade de estar connosco também em várias iniciativas promovidas pela escola Gonçalo Sampaio e pela Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga ou o senhor Secretário de Estado da Educação que teve também connosco numa iniciativa importante e que diz respeito também ao reforço dos meios e condições que temos e que oferecemos à comunidade escolar ou o senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais que teve também presente na inauguração do campo de Padel e que pode perceber que um espaço, o campo de Padel e todo aquele polidesportivo, que um espaço que estava naquelas condições há mais de trinta anos, finalmente, pode ser requalificado e, portanto, recuperado e entregue não só à comunidade escolar, mas também disponibilizada à comunidade como um todo, nomeadamente o campo de Padel, que é mais um equipamento desportivo que está à disposição das pessoas. Recentemente, o senhor Ministro da Economia que esteve na inauguração da StartUp e que é uma figura, não só uma figura no âmbito político, mas também uma figura no âmbito, uma referência no âmbito da economia nacional, um homem com provas dadas e que, naturalmente, ao visitar o nosso território, ao compreender os meios que estamos

a criar, leva daqui também uma visão daquilo que é a nossa visão do que deve ser o apoio às empresas, nomeadamente às empresas recém-criadas e, portanto, essa sensibilização de um membro do Governo com uma pasta tão importante também é importante para nós, mas, por exemplo, no segundo mercado das oportunidades que vamos ter já no início de janeiro em que estará cá a senhora Secretária de Estado do desenvolvimento regional, pela primeira vez na Póvoa de Lanhoso também e, portanto, nós estamos a trabalhar constantemente com os membros do Governo, tentando aproveitar todas as oportunidades de os trazer ao nosso território e não os referi todos como percebeu, mas são muitas as oportunidades que nós queremos criar com este Governo, com o Governo anterior a este com o próximo Governo, seja ele qual for, porque o concelho da Póvoa de Lanhoso precisa dessa proximidade aos governantes e, portanto, nós vamos sempre ter essa predisposição para convidar os membros do Governo para virem à Póvoa de Lanhoso, perceber as nossas necessidades, as nossas dificuldades e ajudar-nos a encontrar soluções, porque também é para isso que estamos eleitos, estamos eleitos para gerar essa proximidade e atrair os membros do Governo para eles levarem daqui uma visão daquilo que é a necessidade do nosso concelho, para que, para eles o concelho da Póvoa de Lanhoso não seja mais um.

Vocês vejam bem que um presidente de Câmara, quando é abordado por um presidente de junta, pois são vinte e dois há uns anos atrás, eram vinte e nove, são vinte e dois entre os seus pares eram vinte e nove entre os seus pares, um ministro ou um secretário de Estado, quando é abordado por um Presidente de Câmara, é um em trezentos e oito, portanto, vejam bem, se não existir aqui algum fator que, de alguma forma, possa ser dito positivamente diferenciador a Póvoa de Lanhoso corre o risco de ser um entre trezentos e oito e eu quero acreditar, mas essa é uma sensação minha, quero acreditar que, nestes dois anos que levamos de mandato, a Póvoa de Lanhoso deixou de ser um entre trezentos e oito, a Póvoa de Lanhoso passou a ser um concelho referenciado, evidenciado por boas razões por esta proximidade que nós geramos com os membros do Governo e queremos, como é evidente, que os frutos sejam progressivos e que vão surgindo, como já tem acontecido e como desejamos que continue a acontecer ao longo de, pelo menos dos próximos dois anos. Repito, esteja quem estiver em funções, naturalmente, esperando eu que seja dada continuidade às políticas que têm sido seguidas pelo atual Governo da República. Muito obrigado.”

Seguidamente, o presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho para pedidos de esclarecimentos.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sobre a questão das descargas na Ribeira do Pregal ou Ribeira de Riamondes o senhor vereador, disse que aconteceu em outubro e que não mais aconteceu, mas isso não é

verdade, portanto, aconteceu em outubro e houve um e-mail enviado pela Junta de Freguesia que não teve resposta, e depois num espaço social foi publicado um vídeo e teve aqui uma resposta do senhor Luís Novais, membro do Gabinete de Apoio à Presidência e que diz o seguinte, dito pelo senhor Luís Novais, a 29 de outubro, as autoridades competentes já estão com a situação em mãos, estando a origem identificada, e acrescenta ainda, o problema está resolvido, em dezembro, a mesma situação volta a acontecer e aquando deste novo sucedido, esse mesmo membro do GAP diz o seguinte, isto a 07 de dezembro, o discurso é sempre o mesmo, a responsabilidade é dos outros, agora os outros que resolvam, eu fico confuso com estas afirmações e isto está no Facebook, se quiserem ver, está publicado, está na resposta do senhor Luís Novais a um vídeo.

Perante estes factos, urge perguntar se a origem deste problema está identificada, podem nos informar qual a origem? Como é que ocorreram estas descargas para a Ribeira de Riamondes e em que assentou esta solução do problema? É que se em outubro estava resolvido e em dezembro, volta a ocorrer, algo está mal aqui, algo está mal que não está bem, não é, como se costuma dizer.

Por fim, dizer que um membro do Gabinete de Apoio à Presidência deve ter alguma contenção nas abordagens que faz, até porque este é um assunto sensível para o concelho, sendo assim, o seu acompanhamento é uma responsabilidade para o executivo em funções do qual ainda que sem pelouros também faz parte, porque faz parte do Gabinete de Apoio à Presidência.

Dizer-lhe que o passeio a Fátima é um passeio concelhio de facto é quando participam todas as freguesias, mas verifica-se que no passado havia uma freguesia de São Martinho e Louredo que não participava, mas agora participa mas se é com todas as freguesias é concelhio, mas antigamente havia uma que não participava. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado Luís Carvalho, o senhor já não é a primeira vez, e é comum às vezes vir daí algumas coisas, eu não disse que nunca mais aconteceu o que eu disse foi que aconteceu daquela vez, foram chamados os serviços competentes e que eu saiba, não voltou a acontecer, pois, mas que eu saiba e eu sou o vereador da proteção civil e, portanto, poderei saber assim como qualquer outro membro do executivo.

Sobre as considerações dos comentários do Facebook, o senhor disse e eu gostei muito de o ouvir que o senhor Luís Novais, no lugar que ocupa que devia ter cuidado com aquele documento no Facebook, o senhor é Presidente do maior partido da oposição da Póvoa de Lanhoso, e não tem a mais pequena noção de comentários que faz no

Facebook, sendo certo que nós não estamos aqui a discutir o Facebook, percebe? Porque isso é elevar a conversa, a um nível tão baixo que não vale a pena estarmos aqui a definir isso.

Sobre o passeio a Fátima é como sempre foi, é um passeio concelhio que vai continuar a ser concelhio, naturalmente, que aberto a todas as freguesias e que, naturalmente, não há a obrigação de nenhuma participar, às tantas no passado uma ou duas não participaram, às tantas no futuro, poderá acontecer e não deixará nunca de ser um passeio concelhio, e mais uma vez, reforço um passeio concelhio com a participação de todas as juntas de freguesia, isso é inevitável e, portanto, não sei qual é a sua dúvida.

Sobre qualquer outra situação que possa existir de derrames, repare se as autoridades vão ao local, as autoridades fazem o seu trabalho, não cabe à Câmara Municipal vir aqui dizer olhe identificaram o senhor A, B ou C, isso é um trabalho das autoridades, as autoridades, irão naturalmente, agir em conformidade.

Sobre a responsabilidade que a Câmara tem, a responsabilidade que a Câmara tem é, de facto, perceber em função daquilo que são as informações que nos chegam e ativar as autoridades competentes, naturalmente, quando for da nossa responsabilidade, nós agiremos em conformidade, quando for da responsabilidade de outros, chamaremos as autoridades e elas, naturalmente terão essa responsabilidade e obrigação de responder a essas solicitações.”

Posto isto, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto um da ordem do dia e informou que se faria um intervalo de dez minutos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do regimento da assembleia municipal.

Após o intervalo, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, retomou a sessão e passou ao segundo ponto da ordem do dia. **Ponto Dois: a) Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1º Semestre de 2023 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.**

b) Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 3º Trimestre de 2023, da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

c) Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1.º semestre de 2023, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como o senhor Presidente partilhou já com todos, o ponto dois, são três informações a esta Assembleia Municipal, duas delas que são relatórios do revisor oficial de contas, uma relativa ao primeiro semestre da Escola Profissional do Alto Ave, da EPAVE, e o último também o relatório semestral relativo à gestão da Câmara Municipal. Estes três documentos são documentos técnicos em termos gerais relativamente ao primeiro que é a informação do relatório semestral da EPAVE, nós já aqui analisámos os relatórios parcelares, tanto do primeiro semestre, como do segundo, este relatório semestral é basicamente a compilação, digamos assim, dos dois documentos que aqui já foram analisados por nós e que, aos quais nós já nos sentimos inteirados e relativamente a este documento e o revisor alerta apenas para duas situações que eu quero aqui também evidenciar, que é o facto de ainda não estar publicado no site da EPAVE o Plano de Prevenção de Corrupção no risco de gestão, que é um documento que está em preparação, está a ser elaborado que é da responsabilidade da senhora diretora-geral e que o compromisso que temos é que ele seja ainda publicado no início do ano que vem durante o primeiro trimestre.

Também dar conta ainda no âmbito desta situação que relativamente à comparticipação pública nacional, não foi possível relativamente àquilo que era expectável, ou havia essa expectativa que no ano que o Orçamento do Estado pudesse esta comparticipação pública nacional ser assumida pelo Orçamento de Estado, facto que acabou por não suceder, apesar das várias diligências, quer das quatro escolas profissionais que estão nesta situação na qual se inclui a EPAVE, quer da parte do executivo municipal, não foi, de facto possível esta concretização e neste sentido na última reunião de câmara foi então já sujeita à aprovação o contrato-programa com a EPAVE que vai regularizar esta situação.

Relativamente à informação da Câmara Municipal sobre o relatório de Orçamento do terceiro trimestre da EPAVE este terceiro trimestre coincide com o período das férias e com o início do ano escolar, em termos de informações dizer-vos que os índices de execução global da despesa estão em percentagens muito satisfatórias nos 54%, enquanto que a execução da receita cobrada líquida também está a níveis muito satisfatórios de 88%. Verificámos neste período, algumas alterações orçamentais modificativas e permutativas que estão relacionadas com o adiantamento do CTE, do Centro Tecnológico especializado em que já recebemos 30% de adiantamento deste programa, também o recebimento de candidaturas aprovadas em 2022 que, de facto, também obrigou-nos aqui a uma alteração e também ao programa Erasmus +.

Relativamente ao último ponto e que tem a ver com o relatório semestral da Câmara Municipal, também aqui os indicadores são muito satisfatórios, os indicadores financeiros estão estáveis relativamente e comparativamente ao período homólogo,

temos então rácios de liquidez e rácios de solvabilidade e autonomia muito satisfatórios e os resultados do exercício, estes não são expectáveis os mesmos depois no final do ano, uma vez que nós temos aqui resultados do exercício muito positivos, mas que depois no final do ano são compatibilizados com o imobilizado e os resultados depois não têm estes valores, aliás, o normal que aconteça é que depois os valores sejam até negativos. Relativamente à execução da receita, apresentámos uma taxa de execução de 54%, sendo que no período homólogo foi de 49%, a execução orçamental da despesa corrente e receita corrente foi conseguida entre 41% e 52% por cento, respetivamente, sendo que, no ano anterior tinha sido 40 e 50%, nas despesas de capital houve uma execução de 33%, sendo que no período homólogo que tinha sido também de 32%, a taxa de execução da receita foi superior à taxa de execução da despesa. Logo, a receita corrente conseguiu financiar toda a despesa corrente, o que é um dado muito positivo.”

Depois o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a este ponto na alínea a) que se refere à informação da Câmara Municipal no que respeita ao relatório do ROC inerente ao primeiro semestre de 2023 da EPAVE, estamos inteirados sobre o conteúdo remetido para análise, na alínea b) é apresentado o relatório de execução orçamental da EPAVE precisamente quanto ao terceiro trimestre do ano de 2023, são apresentados resultados de execução orçamentais da despesa e da receita, respetivamente, satisfatórios também aqui com a recuperação da entrada da receita relativa do ano anterior, nomeadamente projeto Erasmus, conforme referi na Assembleia do ano passado e posto isto o grupo parlamentar do PSD encontra-se inteirado sobre esta alínea. E uma vez que o documento refere o início do projeto, está vertido no relatório sobre o adiantamento da receita do Centro Tecnológico, eu gostaria também de saber se há algum ponto de situação sobre a implementação deste centro. Por último, sobre esta alínea c), estamos inteirados sobre a informação do ROC de informação semestral da Câmara Municipal. Trata-se de um documento técnico com valores satisfatórios nos indicadores financeiros. Eu, contudo, alerto aqui sobre a diminuição do indicador referente à capacidade do município em honrar as suas obrigações a curto e longo prazo, com o decréscimo do rácio de liquidez geral, temos aqui vindo a analisar e a verificar também a diminuição ao longo dos períodos homólogos. Gostaria que soubessem aqui explicar a que é que se deve esta diminuição. Também na página seis do relatório do ROC, consta aqui uma diminuição de 346.24% do total do capital próprio, eu penso que se trata aí de uma gralha, não é negativo, mas penso que seja positivo, talvez seja melhor alterar essa situação. Página seis. Tenho aqui

o resultado líquido do período, temos uma diminuição aqui de 346.24 e é um aumento, não é uma diminuição, é só isto obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Muito obrigado, Senhor Presidente, se me permitir faço a intervenção daqui da bancada, porque é somente para dar nota a esta assembleia que o CDS-PP se encontra inteirado do teor dos relatórios remetidos, muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto de situação do CTE, nós então de facto, já assinámos o acordo de execução, já recebemos, a EPAVE já recebeu 30% de adiantamento da verba. Neste momento, estamos a preparar todo o processo para o concurso público internacional, com o apoio também do município, tanto apoio jurídico, como apoio ao nível da contratação pública, porque, de facto, a EPAVE não tem esses meios técnicos para estes procedimentos que são de alguma complexidade. Nesse sentido, o município está a prestar esse apoio e está a decorrer conforme é expectável que decorra em termos da sua execução. Os prazos são curtos, nós temos este ano para executar a maioria da obra e do projeto e nesse sentido, estamos empenhados em que nada falhe.

Dar aqui também a boa nova que saíram há dois dias as publicações das escolas que foram agora também abrangidas no âmbito da segunda candidatura dos CTE e temos, felizmente, a Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, também integrada nesta listagem com um centro tecnológico na área da informática, o que a concretizar-se, porque ainda estamos em período de reclamações das candidaturas que não viram aprovadas os seus projetos e pode haver aqui alguma alteração, o que é pouco expectável, porque a escola ainda tem vinte cinco abaixo dela, o que a concretizar-se é muito positivo para o concelho da Póvoa de Lanhoso, nós temos duas escolas a exercer ensino profissional e, felizmente, e se tudo correr bem, vamos ter as duas escolas com centros tecnológicos especializados, o que, de facto, é notável para um concelho como o nosso e quero deixar aqui expressamente em nome do município, o trabalho que as escolas fizeram para alcançar estes feitos, que é um trabalho que foi agora conseguido, mas que ainda agora na concretização das candidaturas um trabalho também que tem que ser um trabalho de muito empenho, muito rigor, porque a candidatura está aprovada, mas ainda não

está executado e nesse aspeto também nos disponibilizamos, assim como estamos a fazer com a EPAVE, à Escola Secundária, para prestar o apoio necessário para que as coisas se concretizem, e levemos todos a bom porto, este grande desafio eh relativamente às questões que falou do relatório do ROC e do engano nós vamos tentar perceber junto dos serviços técnicos o que é que, de facto, se há algum erro ou não, porque neste momento, não conseguimos ter essa informação. Muito obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto dois da ordem de trabalhos.

Deliberação a): A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1º Semestre de 2023 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação b): Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 3º Trimestre de 2023, da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Deliberação c): Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, inerente ao 1.º semestre de 2023, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da revisão dos estatutos da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Trazemos então uma proposta de alteração dos estatutos da EPAVE. Os estatutos da EPAVE foram revistos em 2019, mas carecem agora e nesta oportunidade de os reformularmos sobretudo esta reformulação está mais relacionada com a necessidade de alterarmos o artigo 41 relativamente à legislação laboral. Aproveitando este facto, fizemos também aqui alguns reajustes que são reajustes mais de pormenor um no artigo 14 que tem a ver com os órgãos sociais nada alterou relativamente aos órgãos sociais, apenas nos estatutos anteriores não existia a palavra sociais, estava apenas órgãos, entendem os advogados que analisaram estes estatutos que esta palavra fazia aqui todo o sentido e a diferença, nesse sentido trazemos aqui esta proposta, então que, no ponto um do artigo 14 possamos então acrescentar aqui a palavra sociais.

Relativamente ainda a outra alteração que se prende ao mandato da direção pedagógica e a proposta é que o mandato do órgão da direção pedagógica acompanhe, e seja coincidente com o mandato do Conselho de Administração é assim que também nos parece que deve ser aquilo que altera relativamente ao anterior é o facto de acrescentarmos aqui coincidente com o mandato do conselho de Administração, o órgão de gestão, tudo o resto se mantém.

Agora, como vos dizia, a maior alteração prende-se então com o artigo 41 que diz respeito à legislação laboral em que nós tínhamos apenas aqui nos antigos estatutos, a referência ao contrato individual de trabalho e agora então acrescentamos aqui que também que a relação laboral com os trabalhadores da EPAVE aplica-se o contrato coletivo de trabalho que regula as condições de trabalho a todo o setor privado da educação, ensino particular cooperativo e profissional, celebrado com a FENE e com a CNEF, desde que estejam sindicalizados com a exceção dos artigos 7º, 8º, 9º e 10º e respetivas tabelas deles constantes que se aplicarão também aos trabalhadores não sindicalizados, docentes, e não docentes. Subsidiariamente aplicar-se-á o Código de Trabalho, isto para ficarmos então no cumprimento da lei e são estas as três alterações que propomos aos estatutos.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este ponto, intervenho, senhor Presidente, só mesmo para transmitir que o CDS-PP está inteirado das alterações efetuadas aos estatutos da Escola Profissional do Alto Ave, nada tem a opor e votará favoravelmente a proposta.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Rita Teixeira.

Interveio a deputada Rita Teixeira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a este ponto, mais concretamente, a análise e deliberação da revisão dos estatutos na Escola Profissional do Alto Ave, tratando-se do aperfeiçoamento de termos, nomenclaturas e clarificação de legislações vigentes existentes no regulamento já aprovado em sede de Assembleia Municipal no ano de 2019. Posto isto, o grupo parlamentar do PSD quer dizer apenas que votará favoravelmente esta proposta de revisão.

Verifica-se a incorporação de uma alínea relativa à legislação, pelo que se questiona se a mesma se prende com a fiscalização da ACT que decorreu na EPAVE, obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Permitam-me que faça a intervenção aqui da mesa, apenas para dizer que estamos inteirados das alterações propostas, nada temos a opor e portanto votaremos favoravelmente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto três colocando o mesmo à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da revisão dos estatutos da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto quatro da ordem do dia. **Ponto Quatro: a) Proposta da Câmara Municipal para concessão de redução de 30% do pagamento do IMI para os titulares do cartão humanitário, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro).**

b) Proposta da Câmara Municipal para aprovação da fixação das taxas de IMI para o ano de 2023 (a receber em 2024), para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º regimento da Assembleia Municipal.

c) Proposta da Câmara Municipal para aprovação da fixação da taxa de derrama para 2024 em 0%, para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com a alínea d) n.º 1 do artigo 2.º do regimento da Assembleia Municipal.

d) Proposta da Câmara Municipal para aprovação da taxa municipal de direitos de passagem, fixando o seu percentual em 0,25%, e correspondente lançamento, a aplicar no ano de 2024, para os efeitos previstos na alínea b) n.º 1 do artigo 2.º do regimento da Assembleia Municipal.

e) Proposta da Câmara Municipal para aprovação da percentagem de 4,50% na participação no IRS do ano 2024, para os efeitos previstos na alínea b) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para apresentar o ponto quatro, alínea a) proposta da Câmara Municipal para a concessão da redução de 30% de pagamento de IMI para os titulares de cartão humanitário nos termos do n.º 2 do artigo 16º da Lei das Finanças Locais, Lei 73/2013, de 3 de setembro. Entre o município da Póvoa de Lanhoso e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso e a Cruz Vermelha Portuguesa, Núcleo da Póvoa de Lanhoso são estabelecidos os termos e condições de um conjunto de benefícios, incentivos sociais a conceder aos elementos do quadro ativo de ambas as instituições possuidores do cartão humanitário, tendo subjacente o espírito de missão que a ele está associado, designadamente a redução de 30% do pagamento do IMI. Neste âmbito, foram analisados 12 processos, tendo sido deferido a concessão do apoio à totalidade dos pedidos apresentados estimando-se uma isenção fiscal na ordem dos oitocentos e cinquenta euros e setenta e seis cêntimos.

Ponto quatro alínea b) proposta da Câmara Municipal para aprovação da fixação da taxa de IMI para o ano de 2023 (a receber em 2024), para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal, manteve-se à imagem do deliberado no ano transato, a fixação da taxa urbana para imóveis avaliados no código de IMI nos 0.30%, valor mínimo e a fixação da dedução de IMI, atendendo ao número de dependentes nos seguintes termos, um dependente 20 euros, dois dependentes 40 euros, três ou mais dependentes 70 euros.

Ponto quatro alínea c) proposta da Câmara Municipal para aprovação da fixação da taxa de derrama para 2024 em 0%, para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com a alínea d) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento desta Assembleia Municipal, manter-se à imagem do deliberado no ano transato a fixação da taxa da derrama em 0%, reiterando o compromisso do executivo municipal em potenciar e atrair investimento para o concelho.

Ponto quatro alínea d) proposta da Câmara Municipal para aprovação da taxa municipal de direitos de passagem fixando o seu percentual em 0.25% e correspondente lançamento a aplicar no ano de 2024, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento desta Assembleia Municipal, também se manteve à imagem do deliberado no ano transato, a fixação da taxa municipal de direitos de passagem a 0.25%, considerando a justeza da medida no sentido que a mesma será imputada às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo.

Ponto quatro alínea e) proposta da Câmara Municipal para aprovação da percentagem de 4.5% na participação no IRS do ano de 2024, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal, no seguimento do pressuposto que teve por base a redução desta taxa em 2023 e cientes do agravamento da situação económico-financeira das famílias por via do aumento muito significativo dos custos dos bens essenciais por via, infelizmente, da elevada taxa de inflação, o executivo municipal

deliberou a continuidade da redução desta taxa de 4.75% para 4.5%, revertendo este imposto a favor das nossas famílias povoenses.

São estas cinco propostas que deixo aqui à vossa consideração, à consideração desta Assembleia Municipal. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Quanto à alínea a) relativamente à proposta de redução em 30% do valor do IMI a pagar pelos titulares do cartão humanitário, o CDS-PP está inteiramente de acordo, como, aliás, tem vindo a ser a nossa posição nesta matéria ao longo dos anos, queremos ainda enaltecer, uma vez mais, o relevante e meritório serviço prestado aos povoenses, quer pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, quer pelo Núcleo da Póvoa de Lanhoso, da Cruz Vermelha Portuguesa. Este pequeno gesto de gratidão para com quem tudo faz diariamente na prestação do socorro e assistência no nosso concelho, é inteiramente justo e merecido na nossa opinião, pelo que votaremos favoravelmente a proposta.

Quanto à alínea b), no que diz respeito à proposta de fixação das taxas de IMI para o ano de 2024 no valor percentual mínimo, bem como a aprovação da tabela de deduções específicas em função da dimensão do número de dependentes, o CDS-PP concorda com a proposta e votará favoravelmente.

Quanto à alínea c) da fixação da taxa de derrama em 0%, ainda que nada tínhamos contra a proposta em si, como no ano passado, optaremos uma vez mais por nos abster e fazemo-lo por entendermos que, apesar de a fundamentação da proposta ser válida nos argumentos é uma vez mais, bastante parca na contextualização da situação, nesta matéria. Solicitamos aqui ao executivo há um ano atrás, a elaboração de um documento criterioso com dados e indicadores objetivos acerca da caracterização económica do nosso concelho que permitisse servir de ponto de partida para a aferição do crescimento económico. Prova da necessidade do que dissemos é que, ao contrário do que é elencado para o IMI, onde passo a citar, o documento verte que se estima que a despesa fiscal inerente à atribuição da redução ao IMI, em cerca de cinquenta mil cento e setenta euros que o município deixa de arrecadar neste ponto da derrama, nada nos é transmitido relativamente ao custo da medida para os cofres do município, constando apenas uma frase que fica a pairar no ar sem quaisquer indicadores e passo a citar, a perda de receita por esta via é compensada com o reforço da criação das condições que fomentem mais e melhor emprego e crescimento económico. Pois, bem assim, perguntamos como poderemos aferir os resultados da medida? Reiteramos, uma vez mais esse pedido na expectativa de que, para o ano possamos ter uma proposta

bastante melhor contextualizada e adaptada à realidade concelhia, sem descurar que se trata de uma importante fonte de financiamento do próprio município. Será seguramente do interesse de todos.

Quanto à alínea d) da fixação da taxa de direitos de passagem em 0.25%, já o ano passado aqui o dissemos é uma taxa que é paga pelas empresas de telecomunicações, mas, como é óbvio, é cobrada às pessoas e como o valor é tão baixo, entendemos que isto deveria ser pura e simplesmente extinto, até porque a Câmara Municipal abdica da derrama a título de exemplo, claro.

Quanto à alínea e) para terminar em linha do que dissemos no ano passado, sobre as iminentes dificuldades económicas que se adivinhavam e que, infelizmente, se vieram a concretizar, parece-nos que, infelizmente, no próximo ano 2024 não existirá uma diminuição dessas dificuldades. Assim, julgamos ser sensata e louvável a redução em mais 0.25%, da taxa de participação a cobrar em sede de IRS, como medida compensatória que possibilite o aumento do rendimento disponível, às famílias povoenses, sobretudo neste contexto de dificuldade económica. Nesse sentido, o CDS-PP solidariza-se com o executivo e com as famílias povoenses e votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Dizer que vamos votar favoravelmente todas as alíneas deste ponto, mas temos algumas considerações a fazer, desde logo pela isenção da derrama, tal como sugerimos no ano passado e que acabou por ter a concordância do senhor Presidente da Câmara Municipal este ano, ao abrigo do estatuto de direito à oposição, voltámos a defender que deve haver regulamentação sobre esta isenção, porque regulamentar é tornar todos os processo mais justos e transparentes, portanto, esta regulamentação deve também partir de uma base de consenso entre todos os partidos e o momento ideal para iniciar esta análise desta regulamentação, é já este mandato, deixamos esta sugestão.

Sobre o IMI, nós já sabemos que o Partido Socialista tinha uma posição relativamente a este imposto, quando era oposição e que depois passou a ter outro, defendia antes a taxa mínima quando era oposição, enquanto poder foi graças ao PSD que foi forçado a aplicá-la, uma vez que não era essa a proposta para o ano de 2022. Graças ao PSD, tivemos a aplicação da taxa mínima em 2022, quando esta só estava prevista pelo PS para 2025. Esta posição do PSD favoreceu a esmagadora maioria dos povoenses, sem prejuízo de reconhecermos que algumas famílias ficaram prejudicadas com a aplicação da taxa mínima, no entanto, o executivo teve oportunidade de corrigir isso para 2023 e

fê-lo, como tinha de ser no nosso entendimento e como faríamos se fôssemos executivo municipal.

Sobre o IRS, sobre esta proposta da participação deste imposto por parte do município, o município propõe a redução de 0.5%, fixando nos 4.5%, o PSD ao abrigo do estatuto de direito à oposição, fez uma proposta mais ambiciosa no que diz respeito à redução, mas como se trata de uma redução, obviamente, também iremos votar favoravelmente assim como todas as outras alíneas. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ora, relativamente à redução de 30% de pagamento de IMI para os portadores de cartão humanitário, como referido aqui pelo senhor deputado Pedro Afonso, trata-se aqui dos nossos Bombeiros Voluntários e da Cruz Vermelha e o Partido Socialista mantém a sua posição que ao longo dos anos, porque esta é uma medida que já vem de há muitos anos, sempre teve que é uma posição de concordância, assim como na questão da derrama, na questão também da participação no IRS, nós mantivemos ao longo do ano sempre a mesma postura e, portanto, quem ouvisse agora a intervenção do meu antecessor achava que eles é que estiveram sempre nesta toada e nós é que estamos a alterar, portanto, enquanto oposição o Partido Socialista sempre se debateu em sede de Assembleia Municipal para a redução das taxas de IMI para o mínimo de 30% durante dezasseis anos de governação do PSD, isso nunca aconteceu. Dois anos de PSD na oposição e quase que fazem acreditar as pessoas que a responsabilidade desta taxa estar no mínimo é do PSD. É verdade que a proposta em 2021 não era inicialmente, a redução para 30% e na altura, isso foi explicado porquê. Na altura, penso ano passado, penso que foi o senhor deputado Diogo que fez a intervenção e me interpelou até qual a razão que nos levava a pensar de forma diferente, mas reparem isto para vermos a evolução de pensamento da bancada do PSD, em dezasseis anos de poder derrama sempre isento, porque era uma medida de atratividade para o concelho, dois anos de oposição do PSD, afinal, deve-se cobrar derrama e deve-se regulamentar, porque é regulamentando que se tornam os projetos mais justos e transparentes. Devo então subentender que, durante dezasseis anos, os projetos não foram justos, nem foram transparentes e, portanto, senhor deputado, acho que perdeu uma oportunidade de estar calado mais uma vez, porque, na verdade, se alguém manteve a sua coerência ao longo do tempo, foram aqueles que, durante dezasseis anos, na minha pessoa, durante oito anos, nessa bancada, sempre nos batemos por trazer as taxas de IMI para o mínimo, elas estão no mínimo passado dois anos de governação deste executivo. Sempre nos debatemos pela redução da taxa da participação do IRS, segundo ano consecutivo em

que a taxa é reduzida, nunca aconteceu no passado e, portanto, isto demonstra coerência, estamos em sintonia, senhor Presidente de Câmara e, portanto, votaremos favoravelmente. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só responder ao deputado Filipe Silva o que estava proposto pelo executivo municipal era atingir a taxa mínima de IMI 0.3 em 2025, se ela está no mínimo a partir de 2022, foi graças ao PSD é factual, não disse nenhuma mentira portanto não sei qual é a sua argumentação. Digo-lhe sim, é que o PS defendia enquanto oposição, ter a taxa mínima de IMI e sempre defendeu, é verdade, mas quando teve a primeira oportunidade para o fazer não fez. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu parece-me que o senhor deputado Luís Carvalho deve estar a fazer alguma confusão, porque efetivamente a apresentação desta proposta que vem aqui hoje, e que nos fala de uma proposta de manutenção da taxa de IMI no mínimo possível é uma proposta do Partido Socialista não é uma proposta do PSD, não tivemos no passado, tivemos o ano passado, se você quiser com a colaboração do PSD, mas este ano podíamos apresentar aqui uma, podemos apresentar 0.31, 0.35, 0.5, portanto, a proposta é do Partido Socialista em linha daquilo que sempre defendemos no passado, era importante era que o senhor falasse do seu passado e da forma fervorosa, como defendeu sempre as taxas que foram implementadas pelo PSD que nunca foram, que nunca foram taxas próximas, sequer deste mínimo, portanto, se alguém teve coerência, repito, foram aqueles que defenderam durante anos a implementação da taxa mínima do IMI em 0.30 e que hoje estão a apresentar uma taxa mínima, na participação do IMI, de 0.30, não sei qual é a sua duvida. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sobre o IMI ficou claríssimo o histórico destes últimos anos, mas sobre o IRS ainda não ficou suficientemente claro e quando fala de algum tipo de incoerência por parte do Partido Socialista, é preciso falar. É preciso falar meu caro, tenha calma não se enerve, eu explico-lhe com toda a tranquilidade do mundo e o senhor vai ter oportunidade a seguir de pedir a palavra e eu respondo-lhe outra vez, tenho o maior gosto nisso.

Ao longo dos anos, o Partido Socialista propôs a redução do IRS quando era oposição, e o PSD chumbou sempre, chumbou sempre. Hoje, o Partido Socialista tem uma estratégia de redução da comparticipação de IRS até final deste mandato e o PSD acha que era preciso reduzir mais, portanto, quem mudou de opinião foi, de facto, o PSD não foi o Partido Socialista em relação a esta matéria. As circunstâncias são sempre diferentes, principalmente quando se está na oposição, agora, as circunstâncias atuais fazem o Partido Socialista ser coerente relativamente àquilo que defendia no passado, neste mandato o Partido Socialista, foi coerente em relação aos propósitos que pretende alcançar ao longo dos quatro anos. No primeiro ano, vossas excelências chumbaram a proposta relativamente ao IMI e isso automaticamente, e vocês não sabiam disso na altura, automaticamente fez com que as taxas viessem para o mínimo. O Partido Socialista no ano seguinte poderia ter apresentado uma proposta corretiva em alta. Não o fez. O Partido Socialista corrigiu um erro que resultou do chumbo do PSD no ano anterior, foi introduzido na proposta as família, o número de pessoas dependentes, um, dois, e três pessoas a cargo. Portanto o Partido Socialista corrigiu aquilo que foi o resultado de um erro do PSD no ano anterior que, por mérito do Partido Socialista, foi aprovado e corrigido no ano passado e foi mantido este ano.

Foi o executivo do Partido Socialista que fez vossas excelências, podem acompanhar esta ideia e podem votar favoravelmente, se quiserem, daí até entenderem que os louros possam ser do PSD, não, porque no primeiro ano, aquilo que aconteceu é que, de facto, várias famílias no nosso concelho foram prejudicadas pelo facto de a taxa mínima ser menos benéfica do que a aplicação dos dependentes a cargo que, no caso das famílias que têm três dependentes a cargo, são setenta euros e, em muitos casos esses setenta euros, são mais expressivos do que a redução da taxa para o mínimo, e Isso está amplamente demonstrado, portanto, aquilo que o PSD fez no primeiro ano que foi chumbar uma proposta da Câmara Municipal sem nenhum estudo prévio, o que aconteceu no segundo ano foi o executivo municipal apresentar uma proposta complementar para introduzir justiça e corrigir de forma que essas famílias que foram prejudicadas no primeiro ano não fossem prejudicadas no segundo ano. E essa é verdade, textual pura e dura. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sobre a questão do IRS, eu não acusei o PS de ser incoerente, porque é um facto. O PS sempre propôs a redução, só que a alteração de circunstâncias derivado do panorama económico-social que se vive atualmente, obriga a que o PSD também se adapte nas suas pretensões e propostas, portanto, a partir do ano 2022, a partir desse ano é que se começou a sentir cada vez mais o impacto destas crises financeiras, o PSD adaptou-se naturalmente e fez essa proposta ao abrigo dos estatutos do direito à oposição, de redução de IRS, está no seu direito e fê-lo, relativamente ao IMI quando acusa de impreparação o PSD, não o PSD também ao abrigo do estatuto do direito de oposição, nesse ano, para o ano 2022 também propôs o IMI no mínimo, com a contemplação daqueles benefícios para famílias numerosas. O PS não entendeu colocar no mínimo, não correspondo à proposta do PSD ao abrigo do estatuto de direito à oposição, votamos contra, porque era uma alternativa de se ir alcançando, daquilo que o PSD defende, neste momento, derivado à crise financeira que se vive. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bem a este tipo de discurso, esclarece-nos aqui relativamente a uma questão que temos vindo a falar, que é o facto de o PSD, mas isto não é até uma coisa local, é uma coisa até mais abrangente, se calhar, mais nacional, cada vez mais se está a transformar naquilo que é chamado um partido de protesto. É um partido em que, quando estão na oposição, estão sempre preparados para em termos de discurso alimentar os descontentes com mensagens que estes querem ouvir e, portanto, sempre muito preparados para serem oposição e nunca preparados para governar como deram esse exemplo, ao longo de alguns anos, até porque as circunstâncias se nos lembramos, por exemplo, entre 2011 e 2015, provavelmente estaremos a falar de um período de uma crise sem precedentes em Portugal, pelo menos que eu me lembre e nesse momento, não houve nenhuma preocupação em baixar a participação no IRS ou nas taxas de IMI e, portanto, este tipo de discurso demagogo, que é completamente demagogo, denota e demonstra que claramente o PSD é cada vez mais isto, um partido de protesto, um partido que tenta passar mensagens para agradar os descontentes, mas que, na verdade, no momento e nas oportunidades que tem para dar provas é aquilo que fizeram no passado e aquilo que os seus governos também fizeram no passado, quando diziam que tinham contas feitas e que não baixavam pensões e que não cortavam salários e depois quando têm provas para fazer, fazem exatamente o contrario e, portanto, estamos claramente habituados a isso. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado Filipe Silva, se bem se recorda entre 2011 e 2015, tínhamos aqui alguns constrangimentos a nível de PAEL e uma das verbas que estava restrita a esse PAEL era precisamente o IMI numa perspetiva de equilíbrio das contas públicas, está esclarecido, se não sabe esse tipo de coisas deve estudar.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, confirmou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou as diferentes alíneas do ponto quatro a votação.

Deliberação a): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para concessão de redução de 30% do pagamento do IMI para os titulares do cartão humanitário, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro).

Deliberação b): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da fixação das taxas de IMI para o ano de 2023 (a receber em 2024), para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 2º regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação c): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 44 votos a favor e uma abstenção, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da fixação da taxa de derrama para 2024 em 0%, para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com a alínea d) n.º 1 do artigo 2.º do regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação d): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 44 votos a favor e um voto contra, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da taxa municipal de direitos de passagem, fixando o seu percentual em 0,25%, e correspondente lançamento, a aplicar no ano de 2024, para os efeitos previstos na alínea b) n.º 1 do artigo 2.º do regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação e): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da percentagem de 4,50% na

participação no IRS do ano 2024, para os efeitos previstos na alínea b) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao ponto cinco da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para alteração dos tarifários dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos no ano 2024.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente portanto, explicar que, no caso da tarifa de abastecimento de água, propomos uma atualização de 3.6 em linha com a inflação, no caso da recolha de resíduos urbanos, a mesma atualização de 3.6 em linha com a mesma inflação e no caso da taxa de saneamento, propomos a manutenção do valor do ano anterior para o ano atual, ou seja, sem atualização. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É difícil começar agora esta intervenção neste ponto, quando o anterior fala em coerência, mas antes de lançarmos mão aqui ao debate deste tema, eu gostaria de formular algumas perguntas que não estão vertidas na documentação do ponto. Primeiro lugar, se o senhor Presidente de Câmara nos quer elucidar sobre o teor do parecer sobre a formação de tarifários, neste caso de 2023, porque 2024, não o podemos ter que foi emitido pela ERSAR.

Em segundo lugar, além desses esclarecimentos e dos pontos essenciais sobre esse parecer, questionar-lhe se tem os valores dos custos de exploração, receitas previsionais e valores dos investimentos desses três serviços, para o ano que está ainda em curso. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à proposta do executivo para fixação de taxas de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos a vigorar no próximo ano, gostaríamos aqui de

tecer alguns considerandos, ainda que o cenário ideal fosse a redução de taxas que tanto pesam todos os meses na economia familiar dos povoenses, todos compreendemos os normais ajustes à inflação, pelo que, no caso do tarifário da água, entendemos ser um mal necessário o aumento de preço em linha com a inflação e saudamos com agrado a redução substancial da taxa de prestação do serviço de restabelecimento de ligação após corte pelos motivos óbvios de não onerar ainda mais as famílias com dificuldades económicas.

Na questão do saneamento que, como todos sabemos, é bastante sensível desde o início do mandato e sobre o qual manifestamos a solidariedade com o executivo aquando do aumento de taxas no primeiro ano de mandato, votando favoravelmente por entendermos que se quiséssemos ter maior cobertura de rede, seria inevitável efetuar o referido ajuste ao tarifário, para assim permitir equilibrar o saldo entre a despesa de operação e o investimento necessário em falta nesta área. É com bastante agrado que agora assistimos à proposta de manutenção do tarifário em vigor para o próximo ano, abdicando assim o município do reajuste à inflação, como no caso da água.

Relativamente ao tarifário de gestão de resíduos, ainda que seja admissível o ajuste à inflação, o ideal seria a manutenção da taxa dada a situação económica que o país e as famílias atravessam. Questionamos nesta matéria o executivo se teve oportunidade ou se apelou junto da Braval para que o aumento de custos de exploração que a Braval, evidentemente, tem fosse excecionalmente no próximo ano, suportado pelos lucros provenientes da valorização de resíduos e não pela atualização de tarifários.

Para terminar dada a atual conjuntura mundial que originou o brutal aumento de preços a que todos assistimos, compreendemos que este cenário, ainda que longe de ser ideal, será o melhor cenário possível, ainda que na prática não alivie os gastos das famílias, pelo menos ameniza a despesa global com serviços básicos essenciais para todos nós diariamente.

Uma última nota para que seja mantido o bom trabalho e o afinco na execução de mais rede pública de saneamento durante o próximo ano. Pelo exposto, votaremos favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à questão colocada sobre os custos de exploração, os custos de exploração, naturalmente, todos os anos têm uma atualização em alta. Bastaria que, para isso, tivéssemos em conta, por exemplo, os custos com o pessoal, com os recursos humanos, a despesa salarial com base no estudo que foi estabelecido pelos nossos técnicos e tendo em conta a necessidade absolutamente impreterível de cumprirmos

com as metas estabelecidas pela ERSAR, a Câmara Municipal precisa, naturalmente, de assegurar e a forma de o assegurar é aplicar a taxa de inflação este ano, os 3.6 de forma que, por exemplo, no caso do serviço de água, a receita e penso que foi essa a questão que colocou a receita, tenha um acréscimo de quarenta e três mil e oitenta e nove euros no caso dos resíduos, um aumento desta natureza, é sinónimo de um aumento de receita de vinte e um mil novecentos e quatro euros comparativamente com este ano. Não sei se foi isso, mas penso ter sido.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Há pouco, quando fiz as questões, passou-me dar a nota positiva que aqui já foi abordada. Efetivamente, a Póvoa de Lanhoso contou no âmbito do Dia Nacional da Água com o facto de ter sido galardoada, chamemos assim com qualidade exemplar da água, das duzentas e vinte sete entidades gestoras que prestam abastecimento de água em baixa, oitenta e nove foram distinguidas e com agrado, vemos a Póvoa de Lanhoso nessas oitenta e nove entidades.

Agora relativamente a aspetos não positivos de acordo com o parecer que foi emanado pela ERSAR relativamente à formação dos tarifários para 2023, foram várias as notas que podemos extrair e até dei aqui, inclusivamente a oportunidade, do senhor Presidente, as explicar até porque já está mais familiarizado com elas do que eu, em termos de necessidades de investimento tivemos um investimento em 2023 para os três serviços de água, abastecimento, saneamento e lixo de trezentos e dez mil euros, o que foi considerado pela ERSAR aquém do necessário, destes trezentos e dez mil euros apenas duzentos mil foram alocados a saneamento e recordam-se que era a grande necessidade de investimento a respeito da conformidade dos tarifários.

Diz-nos ainda este parecer que de vinte sete indicadores, parâmetros, 13 continuam insatisfatórios e, portanto, daqui podemos tirar as devidas conclusões. Se recordarmos as várias intervenções do grupo parlamentar do PSD ao longo das várias assembleias, irão ver que, nesta matéria de tarifários de abastecimento de água, saneamento e resíduos sempre fomos muito claros quanto à necessidade de intervir perante a ineficiência, corroborando as nossas palavras e agora não é o grupo parlamentar do PSD que o diz, é a própria ERSAR que vem dizer que o município deverá prioritariamente reduzir os níveis de ineficiência nos serviços evidenciados para minimizar os custos, unitários de exploração. Traduzir isto nos resultados de avaliação de qualidade do serviço, recomendando-se que sejam tomadas medidas de gestão e executados investimentos nesse sentido, acrescenta a ERSAR que a concretização da redução de ineficiências e, conseqüentemente, dos gastos contribuirão para a melhoria da cobertura

de gastos e potenciarão a aplicação das tarifas otimizadas ipsis verbis, o que consta no parecer da ERSAR.

Relativamente a custos e uma vez que o senhor Presidente deu ali alguns valores, eu vou concretizar em custos de exploração. Senhor Presidente, em 2023 estavam previstos três milhões e sessenta mil euros, setecentos e sessenta e cinco, isto em encargos de exploração como receitas orçamentadas para este serviço estão previstos dois milhões oitocentos e doze mil trezentos e oitenta e um euros, portanto, basta fazer a conta para ver que a taxa de cobertura está em 92%, acima 2% do valor do tão importante, o valor dos 90%.

Relativamente ao acréscimo que é proposto aos povoenses dizer-lhe que pelos valores que estão plasmados em orçamento, a receita que está previsional para 2024. Segundo a proposta, que vamos ver se vai ser ou não aprovada, está em dois milhões novecentos e trinta e oito mil trezentos e trinta e oito, significa que acresce cento e vinte cinco mil euros na carteira, esvazia neste caso, acréscimo no município, 125.000 euros, portanto os quarenta e três mil euros que me indicou há pouco mais os vinte sete salvo erro, não dão os cento e vinte cinco mil, entende-se que haverá aqui folga financeira.

Para dizer ainda que, em termos de famílias, o que está previsto para este ano é crescer apenas dezanove mil euros, face àquilo que foi previsto no ano anterior. Dizer ainda que, em termos de imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis, está previsto o município arrecadar mais trezentos e setenta mil euros. Perante estes factos, eu pedia ao senhor Presidente da Assembleia cinco minutos para reunir com a minha bancada antes de tecer considerações quanto à votação.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Vale.

Interveio o deputado Pedro Vale, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como todos já sabemos, por obrigação da lei, as prestações a fixar pela autarquia relativas aos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos devem garantir a cobertura dos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses mesmos serviços.

Por outro lado, a lei estabelece ainda que estes serviços estejam sujeitos a parecer da entidade reguladora e o não cumprimento das regras impostas pela entidade reguladora, neste caso, a ERSAR devem ser fundamentadas na respetiva deliberação.

Neste sentido, por obrigação da lei e indo de encontro ao cumprimento daquilo que são as recomendações da ERSAR, a Câmara Municipal propõe uma atualização para a tarifa da água e gestão de resíduos urbanos que acompanha a previsão do Banco de Portugal para a taxa de inflação que é de 3.6.

Antes de continuar no ponto, quero aproveitar o momento para dar os parabéns ao PSD, porque, felizmente, passado tantos anos já dão mais atenção às recomendações da entidade reguladora, quando no passado, nem honraram o compromisso que tinham feito como tal.

Por outro lado, no que diz respeito ao saneamento, como já todos sabemos, a falta de responsabilidade dos executivos passados que teimaram em não cumprir as recomendações das entidades reguladoras, arrastou-nos para um aumento acentuado dos tarifários em 2022. Está neste momento assegurado o grau de recuperação na ordem dos 90%, como tal, entende o executivo municipal que não deve onerar mais os povoenses e, portanto, propõe que a taxa de saneamento não sofra alterações caso para dizer que a irresponsabilidade tem custos altos. Muito boa noite.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Importa fazer aqui várias referências, em primeiro lugar, explicar que a ERSAR, isto é histórico, sempre assim foi, não é só na Póvoa de Lanhoso, é em todos os municípios, a ERSAR aponta sempre uma série de indicadores de melhorias. Sempre a diferença é que, desta vez, são treze insatisfatórios em vinte sete, mas eu convido-a a analisar os relatórios dos anos anteriores, dos mandatos anteriores para perceber, para perceber a evolução que ainda assim aconteceu nesta área, mas a ERSAR é exatamente uma entidade reguladora que tem a missão de indicar possibilidades de melhoria e é bom que o faça para que os municípios possam, quando for possível, atender a essas possibilidades de melhoria.

Quando fala das intervenções ou da intervenção perante a ineficiência, estamos a falar essencialmente perdas também e a ERSAR é muito clara relativamente àquilo que os municípios devem fazer no que diz respeito às perdas, nós, município da Póvoa de Lanhoso, conseguimos já de 2021 para 2022, uma redução de perdas de quatrocentos e vinte e quatro mil metros cúbicos para quatrocentos e onze mil metros cúbicos de 2021 para 2022. Mas eu quero fazer aqui uma referência a uma intervenção que ocorreu este ano na Póvoa de Lanhoso, que foi a recuperação das águas que estavam perdidas na serra do Carvalho e estão neste momento, a ser encaminhadas para os depósitos do Horto e que não sendo hoje mensurável ainda, mas daqui a um ano já teremos certamente dados que nos permitem medir isto que eu vou dizer, certamente, de certeza absoluta que vamos ter o reflexo dessa intervenção na quantidade de metros cúbicos de água perdida, não são só perdas em bom rigor, porque também há muita água furtada, não é? E, portanto, e o município nessa área também tem um trabalho a fazer, tem sido feito ao longo do tempo e que deve continuar a ser feito, mas falando das perdas e da

água que é utilizada pelo próprio município e até pelos nossos bombeiros voluntários, por exemplo, e por instituições que possam necessitar desse tipo de meios. Certamente no ano de 2023 demos um passo, tenho a certeza que damos um passo de gigante e que isso vai ser refletido no próximo ano e aí a ERSAR terá oportunidade de reconhecer esse mérito ao município da Póvoa de Lanhoso.

Sobre os números que apresentou sobre a estimativa de receita é exatamente isso, uma estimativa, os números que eu apresentei são a diferença. Os números que eu apresentei representam a diferença entre atualizarmos ou não as taxas em 2024, portanto, a diferença que eu apresentei é a diferença entre mantermos as taxas em 2024 que temos este ano ao aprovarmos as taxas que estão a ser propostas neste momento. Partilhamos esta receita adicional que eu lhe referi e porque é que é tão importante esta atualização, porque isso é a diferença entre assegurarmos no caso da água 91% da taxa de cobertura de gastos ou cairmos para 88% se esta proposta não for aprovada e os senhores dirão bom, mas qual é o problema de nós não aprovarmos esta proposta este ano, se eventualmente cairmos para 88% podem acontecer várias coisas, a primeira é ser lançado um aviso e nós vamos entrar no Portugal 2030, portanto, ser lançado um aviso durante o próximo ano e o município não preencher os requisitos para poder candidatar-se e para poder apresentar, ter a possibilidade de apresentar projetos como apresentou no passado, que permitam continuar a fazer o trabalho necessário, nomeadamente em relação à água, mas não só em relação à rede de saneamento também no passado e eu já aqui referi isto embora não com este pormenor, mas, se calhar, convém fazê-lo desta vez. No passado, tivemos várias situações em que os anteriores Presidentes de Câmara no mandato anterior e no mandato anterior a esse tiveram de subscrever documentos, nomeadamente em 14 de março de 2019, e 03 de abril de 2018. Em 03 de abril de 2018 foram três diferentes e foram três diferentes, porquê? Porque estamos a falar de uma operação do POSEUR que tinha, no primeiro caso, elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas de abastecimento de água e águas residuais, do município da Póvoa de Lanhoso, no segundo caso, fecho de águas do serviço das águas residuais da Bacia do Ave e no terceiro caso, fecho das redes de serviço de águas residuais do subsistema de Serzedelo, também. Nestes três casos, o município precisou de subscrever documentos. Estes documentos que estão aqui, estão subscritos pelo anterior Presidente de Câmara, portanto, Presidente de Câmara do mandato 2017 a 2021 para ter a oportunidade de poder apresentar candidaturas ao POSEUR, no mandato anterior em 06 de junho de 2016, aconteceu a mesma coisa em relação a outra possibilidade de candidatura, portanto, aquilo que nós estamos aqui a discutir é a eventualidade de o município, se não aprovar esta atualização de taxas hoje, no futuro, ter de subscrever documentos desta natureza. Se eles vierem a ser aceites, nós estamos a falar do POSEUR mas no próximo quadro comunitário, o programa será este ou será diferente, terá estas regras ou terá outras e nós podemos perfeitamente ter um programa que diz quem cumpre candidata-se quem não cumpre não se candidata.

Portanto, na melhor das hipóteses, se nós não aprovássemos, coisa que eu não acredito, mas se nós não aprovássemos estas taxas, hoje corríamos o risco de, na melhor das hipóteses no futuro, surgindo uma oportunidade termos de subscrever documentos desta natureza, como aqueles que eu acabei de descrever, mas depois há aqui outro dado que eu acho que é também importante e é também um dado histórico, é que se recuarmos no tempo em, falando de água, em 2013, aquilo que aconteceu foi uma atualização pela taxa da inflação em 2014, houve um aumento de 0,08%, mais a taxa de inflação, tanto na fixa como a variável em 2015, houve um aumento de 5% na taxa fixa e 5% também na taxa variável. Em 2016, o aumento foi de 16% na taxa fixa e na taxa variável, em 2017 houve uma atualização pela taxa da inflação, em 2018, houve uma atualização da taxa fixa de 6% e no não-doméstico 10% e na variável a atualização foi em função da taxa de inflação, em 2019, o aumento da tarifa fixa foi de 9% e da tarifa variável foi em função da taxa de inflação, em 2020 a atualização da taxa fixa foi em função da taxa de inflação e a variável também.

Portanto, eu diria que, ao longo do tempo, aquilo que sempre aconteceu foi, pelo menos, como já ficou aqui demonstrado, pelo menos, serem atualizadas as taxas em função da taxa de inflação. Portanto, o que fizemos este ano foi tentar onerar o mínimo possível, o mínimo possível os municípios, tendo o cuidado adicional, dois cuidados adicionais. O primeiro prende-se com o saneamento, percebendo que não temos necessidade para cumprir as taxas de cobertura de custos, não temos necessidade de fazer nenhuma atualização da taxa, mantemos a taxa de saneamento no próximo ano, propomos manter no próximo ano ao nível que ela se encontra este ano, mas, no caso dos resíduos, a proposta inicial dos nossos técnicos e respondendo, eu peço desculpa porque há bocado não respondi ao deputado Pedro Afonso, a proposta inicial dos nossos técnicos previa uma atualização na ordem dos 10% e nós ainda assim, fazendo um esforço, é preciso recordar que tudo aquilo que não seja coberto em termos de custos pela operação tem de ser coberto pelo orçamento do município. Quando falamos de uma taxa de cobertura de custos, por exemplo, de 90%, isso satisfaz a ERSAR, mas não cobre os custos, porque há ali mais de 10% que têm que ser cobertos, pelo orçamento municipal. No caso dos resíduos a ERSAR não tem nenhuma palavra a dizer e, portanto, aquilo que nós fizemos foi sim, contrariar a sugestão dos nossos técnicos que propunham uma atualização de 10%, propondo o município uma atualização de 3,6%. Porquê? Porque é a taxa de inflação, portanto, há aqui total coerência naquilo que está a ser proposto, nomeadamente em relação às metas que pretendemos atingir em 2024, mas coerência também em relação àquilo que foi o procedimento do executivo, dos vários executivos ao longo de pelo menos dos últimos doze anos, mas podemos recuar mais no tempo, porque a linha continua sendo exatamente a mesma e, portanto, diria que uma atualização em função da taxa de inflação é, de facto, o mínimo exigível e o mínimo imputável aos nossos municípios.

Outro dado muito importante também, nós temos vindo a trabalhar no sentido de alargar e de expandir cada vez mais a rede de água no nosso concelho e os senhores Presidentes de Junta sabem isso, há freguesias onde temos feito já quilómetros de rede de água, quilómetros. E isso só é possível também, porque temos equipas preparadas e munidas dos meios necessários para poder desenvolver esse trabalho. Eu estou a olhar para a bancada do PSD e vejo Presidentes de junta, como o caso do senhor Presidente de Junta de Sobradelo da Goma, o caso do senhor Presidente de junta de Calvos e Frades e outros casos, Esperança e Brunhais, está aí também a representante da Junta de freguesia, mas outros casos também que sabem que neste mandato já fizemos um esforço grande no sentido de corrigir debilidades que existiam nessas freguesias há muito tempo, há muitos anos, portanto, à data de hoje, há uma série de municípios que têm água ao domicílio e que não tenham água ao domicílio há dois anos atrás e isso só é possível se tivermos equipas preparadas e munidas de meios para o fazer, e esses meios só existem se tivermos meios financeiros também, portanto, meios financeiros é sinónimo de meios para as equipas poderem desenvolver o seu trabalho e se as equipas tiverem meios para desenvolver o seu trabalho, nós estamos mais em condições de ajudar a suprir as dificuldades que, de facto, existem no terreno, como os senhores Presidentes de junta muito bem sabe e, portanto, deixo à vossa consideração.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Antes de reunir, eu tinha só uma última dúvida e se o senhor Presidente tivesse a boa vontade de responder, era uma dúvida importante para pronto, então a dúvida que lanço é a seguinte, porque entrou concretamente na questão das percentagens, referiu inequivocamente que na água, nós em 2023, estávamos com uma percentagem de cobertura de gastos de 92% e senhor Presidente eu estou a ler o documento da ERSAR, pronto, eu estou a basear-me aqui, e se não for feita esta atualização da inflação, passaremos para 88? Agora a pergunta que lhe queria lançar é, nomeadamente, ao saneamento, porque é que nós temos a taxa de cobertura de gastos, como sabe nos 90%, não é, pela atualização de tarifários e não sofrendo a atualização da inflação. Eu pergunto-lhe como é que conseguimos manter esta taxa em 90%.”

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, e no uso da palavra referiu:

“Eu explico, mas em primeiro lugar, repetir aquilo que disse, porque estava sem som e não sei se em casa foi possível ouvir aquilo que eu respondi, portanto, se nós não atualizarmos as taxas em 2024, a nossa taxa de cobertura cai para 88% com a

atualização, vai situar-se em 91%. Aquilo que referiu era em relação a 2023 então, eu estava a falar em 2024, mas os dados em relação a 2024 são estes.

Relativamente ao saneamento, de facto, aquilo que tem acontecido é que nós temos tido possibilidade de expandir a rede e de aumentar o número de ligações também com o aumento de ligações à rede, permite outra sustentabilidade dos custos associados a esse serviço em particular e, portanto, associando a esses dados, aquilo que os nossos técnicos concluíram foi que, neste momento, não temos necessidade de aumentar o custo para os municípios deste serviço em concreto, considerando que há outros aspetos, como, por exemplo, o aumento de facto, de adesões à rede que nos permitem, mantendo a mesma estrutura de custos, ter outra estrutura de receitas que, repito, não alcançando os 100%, porque o objetivo, o ideal seria sempre termos 100% para que não houvesse nenhum prejuízo em nenhuma destas áreas, mas desta forma, podemos manter a taxa em 2024, que foi aplicada em 2023, sem correr o risco de descer dos 90%.”

Posto isto, e conforme tinha sido solicitado pela bancada parlamentar do PSD, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, interrompeu a sessão por uns breves minutos permitindo à bancada parlamentar do PSD uma breve conferência antes da votação do ponto.

Após a breve interrupção foi retomada a sessão e o Presidente da Assembleia concedeu novamente a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vir aqui dar essencialmente duas notas, uma delas que se prende com o facto do PSD não querer ficar vinculado a qualquer tipo de rótulo que o Partido Socialista não consegue ir a candidaturas, falta saber se vai e se vão e se vão abrir. Este é um dos aspetos, o outro aspeto essencial e consideramos que o senhor Presidente, quando veio aqui dar a sua explanação, deveria também ter explanado não só aquelas que foram as propostas do PSD, mas também explicar aquelas que foram as votações e as defesas elencadas pelo partido socialista, nesses mesmos momentos, porque certamente que elucidaria que, não obstante terem conhecimento que essas declarações estavam assinadas pelo senhor Presidente de Câmara à data, mesmo assim, nada os obsteu de votarem contra esses aumentos. Pronto, não é verdade, traremos cá as atas na próxima Assembleia Municipal.

Dizer que é uma pena que, efetivamente, em termos de investimento em abastecimento de água, saneamento e resíduos, teremos investimentos de quatrocentos e cinquenta mil euros em saneamento a título de empréstimo, não com receita que advém do aumento das taxas pagas pelos povoenses e teremos sensivelmente vinte sete mil e quinhentos

euros para resíduos e quarenta e cinco mil para a água. Acho que ficam aquém daqueles que são os investimentos para combater ineficiências.

Não obstante isto, o Partido Social Democrata irá abster-se neste ponto, vincando que, efetivamente, esperemos que sejam concretizadas o grau de cobertura de custos nos três serviços acima de 90% e que vínhamos cá nos congratular por aprovações de candidaturas, esses sim para estender o saneamento ao longo de todo o concelho da Póvoa de Lanhoso. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vamos ser rigorosos. É preciso mais rigor naquilo que diz porque, às vezes diz algumas coisas que pode induzir em erro as pessoas e eu sei que não quer isso, portanto, eu vou corrigi-la positivamente.

O partido socialista nunca teve conhecimento, e eu desafio-a a procurar essas atas que possam dizer que em reunião de câmara foi discutido este tema e que foi nem reunião de câmara, nem na Assembleia Municipal e que foram subscritos documentos pelos senhores Presidentes de Câmara, nunca em reunião de câmara, o Partido Socialista teve esse conhecimento temos trabalho, temos trabalho para os próximos anos, se Deus quiser.

Agora, a votação do Partido Socialista teve sempre em conta a proposta apresentada nunca nos foram apresentados outras condicionantes, nunca aconteceu. Se tivesse acontecido, era o primeiro a dizer, senhora deputada tem razão, de facto, foi assim, não foi, portanto, vamos ser rigorosos em relação àquilo que dizemos quando vamos ao púlpito, eu sei que o entusiasmo às vezes depois toma conta das pessoas, não é, mas não, olhe nós tivemos sempre uma postura construtiva em relação a este tema, e muitas vezes votámos, abstinemo-nos, outras vezes votámos contra quando achamos que os aumentos eram exagerados, porque, de facto, quando eu falo aqui de aumentos de 15%, não é 15%, aconteceu em 2015, 2016, eu vejo cada vez pior 15%, sim portanto, quando falamos de aumentos desta ordem de grandeza, sem que na altura nos tivesse sido explicado ou fundamentado de forma que nós pudéssemos acompanhar essa proposta e repito, nunca nos foi dito por nenhum ex-Presidente de Câmara que algum documento tivesse sido subscrito, até porque a primeira subscrição data de 2016, acabei de dar um exemplo de 2015.

Senhora deputada, com estes elementos, naturalmente e facilmente nos oporíamos da mesma forma que se tivéssemos aqui a discutir uma atualização sem nenhuma razão aparente para isso, uma atualização de 15%, o choque dos senhores deputados seria naturalmente diferente e o argumentário teria que ser outro, não seria este que eu

acabei de explicar, portanto, o argumentário é este com base numa atualização que ao longo da história foi sempre a atualização mínima, quer em função da taxa de inflação. Mas a nota principal da minha intervenção é mesmo essa, nunca foi do conhecimento dos vereadores do Partido Socialista que tivessem sido subscritos estes documentos e nós tivemos acesso a estes documentos desde as eleições de 2021, para cá, nestes últimos dois anos, esta é a verdade pura e dura.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado este ponto colocando à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 21 votos a favor e 24 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para alteração dos tarifários dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos no ano 2024.

Posto isto e uma vez que estavam decorridas quatro horas desde o início da sessão o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à consideração do plenário terminar a reunião e continuar a mesma no dia seguinte conforme constava do edital. Informou que foi aprovado por maioria com um voto contra e deu assim por terminada a primeira parte da sessão da Assembleia Municipal.

**Continuação da sessão da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2023 realizada
a 19 de dezembro de 2023**

Aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2023, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado pelo primeiro secretário José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e segunda secretária Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso para continuar os trabalhos iniciados no dia anterior, 18 de dezembro de 2023.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Joaquim Armando da Silva Fernandes; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Pedro Vale da Silva; Clarisse Cardoso de Matos; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Maria da Glória Rodrigues Matos Couto.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Sérgio Matias de Sousa Reis; José Vítor Lopes Martins; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; João Carlos Oliveira e Carlos Manuel da Costa Gaspar.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; Paulo Jorge Fernandes Coimbra do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque e Alexandre Manuel Coimbra Peixoto.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 18 e 19 de dezembro de 2023

relembrando que a reunião do dia anterior tinha terminado com a deliberação do ponto cinco da ordem de trabalhos, pelo que passou ao ponto seis. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal para análise e votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para vigorar no ano de 2024, bem como reorganização dos serviços municipais, estrutura e competências, e respetivo regulamento e organigrama, para o exercício de 2024, conforme o Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro com as especificações implícitas da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 2º do regimento da Assembleia Municipal.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto, o que está em análise é a proposta de mapa de pessoal para o ano 2024 e organigrama, sendo que, relativamente ao mapa de pessoal, aquilo que nós propomos é uma atualização, tendo em conta que este ano, as vagas previstas no mapa de pessoal eram 81, era e são 81, no próximo ano serão 91 sendo que propomos 1 cargo de direção de chefia de primeiro grau, 2 cargos de direção de chefia de segundo grau, 20 de técnico superior, 14 de assistente técnico, 1 de coordenador, 46 de assistente operacional, 1 de encarregado operacional e 6 para a polícia Municipal.

Aqui importa lembrar que, aliás, como já tem vindo também a ser discutido ao longo dos anos, não só nos últimos dois anos, mas ao longo dos anos, que o facto de estarem previstos no mapa de pessoal determinadas vagas não significa que essas vagas venham a ser preenchidas no ano seguinte, aliás, o ano 2023 é um bom exemplo disso nós prevíamos determinadas vagas e à medida que o ano foi evoluindo, fomos decidindo que concursos eram lançados ou não e, portanto, há vagas que foram preenchidas e há muitas outras, como é perceptível que não foram preenchidos, não foi decidido pelo executivo abrir esses concursos, portanto, aquilo que se propõe para o próximo ano é que estas possibilidade estejam em aberto, podendo ou não depois ao longo do ano ser lançado o respetivo concurso.

A propósito do organigrama, organigrama ou organograma, os dois termos estão corretos. Duas alterações, três alterações. A primeira alteração prende-se com o gabinete de Gestão de Recursos Humanos, passa para a alçada da Presidência. A segunda alteração tem que ver com a área do voluntariado que fazia parte da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude e passa para a Divisão de Educação e Serviços Sociais, porque fomos percebendo com o passar do tempo que as dinâmicas de trabalho no dia a dia justificam mais esta configuração do que a anterior, portanto, acaba por ser uma ligeira correção e depois esta sim mais substancial que tem que ver com o departamento, a criação de um departamento de gestão autárquica, o que pressupõe que deixa em aberto a possibilidade de uma chefia de departamento. Aliás, ela está aqui

prevista também no mapa de pessoal com este cargo de direção intermédia de primeiro grau. A Câmara da Póvoa de Lanhoso nunca teve uma chefia de primeiro grau ao longo do tempo, ao longo da história, é decisão deste executivo que nós possamos, pelo menos, deixar em aberto essa possibilidade ao longo do próximo ano, tendo em conta dois fatores, o primeiro é que, efetivamente, com o passar do tempo, o volume em termos de trabalho, o volume em termos de exercício operacional e de exercício administrativo da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso tem vindo a ser cada vez maior. É evidente que deu um contributo enorme para isso o processo da delegação de competências em que na área da educação, da saúde e da ação social, vimos os quadros da autarquia reforçados em cerca de 120 novos funcionários e, portanto, para além dos funcionários, os serviços associados às funções desses funcionários fazem com que nós encontremos aqui alguma necessidade de reorganizar os serviços da Câmara Municipal, podendo hipoteticamente, contar com este departamento de gestão autárquica e depois olhando àquilo que é a evolução normal do funcionamento e da gestão de uma autarquia, e basta para isso olharmos para o histórico de autarquias que estão numa dimensão similar ou maiores em termos de orçamento e de população do que a Câmara da Póvoa de Lanhoso, no contexto regional e distrital, para percebermos que a criação deste tipo de chefia de primeiro grau é uma coisa comum e que acontece em todas as câmaras que têm uma dimensão similar ou superior à dimensão, e o município da Póvoa de Lanhoso, portanto, diria que é o curso natural da gestão autárquica, sendo que não posso assegurar que será um passo a dar no ano de 2024, mas consigo assegurar, com toda a certeza que, independentemente deste mandato ou de futuros mandatos, que mais cedo ou mais tarde, esta vai ser uma realidade e vai ser necessário criar um departamento desta natureza para poder ajudar a fazer esta gestão operacional e administrativa no dia-a-dia e no exercício de funções da Câmara Municipal.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Gostaria de começar por alertar o executivo para o que consideramos ter sido uma gralha na elaboração do mapa de pessoal, no caso para a divisão de gestão urbanística, o executivo pretende inscrever no mapa de pessoal duas vagas de técnico superior, podendo o posto ser preenchido por um arquiteto, ou um engenheiro civil, porém, num dos perfis académicos exige-se licenciatura em arquitetura e inscrição na Ordem dos engenheiros, perfil académico que julgamos não ser de todo possível existir em Portugal, pelo menos nestes termos, desejando que a gralha seja detetada e possa ser corrigida e não represente constrangimento legal à contratação do colaborador, alerta vossas excelências para este lapso.

O Senhor Presidente já contextualizou, mas gostaria de dar só relembrar aqui uma breve nota precisamente do aumento de dez vagas para a possível contratação de colaboradores e o senhor Presidente também já referiu que não implica que sejam todas preenchidas nesta matéria. Relembro a todos que o CDS-PP, como já aqui defendeu no passado, entende que a organização dos serviços e, conseqüentemente, o mapa de pessoal a eles adstrito está diretamente ligada ao modelo de governança do executivo, sendo por isso, da sua inteira responsabilidade, contudo, em virtude das funções de escrutínio que nos são confiadas e para as quais estamos mandatados pelos povoenses, compete-nos aqui questionar o executivo sobre as decisões da governança, pelo que alertando novamente para a existência de gralhas no mapa, desta vez no separador justificação da necessidade, atividade a desenvolver onde na segunda linha se lê autárquica, presumo que quisessem dizer autarquia refiro, neste caso, precisamente ao departamento de gestão autárquica e já agora, uma vez que se trata de um departamento novo a criar, o senhor Presidente já aqui nos teceu alguns considerandos, eu agradecia só que nos elucidasse especificamente sobre já falou da maior parte ou da necessidade que tinha aqui imperatividade as funções concretas também estão relativamente bem explicadas no mapa. A pergunta incide maioritariamente agora na questão do perfil de competências da pessoa a contratar, porque o mapa de pessoal só refere um perfil académico com licenciatura e entendemos que advenha da lei, mas é bastante vago. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O Partido Socialista e toda a bancada parlamentar tem honra no seu passado e presente, naquilo que diz respeito à valorização dos trabalhadores, quer no setor público, quer no setor privado. É um partido que sempre andou de mãos dadas com a defesa dos direitos dos trabalhadores, diálogo com a concertação social, mas, acima de tudo, uma preocupação real com as necessidades dos trabalhadores. Criámos e aprovámos a agenda do trabalho digno para combater a precariedade, incentivar o diálogo social e a negociação coletiva, promover a igualdade no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Criámos e aprovamos o PREVPAP programa de regularização extraordinária dos vínculos precários da administração pública que só no ano até 2020 tinha regularizado cerca de vinte mil situações irregulares. Que também afetou a autarquia povoense, não só por iniciativa do executivo anterior, mas sim por força da lei socialista, cerca de vinte trabalhadores do município que viram as suas carreiras regularizadas. Subimos o salário mínimo que em 2015 era de quinhentos e trinta para o próximo ano será de oitocentos e vinte euros, o maior aumento de sempre cerca de 62%,

mas, claro, senhor Presidente, haverá sempre quem veja o copo meio vazio, senão quase na sua totalidade vazio e aqueles que defendem, e que defenderam aqui neste púlpito tudo e todo o seu contrário. Já nós, bancada do Partido Socialista, vemos o copo meio cheio e é a forma com que encarámos a vossa proposta de mapa de pessoal e plano anual, recrutamento e de reorganização dos serviços municipais para 2024. A valorização das carreiras e reforço salarial, o rejuvenescimento dos quadros e a otimização do processo e promoção de sinergias entre os serviços.

Dito isto, informo que o PS votará favoravelmente este ponto.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como é a minha primeira intervenção nesta assembleia, não posso, não podemos em nome da nossa bancada, deixar de apelar a todos aqueles os presentes e, sobretudo, os que nos assistem para que visitem a Póvoa de Lanhoso nesta quadra natalícia, como o slogan do executivo municipal, e bem, refere a Póvoa de Lanhoso é destino de Natal. Há várias atividades no centro da Vila. A Póvoa de Lanhoso acolhe de forma calorosa, tem luz, tem cor, tem amor nesta quadra natalícia e neste âmbito, temos também várias iniciativas distribuídas pelas várias freguesias de destacar aquela que se iniciou no baixo concelho, e aqui dirigimos um especial cumprimento, à freguesia de Monsul, na pessoa do excelentíssimo senhor Presidente da Junta de Freguesia aqui presente, também ainda a decorrer a todos os garfenses e em especial à Junta de Freguesia que cumprimos e parabenizamos na pessoa do excelentíssimo senhor Presidente de Junta e, portanto, é um apelo que deixamos, passem a palavra, convidem todos os seus familiares, amigos, conhecidos a visitar a Póvoa de Lanhoso. Temos história, temos tradição e também nestas tradições natalícias tão visíveis no revivalismo da Junta de freguesia de Garfe com os presépios natalícios.

Posto isto, vamos então agora analisar aqui o mapa de pessoal, o recrutamento a vigorar para o ano de 2024 e a reorganização dos serviços municipais. Isto dito de uma forma muito simplista quanto à reorganização dos serviços, é um ato de gestão e, portanto, nenhuma consideração haverá a tecer. Coisa diferente quanto ao recrutamento que está previsto e para o ano de 2024, aqui algumas considerações em jeito de reflexão, portanto, este recrutamento é, com certeza, o resultado de uma opção deste executivo municipal, é-nos proposta, então, a criação da possibilidade de abertura para 2024 de 91 postos de trabalho, recordando que no ano transato, nesta mesma rubrica do mapa de pessoal, foram abertas gavetas para 81 postos de trabalho, como precisou aqui o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, sendo que este ano e para este ano é-nos proposto para vigorar no ano de 2024, mais 91 postos de trabalho a este

propósito, questionamos excelentíssimo Senhor Presidente, qual a taxa de execução do mapa de pessoal aprovado para o ano de 2022? Ao que julgamos saber, esta taxa de execução foi quase nula. Excelentíssimo senhor Presidente também nos acabou de referir que algumas vagas foram preenchidas. Gostávamos de saber então e em que taxa está esta execução, porque, obviamente que isto reconduz-nos à pergunta óbvia, se estamos a abrir gavetas, estamos a aprovar estes postos de trabalho e eles não são preenchidos, afinal, precisamos, o município precisa ou não destes trabalhadores?

Por outro lado, assiste-se também ao facto, uma grande taxa de pessoas a prestar serviço precário para a Câmara Municipal, a recibos verdes, isso tem vindo a aumentar, tem vindo a aumentar exponencialmente, portanto, isto também cria aqui uma reflexão, porque parece haver uma contradição, se criam postos de trabalho que podem ser contratados e podem ser preenchidos o porquê de contratar a recibos verdes e olhando também nesta ótica das pessoas que estão a trabalhar nestes moldes dos recibos verdes, estas pessoas têm a expectativa, e a expectativa legítima de virem a ser contratados e de vir a integrar os quadros do município e não o fazer quando as condições já estão criadas para tal, muito para além de frustrar as expectativas legítimas destas pessoas é pôr as suas vidas em standby, é como defraudar as suas vidas.

Seja como for, está-nos então agora a ser proposta a criação de mais de 10 postos de trabalho para 2024, isto em face das necessidades que foram elencadas, atuais e também das vindouras. A bancada parlamentar do PSD não é alheia e de sobremaneira às necessidades que advêm e que adem advir e que já advieram decorrentes da transferência de competências, como sabemos, na área da educação, da saúde e da ação social, não foram estas transferências de competências e o voto, o sentido de voto da nossa bancada parlamentar seria outro que não o da abstenção, isto porque, obviamente, nós não podemos descurar que esta decisão representa um enorme custo financeiro para o município. Um custo financeiro que se traduz num encargo fixo e permanente para os povoenses. A este propósito, senhor Presidente, gostaríamos que nos respondesse a quanto ascende então o custo financeiro que a criação destes postos de trabalho irá representar para o município. Muito obrigada a todos e a todas.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começando por responder ao deputado Pedro Afonso, uma das gralhas poderá ser a outra não, é de facto um departamento, penso ter percebido bem a sua questão de qualquer forma, eu tomei a devida nota e vou reportar aos serviços, poderá ser uma gralha, mas a criação do departamento é de facto, isso sim, é o departamento de Gestão Autárquica, eu percebi outra coisa, mas vamos conferir isso, eu vou conferir essa possível

gralha, mas sim e agradeço de qualquer forma o alerta. Sobre o perfil de competência da pessoa a contratar aquilo que se pretende em teoria, no abstrato é encontrarmos alguém que tenha conhecimento em várias áreas daquilo que é o funcionamento de uma autarquia, conhecimento e experiência, experiência comprovada, é evidente, como bem sabemos que isto passará por um concurso, portanto, imagino que possa existir algures hipoteticamente, se me fizesse a pergunta, se eu conheço alguém com esse perfil, conheço algumas pessoas com esse perfil que trabalham noutras Câmaras Municipais, portanto, imagino que possa existir em alguma Câmara Municipal alguém com determinado perfil e com experiência acumulada que pudesse satisfazer as necessidades do ponto de vista da competência e da experiência que nós precisamos de atrair para os nossos serviços, para estas funções, penso que será grosso modo, isto que eu acabei de descrever.

A deputada Sónia Fernandes referiu mais 91 postos de trabalho não são, são 91, são só mais 10 em relação ao ano passado, era essa a correção que estava a fazer durante a sua intervenção. Sobre a taxa de execução, o mapa de pessoal não se mede em função de nenhuma taxa de execução. O mapa de pessoal prevê a possibilidade, de nós podermos, ao longo de determinado ano, lançar determinado concurso, se determinada vaga não estiver prevista no mapa de pessoal, essa possibilidade simplesmente não existe e, portanto, nós não podemos medir, não há nenhuma medição do sucesso do cumprimento ou não do mapa de pessoal, porque o mapa de pessoal não é um orçamento, portanto, o grau de execução de um orçamento é uma coisa, o grau de execução, digamos que nunca se mede se há ou não cumprimento do mapa de pessoal em função do seu grau de execução, porque senão tínhamos que o ano passado ter deixado em aberto, 81 vagas e ter lançado 81 concursos. Isso não aconteceu, como é evidente, nem nunca aconteceu ao longo da história autárquica, pelo menos nos últimos vinte e alguns anos, que são os anos em que eu tenho alguma participação autárquica, isso nunca aconteceu.

Sobre a solução relacionada com os contrato de prestação de serviços referiu recibos verdes, é a mesma coisa, mas são, de facto, contratos de prestação de serviço e sobre a expectativa, eu vou responder às duas questões em simultâneo, nós, naturalmente, nunca poderíamos, eu entendo que não seria um ato de gestão rigoroso, lançarmos concursos para contratação de novos funcionários para colaborar com a Câmara Municipal nesta ou naquela área, sem consolidarmos essa necessidade e sem, de facto termos um período que nos dê dados suficientes que justifique o lançamento de um concurso para contratar determinada pessoa, portanto, eu acho que nós, se em determinada área, por exemplo, na educação, vamos falar na educação que é uma das áreas e após a delegação de competências mais ainda, mas é uma das áreas onde temos mais gente em contratos de prestação de serviços, nós precisamos de atestar que aquela necessidade é uma necessidade que se mantém ao longo do tempo e isso não se mede em seis meses, muitas vezes não se mete num ano nem em dois. Precisamos ter a

certeza que aquela necessidade é uma necessidade que há-de ser constante e se for constante, então aí sim, tem de ser lançado um concurso ou dois ou dez, ou os que forem para consolidar aquele serviço no âmbito das funções da autarquia. Da mesma forma que uma empresa não contrata uma pessoa no primeiro momento, há de ter provavelmente um contrato experimental e depois tem um primeiro contrato após o qual pode ter o segundo contrato e ao abrigo do Código de Trabalho, depois tem um limite de contratos que salvo erro, são três, penso que ainda são três há dois anos, eram três, mas nestes dois anos, penso que não terá mudado em que, a partir desse momento, a pessoa ou integra definitivamente os quadros dessa empresa ou então tem de ser dispensado ou o contrato termina, portanto, a lógica não é muito diferente. É evidente que se me perguntar se esta é a solução ideal, não é a solução ideal. Se a autarquia tem ou não a intenção de alguma forma, dar estabilidade a estes serviços e aqui é importante deixar esta nota que fiquei com a sensação quando falou em estabilidade, expectativa de serem contratados é importante ter cuidado com o que dizemos, porque uma coisa é contratarmos alguém em contrato de prestação de serviços, outra coisa é lançarmos um concurso para preencher determinada necessidade. Isso não significa que o lançamento do concurso resulte na contratação da pessoa que está em contrato de prestação de serviços. Que fique isso, claro, porque às vezes, alguém pode depreender das suas palavras que o lançamento do concurso, pressupõe que aquela pessoa que está a prestar serviço naquele contrato, vai ser contratada para aquela finalidade e, como sabe, isso não é possível de assegurar.

Sobre a diferença que faz no sentido de voto o processo de delegação de competências. É verdade que o processo de delegação de competências exige, por parte da autarquia, um grau de flexibilidade maior, até porque as necessidades são semanais. Nós sabemos todas as semanas, temos dificuldades, necessidades, gente que está ausente por baixa ou por outra razão qualquer e nós precisamos de ter aqui uma flexibilidade na gestão dos recursos humanos que já era intensa, essa flexibilidade passou a ser ainda mais intensa. Mas as necessidades da autarquia não são, digamos, que não são diferentes, não é? A natureza das necessidades não são diferentes, se temos maior volume de necessidade de flexibilidade, temos, mas se temos necessidade de natureza diferente, não, as necessidades são as mesmas. Eu posso indicar até um serviço que não estando no âmbito da delegação de competências, é fundamental também no dia-a-dia da Câmara Municipal e necessita desta flexibilidade que são os serviços da DOMA, os serviços da DOMA precisam constantemente de agilização, reforço, alteração não constante, mas frequente de algumas equipas, precisamente para nós podermos ter a capacidade de resposta que eu ontem referia quando falava, por exemplo, da questão da aprovação das taxas e do nosso trabalho no terreno no que diz respeito, por exemplo, à questão da rede de abastecimento de água, portanto, eu percebo o que quer dizer quando traz à discussão o processo de delegação de competências, mas em bom rigor, eu devo dizer que esse é só mais um aspeto, do meu ponto de vista, é só mais um aspeto,

que leva se quiser a dar outro conforto a este ou àquele sentido de voto. Isso é uma questão, que já não me assiste, mas na prática e na essência, esta dificuldade já existia e eu diria que não existe há dois anos, esta dificuldade existiu sempre, esta necessidade de flexibilidade existiu sempre.

É evidente que quando uma autarquia, como é o caso neste mandato da autarquia da Póvoa de Lanhoso, decide apostar no reforço dos seus serviços, que foi o que fizemos, reforçamos os vários serviços com recursos humanos e com equipamentos. Isso significa, naturalmente, que nós precisamos de tempo para consolidar as soluções para que depois, numa fase posterior, essas soluções possam ser incorporadas definitivamente no quadro da autarquia e no mapa de pessoal e como dizia há momentos, não há nenhuma empresa que o faça no primeiro momento, ninguém faz isso numa autarquia, por maioria de razão, até porque a máquina é muito maior, as exigências são muito maiores e numa autarquia, como bem sabemos, a partir do momento em que alguém é contratado, é preciso que, de facto, aquela pessoa exerça funções no município naquele serviço, noutros serviço deste esteja dentro da carreira em está inserido, é preciso encontrar solução para aquela pessoa exercer as suas funções e, portanto, eu diria que é recomendável que não hajam precipitações em relação a esse tipo de passos, embora, como é evidente, como já expliquei também é essa a intenção do município e encontraremos o momento certo, não posso garantir que seja 2024, mas encontraremos o momento certo para darmos esses passos de forma consolidada, para podermos também dar essa, dar esse suporte adicional aos nossos serviços que, a partir desse momento, poderão passar a contar definitivamente com esses meios humanos.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto seis a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 19 votos a favor e 23 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para análise e votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para vigorar no ano de 2024, bem como reorganização dos serviços municipais, estrutura e competências, e respetivo regulamento e organigrama, para o exercício de 2024, conforme o Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro com as especificações implícitas da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 2º do regimento da Assembleia Municipal.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto sete da ordem de trabalhos. **Ponto Sete: a) Proposta da Câmara Municipal para celebração de protocolo para atribuição de subsídio com as Juntas de Freguesia de**

Sobradelo da Goma e Taíde, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

b) Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos e/ou de atribuição de subsídios, entre a câmara municipal e as juntas de freguesia do concelho, para atribuição de apoios financeiros, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

c) Proposta da Câmara Municipal para aditamento ao contrato de atribuição de subsídio, celebrado com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Calvos e Frades.

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto sete, propomos a aprovação de três alíneas. A alínea a) diz respeito à atribuição de subsídio a duas juntas de freguesia, freguesia de Sobradelo da Goma e Taíde com valores, respetivamente, 30.500 euros e 20.500 euros para resolver no caso de Sobradelo da Goma, uma necessidade relacionada com uma requalificação parcial do cemitério e, no caso de Taíde a resolução de um assunto relacionado com uma pretensão antiga, também, que tem a ver com a criação de um parque infantil. No caso da alínea b), propomos aprovação dos contratos interadministrativos e atribuição de subsídios para o ano de 2024 e na alínea c), propomos à Assembleia Municipal a correção, embora tenhamos depois conversado com a Junta de Freguesia de Calvos e Frades no sentido de dar cumprimento àquilo que tinha sido aprovado em reunião de câmara e em reunião da Assembleia Municipal que, por lapso, no texto, referia a libertação de 30% da verba e 70% dessa verba, portanto, sessenta mil euros, 30% em 2023 e 70% em 2024, mas entendemos que seria, em bom rigor, justo que a verba fosse totalmente libertada ainda no ano de 2023 e, portanto, propomos esta correção para que os sessenta mil euros possam ser transferidos, os 100% dos sessenta mil euros possam ser transferidos ainda durante o presente ano.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à alínea a) do ponto em questão, encontrando-se o grupo parlamentar do CDS inteirado do teor da proposta e uma vez que a mesma visa a celebração de protocolos com as juntas de freguesia de Sobradelo da Goma e de Taíde para os motivos que o senhor Presidente já elencou, a requalificação do cemitério e a construção do parque infantil, o CDS nada tem a opor neste caso e votará favoravelmente a proposta.

Na alínea b) do ponto já se trata do habitual procedimento administrativo similar ao do ano passado, para a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia em moldes e montantes, precisamente iguais aos atribuídos no ano de 2023. Visa assim possibilitar o normal exercício da atividade das mesmas, assegurando às populações as atividades de proximidade e o apoio direto às comunidades locais, porque também nada a opor pelo nosso grupo parlamentar e votaremos favoravelmente.

Relativamente à alínea c), como já foi aqui elencado, visto tratar-se de um aditamento ao contrato já celebrado entre o município e a Junta de freguesia da União de Freguesias de Calvos e Frades, não existindo neste ponto quaisquer considerações adicionais a tecer, para além do solicitado na proposta, como já foi aqui explicado pelo senhor Presidente, o CDS também votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Agradeço a apresentação realizada pelo senhor Presidente da Câmara, que já clarificou as três alíneas, acresce aqui a situação que é a transferência por subsídio, porque o prédio em causa integra o domínio público da freguesia. Por essa razão, terá que ser o subsídio não através de contrato interadministrativo, é importante aqui, porque está previsto nos contratos que a Câmara como tem sido norma que dê apoio às juntas de freguesia, na realização da tramitação processual para Taíde e para Sobradelo da Goma, vai haver a necessidade de fazer pelos valores, serão ajuste direto e é importante que, para além do investimento que estamos hoje aqui autorizar que não traga com isto um problema de forma da questão legal por não acautelarem a tramitação processual.

Quero deixar aqui este registo que é importante que se acautele esta situação relativamente aos pagamentos, da alínea a) para as juntas de freguesia, de Sobradelo e Taíde serão realizados até 31 de dezembro de 2024 e na alínea c) será os 100% deste ano.

Relativamente às alíneas a) e c), estamos inteirados e votaremos favoravelmente. relativamente aos contratos Interadministrativos, já trouxe aqui a esta Assembleia Municipal, aquilo que a nossa bancada defende é que fosse apresentado no início de mandato um quadro, um quadro para todos os valores ao longo do mandato, para cada junta de freguesia saber quais seriam os valores que iriam receber em cada ano. Estamos a trazer ano a ano, não há atualização de valor, mantemos os valores que tínhamos em 2021, no mandato anterior, conseguimos fazer uma atualização de 50%, todos os valores que eram atribuídos agora é por contratos interadministrativos, outros passaram agora para acordos de execução, mas a fonte de financiamento é sempre a Câmara Municipal. Uma parte deles vêm vi orçamental, mas, naturalmente, depois esse

valor não é transferido para a Câmara Municipal, por isso, olhando e estou certo, que todos me acompanharão, olhando a inflação, olhando também os custos que isso acresce, que este valor deveria de vir acompanhado de uma valorização de uma majoração, coisa que não acontece contudo, naturalmente, podemos e já tive oportunidade de conversar com o senhor Presidente da Câmara sobre este assunto, que deveríamos de ter uma atualização, admito que também se possa aqui rever o critério ou os critérios que estão aqui em causa, porque não será fácil também definirmos critérios muito diferentes daqueles que estão em vigor, poderíamos através do FEF, fazer um rácio através das transferências do FEF, mas, pronto, deixo aqui também à discussão que numa próxima atualização que também possamos aqui fazer uma revisão de critérios destes valores, mas, acima de tudo, que haja um acompanhamento de um reforço financeiro que será fundamental.

Estamos inteirados sobre esta matéria, e iremos votar as três alíneas de forma favorável.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto em discussão é um excelente exemplo de como a Câmara Municipal e o senhor Presidente trata de forma igual todas as juntas de freguesia, mesmo que não raras vezes, haja um tratamento de deslealdade por parte de alguns senhores presidentes de junta, importa realçar a forma exemplar no trato, na representação e no cumprimento de todos os formalismos que o senhor Presidente de Câmara e este executivo cumpre religiosamente na relação com todos. E os autarcas do concelho da Póvoa de Lanhoso não fogem a essa exceção sem prescindir, naturalmente, da proximidade que lhe é característica.

A construção do parque infantil, lenta e que é uma pretensão muito antiga e a requalificação do cemitério de Sobradelo da Goma, são disso um excelente exemplo e que as populações, naturalmente, agradecem este contributo e esta parceria entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia, como a exemplo de outras juntas de freguesias que beneficiaram ainda bem recentemente de apoios idênticos e bem substantivos no que diz respeito, a obras de elevada monta nas suas freguesias. Aliás, o senhor Presidente da Câmara fá-lo com mestria suprema, essa relação de proximidade, essa relação de compromisso e o senhor deputado municipal e Presidente do PSD também faz um esforço para seguir esse exemplo, esta linha de atuação, contrariamente aquilo que é defendido pelo senhor deputado e representante dos senhores presidentes de Junta de freguesia, como ontem ficou bem patente que aposta tudo na informalidade, no expediente do facilitismo, tão característico de quem não reconhece o rigor e os

registos para memória futura como a garantia de boa governação e de transparência. Aliás, o registo e a conotação é a permeabilidade de práticas pouco claras de forma de governação, nada recomendáveis, como já tivemos ocasião de aqui constatar.

As alíneas que aqui vamos votar e que respeitam na totalidade benefícios para as juntas de freguesia, se for essa a vontade dos deputados municipais, como vai ser a vontade do nosso grupo parlamentar, são a demonstração inequívoca de boas práticas que elevam o nosso concelho a patamares de respeito, rigor e expedientes exemplares. Em relação à crítica fácil de na alínea b) não surtir aqui um efeito de acompanhamento da inflação e importa fazer referência também ao facto, e lamento que o senhor deputado José Manuel Silva não tenha feito essa referência, que a Câmara Municipal tem estado sempre disponível para com as juntas de freguesia fazer face às dificuldades e às ocorrências que surgem durante o ano e esse acompanhamento da inflação, estamos a falar de cerca de oitocentos euros para acompanhar a inflação, é suplantado facilmente face aos avultados investimentos que a Câmara Municipal faz durante o ano face a ocorrências que se verificam, por isso, faz bem este executivo em promover práticas rigorosas que façam da Póvoa de Lanhoso, uma referência distrital, regional e nacional. Nada atrás, muito pelo contrário das práticas de Lisboa e da Assembleia da República, como foi aqui dito pelo deputado municipal José Manuel Silva, que tem uma visão paroquial e pouco prestigiante do nosso concelho, disse.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado José Manuel Silva, eu hesitei em trazer aquela capa, tenho ali alguma informação mais detalhada, que pode ajudar a dar suporte aquilo que eu vou aqui explicar, se todos os senhores deputados, nomeadamente, dirijo-me a si porque foi quem fez a intervenção, só por isso, quiserem detalhar no que diz respeito aos contratos interadministrativos, nós temos optado por manter os valores que estão em vigor. Cooperando, eu diria, eu acho que o termo é cooperando profundamente com as necessidades de todas as juntas de freguesia e, portanto, entre uma atualização de 10 ou de 15 ou de 20%, do valor que fosse ou uma cooperação profunda que, como todos os senhores Presidente de Junta, saberão se algum Presidente de junta tiver alguma situação que não corresponda a isto que eu estou a dizer, faz favor de vir aqui expor, porque eu estou totalmente à vontade, tenho ali o registo todo de tudo aquilo que foi fornecido a todas as freguesias desde o primeiro dia deste mandato e, portanto, quando me refiro a tudo, refiro-me a tudo o que tem a ver com materiais, com disponibilização de serviços, com equipas da Câmara Municipal, com obras excecionais, com freguesias que tiveram, por exemplo, já dei essa referência. Penso que este ano, fruto das

intempéries, tivemos várias freguesias que tiveram problemas com derrocadas, com impedimentos de acessos a lugares, a caminhos que ficaram inacessíveis com muros que caíram e que precisaram de intervenções de centenas de milhares de euros da Câmara Municipal e há aqui Presidentes de junta, eu não vou referir nenhum, mas sabem bem e o senhor também sabe porque aconteceu lá várias vezes e, portanto, entre esse tipo de soluções ou o reforço dos contratos interadministrativos, eu acho que as juntas de freguesia saem muitíssimo beneficiadas com este tipo de comportamento e predisposição da Câmara Municipal. Os senhores dirão, pois, mas o ideal era que nós tivéssemos reforço dos contratos interadministrativos e esta abertura e disponibilidade da Câmara Municipal, mas isso nós não podemos fazer com os mesmos ovos cinquenta omeletes, com aqueles ovos fazemos aquelas omeletes, não é, portanto ou direcionamos de uma forma ou direcionamos de outra.

Eu acho que nós temos sinceramente tido uma, e aqui devo fazer uma referência, eu gosto de fazer referências justas sempre que elas existem, seja pessoas que fazem parte da minha equipa ou não, mas tenho que fazer uma referência ao meu assessor Ricardo Silva, que também é Presidente de junta e que faz um esforço brutal no dia a dia, para não permitir, em momento nenhum que se possa sequer pensar que ele é beneficiado no que quer que seja, porque está nesta dupla função de fazer a ponte com as juntas de freguesia e ser simultaneamente Presidente de junta. Ele faz esse exercício rigoroso, faz mesmo não precisa que eu lhe diga absolutamente nada em relação a isso, porque eu já sei que ele o faz, mas ele faz mesmo esse exercício no dia-a-dia, mas faz uma coisa ainda mais espantosa, que é ter um grau de disponibilidade, para atender, conversar e responder aos senhores Presidentes de junta absolutamente inatacável e eu só estou a reproduzir aquilo que já ouvi, muitos Presidentes de junta dizer, de todas as bancadas de três, neste caso, temos mais uma que é o caso da freguesia de Covelas, portanto, essa disponibilidade, três com Presidentes de junta, a bancada do CDS ainda não tem, poderá ter um dia, mas ainda não tem nenhum Presidente de junta eleito, portanto, essa disponibilidade e essa vontade de cooperação, de procura de soluções, se me perguntarem, mas nós temos sempre resposta para todas as solicitações? Claro que não temos, seria impossível termos como é evidente, mas temos pelo menos a vontade assegurada de tentar encontrar soluções sempre que há um problema para resolver isso é, aliás, dou um exemplo, podia dar vários, mas dou um exemplo de um sinal que demos logo no início do mandato o facto de a Câmara Municipal ter priorizado a contratação de um segundo limpa bermas, já tinha um, passou a ter dois, para prestar um serviço às juntas de freguesia que, como todos sabemos, a Câmara Municipal não teria de prestar porque essa competência está delegada nas juntas de freguesia e as juntas de freguesia recebem anualmente uma verba correspondente a essa competência para assegurarem ao longo do ano que as artérias da sua freguesia e que as limpezas necessárias sejam executadas. Ainda assim, a Câmara Municipal contratou mais um limpa bermas e tem os dois limpa bermas à disposição das juntas de freguesia para sempre que necessário e

sempre que possível, em termos de agendamento, que nós temos e o registo está feito desde o primeiro dia deste mandato, também quem quiser saber onde esteve cada limpa bermas da Câmara Municipal, fosse no mês que fosse, está tudo registado e com esse grau de transparência e que está sempre associado, já agora, essa deslocação sempre associada à solicitação que está registada por email, está tudo registado um email enviado pelos senhores Presidentes de junta, portanto, esta cooperação e esta vontade de ajudar as freguesias a terem capacidade de resposta, mesmo naquilo que não sendo responsabilidade da Câmara Municipal. A Câmara Municipal faz questão de poder ajudar dentro do alcance que possa ter. Eu acho que isso vale muito mais do que, eu arrisco a dizer, o duplicar do valor dos contratos interadministrativos e para que todos saibamos de quanto estamos a falar, eu explico o valor do contrato interadministrativo que está estabelecido desde o início deste mandato que transitou efetivamente no mandato anterior, é de oito mil quinhentos e sessenta e cinco euros por cada freguesia. As uniões de freguesias com duas freguesias têm o dobro deste valor e a única união de freguesia que tem três freguesias que é Verim, Friande e Ajude, tem o triplo deste valor, portanto, oito mil quinhentos e sessenta e cinco euros ou dezassete mil cento e trinta euros, dou o exemplo, por exemplo, de Águas Santas e Moure, ou Esperança e Brunhais e depois Verim, Ajude e Friande, que tem vinte cinco mil seiscentos e noventa e cinco euros e aqui sim, é verdade que se impõe uma reflexão em torno dos critérios. Já falámos sobre isso várias vezes, o senhor Presidente de Junta sabe e sei que concorda com isso também. E todos os senhores Presidentes de junta têm falado também, mas não só do valor atribuído, mas dos critérios que da fórmula que nos leva a atribuir, estamos a falar de um bolo total de quase duzentos e cinquenta mil euros e, portanto, neste caso, porque se juntarmos os autos de transferência, o valor é superior, mas, neste caso, em concreto, pensarmos nos critérios relacionados com a distribuição deste valor, porque, de facto, eu reconheço e sei que todos reconhecemos que, de facto, uma freguesia como vamos falar das cinco maiores cinco maiores, algumas são União, mas Nossa Senhora do Amparo, que é a maior ou Taíde que é a segunda maior em termos de população. Claro que depois Fontarcada está numa união de freguesias, mas se separarmos Fontarcada e Oliveira com oito mil quinhentos e sessenta e cinco euros cada uma, porque se fosse antes das uniões de freguesias, seria esse o valor Fontarcada com oito mil quinhentos e sessenta e cinco euros em contraponto com uma freguesia que terá o triplo do valor é, pelo menos, claramente discutível.

Eu acho que é um trabalho a fazer em relação a esta matéria e nós devemos, se possível reforçar o valor, mas também e, paralelamente a isso, pensar nos critérios de distribuição deste valor, porque é difícil de sustentar a ideia de freguesias da dimensão daquelas que eu acabei de referir, receberam um valor muito menor do que outras freguesias que precisam, obviamente, desse valor, mas do ponto de vista da comparação dá aqui algum ar de injustiça, portanto, tentarmos repensar o critério, tentando não ser injusto com ninguém, o que é um exercício de equilíbrio muito difícil, como já

perceberam mas acho que merece, de facto, reflexão e estamos dispostos a fazê-lo ao longo deste mandato.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“De facto, estamos em sintonia e agora temos é que fazer, que é um verbo que até está agora na moda, para que possamos evoluir no sentido de com critérios, mas que haja uma atualização que é fundamental.

Repare, eu percebo e ninguém pôs em causa o esforço que o município tem feito para suprir uma ou outra necessidade que vão diariamente acontecendo, isso nunca esteve em causa, a minha intervenção não foi nesse sentido, aliás, no passado também se ia respondendo a essas necessidades e houve uma atualização e fará sentido repensarmos este conjunto de critérios e que venha acompanhado de um reforço financeiro faz todo o sentido.

Eu agora queria só colocar, eu não vou colocar a questão ao senhor deputado Pedro, porque ele acabará por ir ao púlpito e fala, fala, mas depois vai dizer alguma coisa, não será responder, porque é grave o que o senhor deputado aqui afirma e eu vou fazer a questão diretamente ao senhor Presidente da Câmara. Ele diz que há Presidentes de junta que desrespeitam e são incorretos com o senhor Presidente da Câmara e se ele tem essa informação, eu dirijo essa questão diretamente, se algum Presidente de junta que tenha desrespeitado ou que seja incorreto com o senhor Presidente da Câmara, que foi a afirmação que o senhor deputado Pedro Silva aqui acabou por referir nesta Assembleia Municipal e queria também deixar registado ao senhor Pedro Silva que, de facto, o modo e a forma de trabalhar, por vezes é-se mais subtil outras vezes é-se mais direto, eu vou-lhe dar um exemplo que, ainda este mês tivemos uma reunião, porque íamos ouvindo os senhores Presidentes de junta relativamente à matéria que tinha a ver com os centros de convívio e não faz sentido virmos para esta Assembleia Municipal no fundo, porque não é aqui que vamos por vezes encontrar as soluções, porque elas devem e nalgumas situações têm que ser encontradas em tempo útil, e tivemos o cuidado, eu reuni com a Dra. Fátima Moreira marcámos a reunião, conversamos o que tínhamos a conversar, percebemos que há fatores que devem de ser analisados e corrigidos e é nesse sentido que nós trabalhamos com mais espetáculo, ou menos espetáculo, de forma mais direta ou de forma mais subtil, por isso o registo é um bocadinho individual e este é o nosso registo e, por isso, posso-lhe dar aqui este exemplo que, se calhar, fui tão subtil que o senhor deputado nem teve esse conhecimento.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva, para período de esclarecimentos.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A questão que o senhor deputado refere já foi aqui amplamente discutida, já foi aqui amplamente clarificada, tive ocasião, inclusive, após a sua provocação, de referir dois casos concretos, e teria mais para apresentar, isso também demonstra da sua parte alguma deslealdade para com os seus colegas, porque, de certa forma, pretende que eu não se importa de os colocar numa posição fragilizada de eu dizer exatamente aquilo que eles no terreno de forma desleal, alguns deles, de forma desleal, repito, novamente, alguns deles de forma desleal atacam o Presidente da Câmara que tem um comportamento inatacável do ponto de vista da relação e do trato com eles, portanto, lamento que o senhor Presidente e de Junta de Freguesia e representante dos senhores Presidentes de Junta de freguesia coloque os seus pares nesta posição.

Mas aproveito também, e provavelmente percebi que ficou incomodado com a minha intervenção e percebeu exatamente aquilo que eu pretendi dizer, porque eu também fico incomodado com a intervenção que o senhor fez ontem nesta Assembleia Municipal, porque foi uma intervenção feita de forma descontraída, sobranceira e pouco respeitosa na qualidade de representante dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia porque interpreta o seu mandato, exatamente dessa forma, sem rigor, um rigor que deve ser exigido, o senhor devia ter consciência que ao ter sido eleito como representante dos senhores presidentes de junta, não pode fazer as evocações que fez aqui em relação àquilo que se passa para além do concelho e que temos que ser menos rigorosos e temos que ser descontraídos até porque isso depois leva-nos para outro patamar de descontrações e de utilizações pouco claras de recursos que ainda estão por explicar, como já fizemos questão de questionar em várias ocasiões, o senhor deputado Municipal que no mandato passado pertencia ao Gabinete de Apoio à Presidência, ainda não trouxe a esta Assembleia Municipal o devido esclarecimento em relação à utilização de dinheiros públicos, por exemplo, em campanhas eleitorais do Partido Social Democrata. Disse.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado, relativamente à questão que fala da campanha, eu presumo que isso esteja no Ministério Público, e eu não serei a pessoa indicada para lhe dar qualquer tipo de esclarecimento, mas sobre os cargos para qual fomos eleitos, eu acho que se alguém

aqui que não tem a moral para falar, é o senhor deputado, nem dois anos consegue aguentar na EPAVE como vogal, por isso, pouca credibilidade lhe vejo, mas eu coloquei a questão foi ao senhor Presidente da Câmara, pronto, foi ao senhor Presidente da Câmara que coloquei a questão.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu queria começar por dizer que cada autarca, Presidente de Junta, Presidente de Câmara, ou cada pessoa que exerça funções públicas, na Assembleia da República, no Governo relaciona-se com os restantes eleitos, da forma que entende e da forma que se sente melhor e devo dizer até que sou, por vezes, criticado, positivamente criticado, é assim que eu quero colocar os temas, positivamente criticado por pessoas que me são próximas e que gostam de mim e que me acompanham desde sempre, e bem, por tratar demasiado bem, estou a citar, por tratar demasiado bem todos os autarcas eleitos no concelho, nomeadamente os senhores Presidentes de Junta, eu percebo esse sentimento, eu só não o acompanho, não acompanho pronto, mas é a minha forma de estar, outro Presidente de Câmara, noutro tempo, poderia exercer as funções à sua maneira e muito bem.

Quando pergunta se os Presidentes de Junta me desrespeitaram ou são incorretos com o Presidente da Câmara Municipal, eu digo-lhe que nunca nenhum Presidente de Junta me faltou ao respeito diretamente ou na minha presença, mas devo dizer, porque sei que é verdade e é de verdade que se trata e nós sabemos como funciona, por vezes, às vezes, a política há um lado negro da política, e da política partidária e esse lado negro, por vezes, faz com que quem é mais conotado do ponto de vista partidário, por vezes, tende a ter determinado discurso no terreno que não corresponde exatamente àquilo que é a verdade, nomeadamente a verdade de relacionamento entre o Presidente da Câmara Municipal e determinado Presidente de Junta. Eu sei que isso é verdade, eu sei que isso é verdade, portanto, se o senhor Presidente de Junta me pergunta se algum Presidente de Junta alguma vez me tratou mal, ou me desrespeitou diretamente, presencialmente, não. Se me pergunta se eu sei que isso acontece aqui ou ali no terreno, sei que acontece. Isso muda a minha forma de me relacionar com os senhores Presidentes de junta? Não, eu não vou fazê-lo por muito que saiba que aqui ou ali há por vezes, comentários que são pejorativos, que não correspondem à verdade.

Olhe estes dias, vou-lhe dar um exemplo, claro que não vou falar em nomes, mas vou-lhe dar um exemplo que é verdade. Ainda estes dias, soube que um senhor Presidente de Junta terá dito na sua freguesia que tenta agendar reuniões comigo e não consegue. O que é curioso é que esse Presidente de Junta esteve reunido comigo já este mês de

dezembro, esteve reunido comigo excecionalmente, essa reunião não estava marcada, esteve reunido comigo, eu recebi-o, tratamos um assunto, não tratámos o assunto que esse Presidente de Junta diz que não consegue tratar comigo, supostamente, porque não consegue reunir, mas teve reunido, tratamos outros assuntos e esse suposto assunto não foi tratado, portanto, eu tenho uma relação muito difícil com aquilo que não seja a verdade, tenho mesmo, e mesmo quando a verdade me prejudica eu prefiro a verdade do que a mentira e já fui prejudicado muitas vezes, mas digo a verdade, porque funciona melhor. Quem diz a verdade não tem que fazer exercícios de memória do que disse ou deixou de dizer, diz sempre a verdade, portanto, é isso que eu faço e eu gostava de ter esse feedback da parte de toda a gente, se tenho, eu sei que não, mas se isso muda a minha forma de me relacionar ao longo deste mandato e até final do mandato com cada eleito, de cada freguesia também não vai mudar, porque eu não me esqueço que os mesmos eleitores que me deram legitimidade de estar aqui sentado são os eleitores que deram legitimidade a cada Presidente de Junta de estar nas funções em que está e quando eu me relaciono com um Presidente de Junta, estou a relacionar-me com todos os fregueses daquela freguesia e todos os habitantes daquela freguesia, e se não fosse por mais nenhuma razão, pelo menos por essa eu teria que estar disponível para engolir certos sapos, e para às vezes fazer de conta que não sei coisas que sei e ajudar a resolver problemas que existem nas freguesias, porque aquele é o representante daquelas pessoas, daquela freguesia, eu gostava é que isso fosse também encarado e pensado da mesma forma, em sentido contrário, porque esse respeito é uma estrada de duas vias e devia existir sempre se por acaso, aqui ou ali não acontecer, isso não vai mudar a minha natureza.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminada a discussão do ponto sete, colocando à votação as diferentes alíneas.

Deliberação a): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de protocolo para atribuição de subsídio com as Juntas de Freguesia de Sobradelo da Goma e Taíde, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação b): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos e/ou de atribuição de subsídios, entre a câmara municipal e as juntas de freguesia do concelho, para atribuição de apoios financeiros, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Deliberação c): A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aditamento ao contrato de atribuição de subsídio, celebrado com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Calvos e Frades.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto oito da ordem de trabalhos. **Ponto Oito: Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse municipal de projeto de instalação de parque de campismo e caravanismo, para os efeitos previstos no DL n.º 73/2009, de 31 de março, conjugado com a Lei 75/2013, de 12 de setembro.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Esta proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse municipal de projeto de instalação de parque de campismo e caravanismo para os efeitos previstos no decreto-lei número 73/2009, de 31 de março, conjugado com a lei 75/2013, de 12 de setembro em que o projeto em questão visa a instalação de edifícios e equipamentos necessários à instalação para campistas, lotes de caravanismo e alojamento complementar, sendo acompanhado por uma memória descritiva, compromete o promotor nos termos apresentados e submetido a competente apreciação técnica cumpre à Câmara Municipal, colaborar no apoio de projeto de interesse municipal, considerando que o presente projeto aportar ao impacto positivo na economia local e concelhia, seja na criação de emprego direto, na potencialização de emprego indireto e na dinamização da economia local.

Decorrido o período de discussão pública e não se havendo registado contributos, alterações à proposta elaborada em reunião de Câmara Municipal, é a presente submetida à apreciação desta Assembleia Municipal. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Há muito tempo a esta parte o CDS-PP tem vindo a sensibilizar os sucessivos executivos para a necessidade da autarquia impulsionar a atratividade do investimento no nosso concelho. Finalmente, veremos a nossa vontade de anos materializada nos próximos pontos a debate, tardou, mas finalmente aconteceu e é com bons olhos que finalmente vemos nascer um regulamento de apoio ao empreendedorismo.

O CDS-PP sempre se bateu pela potenciação do nosso concelho, seja pela fixação de pessoas ou pela fixação de empresas, só com geração de riqueza e acesso a rendimento

estável, poderemos tentar o tão ambicionado aumento da qualidade de vida na Póvoa de Lanhoso, mantendo a posição política que temos vindo a defender nesta matéria e nada tendo a opor ao projeto de investimento em questão, seremos uma vez mais coerentes e votaremos favoravelmente a proposta, desejando desde já a sua rápida materialização e sucesso no seu desenvolvimento. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bem, neste ponto oito, tratamos aqui do reconhecimento do interesse municipal estratégico quanto ao projeto de instalação do Parque de Campismo e Caravanismo. Trata-se, portanto, de um empreendimento turístico situado na União de Freguesias de Águas Santas e Moure, o projeto trará valor à oferta turística já existente no concelho e de sobremaneira, ao que parece, esta zona do concelho onde a oferta é menor, sobretudo, é também um projeto que se pauta pelo respeito das boas práticas ambientais, à semelhança do que tem vindo a acontecer até com a estação de caravanismo que está instalada aqui no centro da Vila da Póvoa de Lanhoso.

Também este parque de campismo e caravanismo, com certeza, trará um afluxo de turistas, um alento à economia local e, portanto, é um projeto muito bem-vindo e que merece o nosso voto favorável, muito mais do que isso, merece um voto que acompanhamos de saudação e parabenização à União de Freguesias de Águas Santas e Moure, porque teve a capacidade de cativar este empreendimento e, claro está, também, ao executivo municipal que há de ter dado todo o apoio, todo o incremento necessário.

A propósito da atribuição e do reconhecimento que fazemos nesta Assembleia Municipal dos interesses municipais estratégicos, será de refletir quanto a implementar-se um regulamento que defina os moldes em que este reconhecimento de interesse municipal seja atribuído, isto no sentido de acautelar de garantir os benefícios efetivos aos povoenses e à Póvoa de Lanhoso, sempre que se reconheça o interesse público municipal, pois, sempre que se concede esta benesse há uma expectativa, e uma expectativa legítima de os povoenses e a Póvoa de Lanhoso receberem algo em troca, seja no âmbito da criação do emprego direto ou indireto, no incremento da economia, enfim, na criação de riqueza para a Póvoa de Lanhoso, para a nossa terra. Já o disse aqui e volto a lembrar por não ser despidendo, tomemos o exemplo do El Rei Dom Dinis que há mais de setecentos anos quando deu a carta de foral às nossas terras, foi cauteloso, foi prudente, ele deu, mas reservou para si e para os seus, determinados privilégios e é assim que nós temos de proceder também para que não aconteça o que aconteceu com o último reconhecimento de interesse municipal estratégico ainda este ano, mais

concretamente a 27 de fevereiro de 2023, com o reconhecimento que atribuímos a um particular que se propunha construir um empreendimento hoteleiro que se apresentava até como único no panorama nacional. Um hotel que girava em torno da temática do chá. Se bem se lembram e que propunha o quê? Propunha a criação de vinte postos de trabalho com a preocupação específica de empregabilidade, mão de obra local, sobretudo junto dos jovens e do público feminino, promovendo até também a igualdade de género e com tudo o que se verificou? Nada, como é agora muito comum, vai-se a ver e nada, não é, porque, de facto, este terreno está à venda, e isso é público e era isso que se pretendia apenas que se exibisse para que todos pudessem, mas é público e todos podem aceder ao site e provavelmente, alguns saberão, outros não.

Senhoras e senhores deputados, isto é muito grave e sério, eu passo até a citar do que se pode ler do anúncio publicitário, diz-se assim e ipsis verbis e vou citar. Além destes projetos, o terreno é todo solo urbano, o que permite também opção de loteamento e construção de várias moradias. Diz adiante, reitera toda a área do terreno em solo urbano, permite também caso tenha interesse, lotear e construir várias moradias, portanto, este particular utilizou este expediente de vir a esta assembleia de vir pedir aos povoenses que lhe fosse atribuído o reconhecimento de interesse público estratégico ao seu terreno para obter determinada área que não era solo apto a construir, para ficar todo apto a construir e com isto ganhou benefício, está à venda vai ser beneficiado sem que os povoenses recebam nada em troca, portanto, deixamos à consideração de cada um classificar esta forma de proceder e esta situação, com certeza, o executivo municipal, há-de conhecer esta situação, queremos que esteja já a diligenciar no sentido de poder obviar e tentar diminuir e fazer com que o mal seja menor e que tudo tenha feito para acautelar os interesses dos povoenses e da Póvoa de Lanhoso e, portanto, solicitamos isto mesmo que esclareça aqui a esta Assembleia Municipal e sobretudo aos povoenses aquilo que está a ser feito, muito obrigada a todos e a todas.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a este ponto em concreto, referir o seguinte. Tratando-se de um projeto de interesse municipal e percebendo bem a questão que a deputada municipal Sónia Fernandes trouxe a esta Assembleia Municipal, quero considerá-la da seguinte forma. E primeiro, eu julgo, mas estará o executivo municipal, certamente munidos de informação para me esclarecer em relação a esta matéria, julgo que, a partir do momento que for decretado interesse público para determinada atividade, ao contrário daquilo que foi aqui transmitido, não será possível dotar aquele espaço de construção ou de loteamentos industriais ou outros quais queres mesmo que possam estar em qualquer

publicação, isso é da responsabilidade de quem faz a publicação. Ao decretarmos interesse municipal, interesse público municipal naquela área, naquele projeto, destina-se aquele projeto em concreto e quer-me parecer que quer este quer outro qualquer projeto que tenha caído no passado, pese embora o trabalho que acaba por ser desenvolvido pelos serviços do município e pese embora o trabalho que nós tínhamos que ter na análise desse projeto julgo que revela em si um aspeto de importância e tem que ver com o facto de os investidores, os promotores olharem agora para a Póvoa de Lanhoso e para as suas freguesias com potencial turístico, que merece uma atenção diferente daquela que merecia no passado e esta evolução tem que ser também considerada e valorizada, portanto, eu acho que o perigo que sinalizou aqui ainda agora julgo que não acontece, percebendo que os regulamentos que tanto referem, quer neste caso, quer nos regulamentos que já referiram em três ou quatro ocasiões aqui nesta Assembleia Municipal também nos deve até para outra reflexão é que se esses regulamentos não existem, alguém não fez o trabalho no passado para que eles não existam e nós, Partido Socialista e este executivo municipal e como eu referi, na intervenção anterior, não temos qualquer problema, porque gostamos de trabalhar de forma séria, com formalismo e de forma rigorosa, por isso, não há qualquer problema em podermos trabalhar nesse plano que referem de revermos regulamentos ou formularmos regulamentos, o mesmo acontece com as intervenções formuladas aqui neste púlpito, estão ao abrigo de um regimento que foi aprovado por vossas excelências no passado e que, naturalmente, que não podemos agora qual não pode qualquer um de nós, muito menos depois de ter havido uma reunião da liderança da bancada parlamentar, passar agora em cada intervenção, dispormos de meios alternativos àqueles que estão previstos em regimento.

Para finalizar, dizer o seguinte, eu nos cargos todos que ocupei até hoje nunca procurei aguentar-me nos cargos como pelos vistos, o senhor deputado José Manuel Silva gosta de fazer.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao que a senhora deputada veio aqui dizer. A minha intervenção acabou por ser um bocadinho esvaziada pelo senhor deputado Pedro Silva, de facto, o interesse municipal diz respeito apenas e só aquele projeto, todos os restantes, se houver outra alteração de destino será objeto de outros tipos de licenciamento, o interesse municipal foi decretado para aquele projeto, neste caso estamos hoje a avaliar um que é de interesse municipal do projeto de instalação de parque de campismo e caravanismo na freguesia de Águas Santas e Moure, certo? Se o promotor não fizer o que está aprovado,

ou que vai ser supostamente aprovado aqui terá que haver outro e se vier com outro procedimento, terá que ser avaliado novamente pelos serviços técnicos, certo? Reconhecendo o interesse municipal é apenas e só àquele projeto.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu penso que foi muito clara. Senhor vereador, eu não pus em causa este projeto, ou este interesse público estratégico que estamos a conceder ao parque de caravanismo, apenas se enxertou, algo que dizia respeito, precisamente a um reconhecimento público estratégico que foi atribuído ainda este ano. Penso que foi muito clara.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Realmente preciso de um esclarecimento deputada Sónia Fernandes, ao certo o que é que quis dizer quando referiu que não se pode permitir utilizar este tipo de expediente para depois transformar os espaços para outro tipo de utilização?”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora deputada, eu só referi este projeto, este reconhecimento de interesse municipal, como exemplo, apenas e só. Relativamente ao que nós aprovámos em fevereiro, se ele não for feito, se não for executado, se não resultar no hotel, fica sem o reconhecimento do interesse municipal. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto oito da ordem de trabalhos colocando-o à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse municipal de projeto de instalação de parque de campismo e caravanismo, para os efeitos previstos no DL n.º 73/2009, de 31 de março, conjugado com a Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto nove da ordem de trabalhos. **Ponto Nove: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Investidor e à Criação de Emprego.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Considerando que é um imperativo fortalecer a estratégia de desenvolvimento económico do município, e por sua vez, melhorar a qualidade de vida dos povoenses, portanto, criar um instrumento de incentivo à implementação de novos projetos no concelho com medidas concretas que tornem o nosso território mais atrativo na hora dos investidores, elegerem o concelho onde se pretendem fixar. Por sua vez, os investidores também devem garantir o contributo para a sustentabilidade do concelho, para a diversificação do tecido empresarial e para a fixação dos mais jovens, através da criação de novos postos de trabalho assentes na qualificação, na inovação e na tecnologia.

Este é o ponto nove que fazendo jus também aquilo que o Pedro Afonso tem dito há alguns tempos, era necessário fazer este regulamento, sem o Dom Dinis, já está lá há muitos anos, mas foi de Dom Dinis até este executivo que se conseguiu criar este regulamento que nós agora, naturalmente, trazemos para vossa análise e para vossa votação.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, isto hoje está muito animado, D. Dinis à frente, D. Dinis atrás, vamos ser rigorosos, já alguém dizia. No que diz respeito ao ponto nove primeira questão logo, convocatória. Estamos a discutir um projeto de regulamento ou estamos a discutir um regulamento, ou seja, se estamos a discutir um regulamento deduz-se que após esta aprovação o mesmo poderá e terá condições de entrar em vigor. Se estivermos a discutir um projeto de regulamento, estamos a fazer um trabalho preliminar, importa esclarecer este aspeto, desde logo.

Agora pedia que me acompanhassem e dada a importância deste documento e setecentos anos é muito tempo, portanto, vamos tentar fazê-lo da melhor forma possível. No artigo segundo deste regulamento, nós temos então que o mesmo se destina a projetos considerados de interesse para o município. Primeira pergunta que lanço cabe neste chapéu projetos de interesse público e interesse para o município ou

estamos a excluir situações como aquela que a deputada Sónia Fernandes falou há pouco, e porquê? E agora referindo concretamente quanto às questões urbanísticas, até porque, estranhamente, as mesmas não estão vertidas aqui nas questões urbanísticas é certo que nós estamos a conferir o direito para um projeto e um destino em concreto, mas também não podemos olvidar se nessa documentação venham incorporadas, coisas importantíssimas e que até estão vertidas neste documento que é o montante de investimento e o número de postos a criar, ou seja, eu posso fazer um hotel pequeno, grande, posso criar mão de obra precária ou posso criar efetivamente postos de trabalho, portanto, o que está aqui em causa e aquilo que a deputada Sónia Fernandes queria trazer a discussão, não o destino do bem, é vermos concretamente a quem estamos a atribuir o interesse público e a ultrapassar as regras urbanísticas e de que forma a Câmara Municipal vai ter o controlo sobre aquilo que são as garantias que o promotor transmite que vai cumprir.

Estamos a falar de um meio de fiscalização, não estamos a falar se o destino é para hotel ou não, até porque não estamos em condições de saber se, inclusivamente, eu não estou, a deputada Sónia Fernandes também não, acredito que o deputado Pedro Silva também não, se eventualmente a parcela em causa já teria capacidade ou não construtiva que lhe permitisse finalidade habitacional, não é isso que está em causa. O que está em causa é sabermos se efetivamente vão ser criadas as regalias que o concelho tem direito por se ultrapassar as questões urbanísticas, isto pode e deve estar vertido neste regulamento ou projeto de regulamento. Vamos ver o que ainda é, esta era a primeira questão, que lançava.

A segunda aliás, continuando este regulamento versa apenas sobre entidades privadas, portanto, acredito que, desde logo, foi uma opção do executivo excluir IPSS's, as associações cooperativas deste tipo de diploma. Artigo 5º concessão de incentivos, diz-nos este artigo 5º, os incentivos a conceder poderão revestir várias modalidades, nomeadamente isenção total ou parcial de taxas municipais, concessão de benefícios fiscais de impostos que revertem a favor do município e derrama zero. Primeira consideração e não diz mais nada. Primeira consideração, temos em taxas, ligações da água, ligações de saneamento, taxas urbanísticas, vão estar elas todas isentas? Qual vai ser o critério de apurar estas isenções e quais é que estão abrangidas por elas? Concessão de benefícios fiscais, de impostos, impostos do município temos o imposto municipal sobre imóveis, vai ser quê concedido por dez anos, que é o período mínimo de fixação no concelho, o IMT, vão estar isentas, todas e quaisquer transmissões de imóveis que estas empresas venham a adquirir? Imposto único de circulação, vai estar isento todo e qualquer veículo que seja adquirido? Importa esclarecer, derrama de zero com toda a franqueza, não faz sentido nenhum estar aqui porquê, porque a derrama é atribuída ano após ano é deliberada nesta assembleia, portanto, nós estamos a indexar um regulamento que se prevê ter alguma durabilidade, uma coisa que poderá eventualmente vir a mudar a partir de dezembro de 2024.

Ainda no artigo 5º, será ativada a via verde processual. Estes termos são bonitos, são agradáveis, mas são difíceis de concretizar. Afinal, o que é esta via verde processual, quando nós temos, por exemplo, determinados serviços que têm tudo menos uma via verde, estão num pleno engarrafamento?

Artigo 6º, para estarem abrangidos por este regulamento, refere a criação ou manutenção de cinco postos de trabalho, portanto, empresas com menos de cinco trabalhadores, estão automaticamente excluídas, faz sentido num concelho como a Póvoa de Lanhoso? Importa refletir. Fazer, no mínimo, um investimento superior a 250 mil euros, no entanto, vamos ao artigo que dá as ponderações que é precisamente o artigo 9º e vemos que os escalões de atribuição de ponderações começam em 75 mil euros, portanto, afinal, o investimento são 75 mínimo ou são 250 mil? Importa esclarecer.

Vai ser criada uma equipa multidisciplinar de apoio ao investidor. Nada fala de quais são os membros? Quais são as áreas de formação? Em que é que isto consiste? Como vêm este projeto de regulamento ou regulamento tem um conjunto ainda de indefinições, nomeadamente, quanto à concessão de apoios e a verdadeira aplicabilidade, porque da maneira como ele está construído, vai ser muito difícil pô-lo em prática e, perante isto, caberá ao executivo ponderar se acham que este documento deverá ser aperfeiçoado, eventualmente trazido cá na próxima Assembleia Municipal ou eventualmente, sendo ele de muita importância de aprovação hoje fica também a cargo do executivo trazer cá um aditamento o mais breve possível. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente, esvaziada a minha intervenção pela colega Fátima Alves. De todo o modo vou lê-la na íntegra, porque também tenho aqui mais umas achegas a fazer, tal como tive oportunidade de referir no ponto anterior, de há muito tempo a esta parte que o CDS-PP tem vindo a solicitar a criação deste regulamento, dando como exemplo de sucesso nesta matéria, o caso do município de Vila Nova de Famalicão, através da iniciativa Famalicão Made In, que é sem sombra de dúvidas, uma referência a nível nacional, tendo já captado centenas de milhões de euros de investimento para o concelho de Famalicão. O referido projeto famalicense conta já com nove anos de existência. Tantos quantos o CDS da Póvoa de Lanhoso tem vindo a alertar para esta temática e que, infelizmente, também representam o atraso do nosso concelho nesta matéria, tendo como ponto de partida este documento e à luz do que de bem temos como exemplo no distrito, deverão ser criados ainda um conjunto de documentos complementares e até mesmo uma plataforma digital específica para este efeito e para

a sua promoção. A título de sugestão, achamos que seria interessante o município publicitar rapidamente de forma simples, pelo menos um documento informativo que possibilitasse de forma expedita aos investidores, saber quais as zonas com terrenos disponíveis para instalação de atividades industriais, utilizando para esse efeito as cartas de ordenamento do novo PDM dentro do possível ou então uma proposta alternativa dentro do que será viabilizado, obviamente, ainda um documento com infografia com as vantagens de cada local em termos de infraestruturas e acessos para rápida perceção do seu potencial pelos eventuais interessados em investir no nosso concelho. Documento que deveria preferencialmente, ser traduzido, pelo menos para versão em inglês.

Relativamente ao regulamento apresentado, gostaria de questionar se na sua elaboração, eventualmente, chegaram a considerar incluir as micro e pequenas empresas, dá a impressão que não, é que são estas empresas as que necessitam de maior apoio para arrancar e que muitas vezes não criam cinco postos de trabalho no imediato, nem possuem 10% dos 250 mil euros necessários para se poderem candidatar aos apoios, ficando assim mais uma vez, à sua sorte, dá a ligeira impressão que se pensou demasiado grande, porque, como todos sabemos, é para estas empresas que o peso das taxas de licenciamento e outras taxas municipais têm maior peso.

Ainda no que concerne à redação do documento, estranhámos a omissão, à obrigatoriedade de apresentação do registo criminal da empresa, dos sócios gerentes, que julgamos ser essencial para a celebração destes contratos públicos. Notamos ainda da análise da alínea d) do artigo 6.º do regulamento ser imposta como condição de elegibilidade que as empresas apresentem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem capacidade de financiamento do projeto, mas não são de todo definidos quaisquer critérios, nem quais os indicadores e rácios a aferir, dizer isto por si só é um bocado complicado.

Dado ser a primeira versão de um documento inexistente até à data e louvando desde já a sua criação, votaremos favoravelmente a proposta, fazendo fé que a sua redação será brevemente aditada, pelo menos nos aspetos elencados anteriormente e que a versão agora apresentada respeita as obrigações legais deste tipo de documento, no que diz respeito à omissão da apresentação do registo criminal, podemos estar a votar uma coisa, que não está de acordo com a lei.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Primeira nota, realçar e dar os parabéns a este executivo municipal, pelo facto de trazer a esta Assembleia Municipal o regulamento de apoio ao investidor e criação de emprego é, de facto, importantíssimo que a Póvoa de Lanhoso que tenha este instrumento para

sinalizar junto de investidores fora do concelho e dentro do concelho, a possibilidade de virem a fixar-se aqui no concelho ou não fugirem do concelho para outras terras, levando daqui riqueza que nós não podemos desperdiçar e, por isso, dar os parabéns a este executivo.

Em relação a esta apresentação do regulamento, e não projeto de regulamento como no cabeçalho aqui faz referência na página seis, trata-se, de facto, do regulamento, pelo menos é essa a interpretação que eu faço, em relação a algumas considerações que foram trazidas aqui pelos deputados municipais que me antecederam em relação, por exemplo, ao IMT e quer-me parecer que é uma questão que não se justifica ser colocada, até porque a isenção do IMT, por exemplo, como todos nós sabemos, tem que vir a esta casa para haver anuência para a isenção de IMT e isso qualquer regulamento não ultrapassa aquilo que diz a lei geral e nesse aspeto, não há qualquer dúvida.

Em relação aos esclarecimentos adicionais que possamos precisar para interpretar este regulamento. Aquilo que eu acho é que seria bem mais simplista haver notas explicativas em relação ao regulamento e que facilmente ultrapassarão essas questões. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora deputada e senhor deputado Pedro Afonso e deputada Fátima Alves, eu começo por dizer que este documento teve num período de análise de discussão pública durante vários dias, e ninguém mostrou nenhum tipo de dúvida, de pergunta e, portanto, fica só essa nota de que até chegar aqui ele teve em discussão pública e ninguém acrescentou nenhuma dúvida, nem nenhum fator acrescido para que agora tivesse menos dúvidas.

Depois dizer-lhe também que a senhora confundiu aqui uma série de conceitos porque às vezes há umas pequenas letras que é um e ou um ou que mudam tudo, eu vou só dar destaque aqui um dos fatores que a senhora apresentou, que tem a ver com apresento-lhe um projeto de investimento que contemple a criação ou manutenção de, no mínimo, cinco postos de trabalho ou o montante de investimento não inferiores a cinquenta mil euros. Responder depois também ao deputado Pedro Afonso que tem a ver com, eu tenho um projeto que só tem três funcionários mas ele, tem um valor de 270 mil euros, ora preenche um dos critérios e, portanto, é uma coisa ou outra, não é as duas coisas no mínimo e, portanto, este tipo de situações estão aqui todas contempladas.

E queria também explicar o seguinte, este é, de facto, um regulamento, é um documento técnico, como é evidente, nós teremos toda a possibilidade depois de discutir isto tecnicamente, mas dizer-lhe que a parte de quem é esta equipa multidisciplinar que também diz no mesmo ponto, no âmbito das competências do Gabinete de Apoio ao

Desenvolvimento Económico, nomeadamente a interlocução, acompanhamento, apoio técnico aos potenciais investidores no concelho e a simplificação do processo administrativo interno será criada por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal a equipa multidisciplinar de apoio ao investidor, é esta equipa de técnicos que irá ser criada para dar apoio a toda esta análise destes documentos, depois, como se costuma dizer, e o povo na sua sabedoria é capaz de ter aqui alguma experiência, mais vale um mau regulamento do que nenhum regulamento, o que é facto é que nunca houve nenhum regulamento, este não é um regulamento mau, este é o regulamento que está neste momento a discussão, que teve até agora também essa tal discussão pública e não teve nenhum tipo de contributo nem da sua parte nem de outras pessoas, mas que, naturalmente, poderá ser atualizado a qualquer altura.

Sobre todas essas dúvidas que colocou, em termos daquilo que podem ser as isenções ou não isenções, os benefícios ou não, isso será sempre analisado caso a caso, projeto a projeto, precisamente por causa dessa, ou melhor através dessa equipa multidisciplinar. Por outro lado, e analisando aquilo que era no passado, o que, de facto, nós trazemos cá são pedidos de interesse municipal que, na prática, não correspondiam a nenhum tipo de critério regulamentado e, portanto, este será o primeiro regulamento que, naturalmente, em função daquilo que sejam as notas futuras, se poderá fazer qualquer ajuste que seja necessário.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Chegamos aqui a uma conclusão e acho que é transversal, que isto é um documento verdadeiramente importante. Eu só fiquei na dúvida se o facto de todos os diplomas que estão sujeitos a discussão pública e esvazia a possibilidade, ou seja, nós deputados, temos que estar atentos ao período de discussão pública, formular lá as questões, dedicar esse tempo a isso e depois vir cá discutir, não me parece que é isso que a lei prevê, até porque, caso contrário, não fazia sentido trazê-lo aqui à Assembleia Municipal, porque todos nós teríamos a possibilidade de usar a faculdade da discussão pública e, portanto, desculpe, senhor vereador, com toda a franqueza, não faz sentido absolutamente nenhum.

Relativamente a este sentido arbitrário e aqui competirá à equipa multidisciplinar, eu sei quais são as funções, eu não lhe questionei isso que está vertido no diploma o que eu lhe questionei é quantos membros vão estar aqui associados e para ser uma equipa multidisciplinar, capaz de responder a todas estas áreas, quais são as suas formações? Foi isto que eu lhe questionei, nomeadamente agora eu presumo que todos já chegamos à conclusão que este documento tem que ser aperfeiçoado, isto sem descurar

minimamente o facto de estarmos aqui a trabalhar num documento muito importante e que é a primeira vez que aqui vem, sem descurar isso. Agora, se o podemos fazer bem feito, se o podemos aperfeiçoar, façamo-lo não andemos aqui com falsas demagogias. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A questão que eu queria colocar, acabei por colocá-la, mas não vi ninguém a aborda-la neste período que era mesmo a parte da legalidade relativamente à omissão do registo criminal porque está aqui o senhor deputado José Manuel Silva que lidou com a contratação pública durante muito tempo, não sei se pode dar aqui algumas achegas a isto, mas eu acho que neste tipo de procedimentos, pelo menos tanto quanto sei costuma ser obrigatório. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Para tentarmos desempatar o debate vamos lá ver, ao longo dos anos, quantas vezes assistimos nesta Assembleia Municipal à revisão de regulamentos? Muitas vezes, porquê? Porque fomos chegando à conclusão com o passar dos anos, podermos introduzir determinados aperfeiçoamentos, portanto, se estivermos à espera de encontrar um documento perfeito, nunca vamos ter regulamento. Aquilo que a Câmara Municipal propõe é que a Assembleia Municipal aprove este regulamento que, de facto, é melhor do que nenhum, e com o passar do tempo, provavelmente ao fim de cada mandato ou a meio de cada mandato ou quando entendermos, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, a Assembleia pode ter essa iniciativa também, já agora, propor à Câmara Municipal em relação a este ou outros regulamentos. Outros regulamentos estão em revisão, em plena revisão, não é? Portanto, nós só podemos rever aquilo que existe. Portanto, o que eu proponho é que este regulamento seja votado, desejavelmente aprovado, porque não ter nenhum regulamento não resolve nada e com o passar do tempo que possamos identificar eventuais lacunas. Algumas até já estarão, muito bem e quando entendermos que faça sentido voltarmos a discutir a alteração regulamentar, se continuarmos com este debate, nós não vamos alterar o regulamento aqui e agora, não é?”

Tivemos oportunidade de apresentar contributos na discussão pública, se me perguntar, mas tinha que o fazer? Não tinha que o fazer, era uma oportunidade que tinha, não o fez, também não vem mal ao mundo, portanto, acho que podemos aprovar este regulamento e com o passar, ao longo do ano de 2024, por exemplo, irmos identificando e registando as melhorias a fazer e quando surgir essa oportunidade de voltarmos a discutir o regulamento na Assembleia Municipal, muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente de Câmara, aproveitando as suas palavras e, como já disse até ao longo desta sessão, que decorreu ontem, nós queremos ser parte da solução e não do problema, portanto, aproveitando as suas palavras, e indo ao encontro das mesmas, o grupo parlamentar do PSD irá votar favoravelmente este ponto, no entanto, irá instruir um conjunto de informações e recomendações que achamos que podem e devem ser vertidas, caberá, evidentemente, ao executivo analisar as mesmas e aceitar ou não essa proposta de revisão que será feita pela nossa bancada. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminada a discussão do ponto nove colocando-o à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Investidor e à Criação de Emprego.

De imediato, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto dez da ordem de trabalhos. **Ponto Dez: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização da StartUp Póvoa.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este, como disse, ponto dez que tem como objetivo esta apresentação deste regulamento municipal de funcionamento e utilização da StartUp Póvoa tem previsto fortalecer o ecossistema empreendedor por forma a torná-lo mais competitivo e inovador. A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso vai criar uma nova resposta que pretende ser um catalisador no processo de desenvolvimento económico do concelho.

A StartUp Póvoa apresenta-se assim como um equipamento que tem como principal objetivo potenciar o espírito empreendedor, apoiar a concretização de novos projetos empresariais e a fixação de jovens e a geração de novos postos de trabalho. Deixo à vossa consideração.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É com agrado que vemos a materialização de um projeto essencial para o desenvolvimento de políticas municipais de fomento ao empreendedorismo, iniciativa que, uma vez mais, repito, e há muito tempo a esta parte do CDS da Póvoa de Lanhoso tem vindo a solicitar, contudo, parece-nos importante ressaltar, desde já, alguns aspetos técnicos do próprio regulamento, bem como a fundamentação de alguns pontos que nos parecem de interesse relevante.

O primeiro e vou ter que me repetir, mas, o primeiro tem que ver uma vez mais com a omissão quanto a obrigatoriedade de apresentação do registo criminal das empresas, sócios-gerentes, ou no caso deste regulamento, no caso equiparado os promotores ainda sem empresa constituída, registo criminal, que como sabem é obrigatório nos processos de contratação pública que deveria, no nosso entender, estar vertido neste documento. A falta de apresentação obrigatória de registo criminal aquando do processo de candidatura poderá, no nosso entender, hipotecar o bom funcionamento e peço que atentem nisto hipotecar o bom funcionamento, a transparência e a credibilidade da própria StartUp, criando no limite, constrangimentos sérios ao município, sobretudo na vertente de incubação virtual, onde este tipo de verificação deverá ser um aspeto de verificação essencial, porque nós podemos ter pessoas a utilizar a nossa StartUp de qualquer parte do mundo.

Outro aspeto que entendemos relevante é o da definição de prazos que nos parece definido de forma bastante ambígua no regulamento apresentado e que poderá burocratizar em demasia o processo, originando constrangimentos aos promotores, como exemplo, inscrição do promotor a entrevistas que um período para entrevista, durante quantos dias depois, tanto quanto consegui perceber a avaliação do júri, o regulamento é omissivo quanto ao tempo que esse período demora. Depois, isso sim, menciona que, após ser proferida a decisão do júri, o promotor poderá ser informado até vinte dias úteis. Eu acho que isto poderia ser melhorado até tornado mais célere.

Para terminar, senhor Presidente da Câmara, dada a relevância do presente regulamento, iremos votar favoravelmente a proposta na expectativa que as ressalvas anteriormente elencadas sejam aditadas com maior brevidade possível.

Relativamente à questão da apresentação do registo criminal, fazemos fé que a sua omissão não seja um impedimento legal. Mais uma vez, muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Aqui penso que já ultrapassámos aquela questão do projeto de regulamento, acho que vai ficar vertido em ata que se trata da aprovação do regulamento, portanto, não queríamos de forma alguma que esta circunstância meramente burocrática pudesse pôr em causa a abertura da StartUp e assim começar a potencializar o investimento.

Dirigir, evidentemente, uma felicitação por esta nova infraestrutura. Fomentar o empreendedorismo é essencial e ainda mais quando queremos atrair novos investidores. Dava aqui a nota só para retificarem ao nível do preâmbulo, a lei que está mal identificada está 75/2015 e é 73, uma retificação apenas ligeira.

E solicitar aqui alguns esclarecimentos. Do que me foi possível perceber pela documentação a StartUp Póvoa vai funcionar em dois espaços distintos. A LEIRA, vou chamar o edifício novo a LEIRA e vai funcionar também na casa da Botica, ou seja, a nível de gabinetes privados, vamos estar a trabalhar na LEIRA, a nível de coworking vamos estar a trabalhar na casa da Botica. A questão que coloco é uma das questões essenciais para os promotores é a retaguarda administrativa que estas instalações acabam por conferir. O facto de estarmos a fracionar isto em dois locais distintos, acredito que seja por uma limitação de espaço em termos de área, mas vai acabar por implicar, se calhar, duas equipas de apoio em cada uma das infraestruturas. Uma das perguntas que lançava é essa.

Depois dá-nos aqui nota que existem cinco gabinetes, todos eles são idênticos? Porque uma vez que o preço está indexado, o que eu questionava é de que valores estamos a falar em termos de gabinetes, qual a capacidade do coworking?

E agora entrando aqui numa matéria que é um bocadinho sensível, mas tenho que a dizer e, portanto, prefiro fazê-lo já, é a seguinte, uma incubadora tem como missão fomentar nas empresas a sua sustentabilidade, a sua alavancagem, o seu crescimento, evidentemente que não estamos à espera que esta infraestrutura seja auto sustentável na sua criação. O que eu questiono ao município é se eventualmente, estão a ponderar esta criação em termos de se tornar sustentável, ou seja, em termos dos colaboradores que vão ser afetos a este projeto e aos encargos da própria infraestrutura, comparativamente às receitas previsionais, que estão a ser, digamos assim, projetadas para o ano cruzeiro. Sei que no início, isto não é possível, no entanto, pelas conversas ao nível de muitos concelhos que têm incubadoras, a questão da sustentabilidade das

mesmas, é uma grande preocupação, portanto, a pergunta que lanço é de que forma é que isto está vertido em termos de plano e orçamento para 2024. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Antes de mais, salutar o facto de termos muito em breve a funcionar esta StartUp, um projeto do qual ouvimos falar há, eu comecei a ouvir falar da StartUp em 2013, penso eu e, portanto, irá agora efetivamente ser uma realidade.

Este regulamento vem contribuir efetivamente para um incentivo ao empreendedorismo, o que é de salutar, portanto, esta infraestrutura dará aqui oportunidade a jovens empreendedores, jovens ou menos jovens empreendedores que muitas vezes têm as suas ideias de negócio, não têm possibilidade de as arrancar de as alavancar ver neste projeto aqui essa possibilidade, o que é de salutar e, portanto, o partido socialista votará favoravelmente esta proposta de regulamento. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Ricardo Alves, para resposta.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Naturalmente que Eng.º Pedro Afonso, esta situação do registo criminal terá que ser atendida e, portanto, se legalmente ela é obrigatória como calcula, não fui eu que fiz o regulamento, haverá ali algum tipo de lapso, mas se é obrigatório por lei ele, naturalmente, terá que ser atendido.

Depois em termos destes dois espaços que são, de facto, a StartUp, o edifício e depois o espaço coworking que vamos também disponibilizar na casa da Botica, é um espaço que está também, que irá ser adaptado para esse efeito e a equipa que vai estar na StartUp são pessoas que já estão a trabalhar no município, portanto, em termos de encargos, é um encargo que o município já tem e, portanto, como é um espaço que irá disponibilizar um serviço público, ele não terá que ser sustentável, porque temos um monte de casos de situações idênticas. Este é também, o consolidado deste regulamento como calculam, é a primeira vez que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso dispõem deste equipamento, exatamente como o regulamento anterior, nós fizemos exatamente essas pesquisas, esse estudo ao nível daquilo que se faz na região, daquilo que são os bons exemplos e que, naturalmente, teremos, como dizia há bocado, o senhor Presidente, o próximo ano, para perceber de que forma é que esta criança, se me permitem a expressão, vai crescer e de que forma é que os passos vão ser mais seguros para

podemos depois analisar em concreto os casos mais específicos, mas penso que já temos neste regulamento uma estrutura base para podermos arrancar com este trabalho na StartUp.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Efetivamente, temos aqui uma base de trabalho e estamos aqui todos com o compromisso que vamos colaborar para os melhorar, vamos colaborar para termos os melhores regulamentos possíveis.

O senhor vereador acabou por não me responder, foi ao número de, esquecendo as incubações virtuais, porque essas poderão ir além-fronteiras, digamos assim, em termos de capacidade, vamos falar nas físicas. Esta infraestrutura composta por dois espaços, a LEIRA e a casa da Botica, que capacidade tem, ou seja, em termos físicos, quantas empresas consegue ou quantos promotores consegue albergar? Porque sabemos que, em termos de coworking, se a empresa tiver três ocupa três postos de trabalho, e assim sucessivamente, a questão que lançava é quantos postos efetivos temos previstos em cada uma das infraestruturas.

E também perceber que não ficou claro, se a casa da Botica já está em condições também de arrancar ou se ainda vai ter que sofrer obras de alteração. Já compreendemos que neste momento, serão utilizados apenas recursos que já estavam afetos, portanto, não há um acréscimo de despesa para o município, essencialmente, só a despesa afeta às próprias instalações em si. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Ricardo Alves, para resposta.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu peço desculpa, de facto, não referi a capacidade que tem a StartUp na LEIRA para cinco empresas, portanto, para cinco gabinetes, sendo que também, explicar que, de facto, o coworking na casa da Botica não está ainda disponível porque também são candidaturas diferentes, portanto, a casa da Botica irá sofrer também alguma adaptação, o espaço que era anteriormente a biblioteca para poder receber, portanto, não consigo dizer agora quantas pessoas poderão estar a trabalhar nessa área da Casa da Botica, precisamente porque o projeto ainda não está concluído. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Então deixava só aqui uma nota e uma vez, não sei se ainda vão a tempo de fazer esta, digamos, retificação, as outras iremos a tempo de ir incutindo, mas quem leu o documento fica com a sensação que o serviço de coworking, portanto, está operacional para poder laborar de imediato, até porque nos serviços de incubação, ele já está referenciado, portanto, fica aqui apenas esta nota, se calhar colocar em futuro, estará disponível, ou seja, quando a candidatura assim o permitir. Entretanto, à semelhança do ponto anterior e do regulamento anterior, iremos sempre enviar as nossas recomendações. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu o ponto dez por terminado, colocando-o à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização da StartUp Póvoa.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, informou que se iria fazer um intervalo de dez minutos. Após o intervalo, passou de imediato ao ponto onze da ordem de trabalhos. **Ponto Onze: Proposta da Câmara Municipal para alteração do fim do equipamento destinado a Campo de Futebol, para equipamento destinado à prática desportiva, na parcela denominada “Bouça do Areal”, sita na freguesia de campo, doada pela Câmara Municipal à União de Freguesias de Campos e Louredo.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como o senhor Presidente referiu no ponto onze é, de facto, a alteração do fim deste equipamento destinado a campo de futebol que se pretende que passe a ser alargado para a prática de desporto de qualquer modalidade e, portanto, pedimos a vossa análise e o vosso parecer.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Uma vez que a esta assembleia é solicitado por imperativo legal, a sua pronúncia sobre a alteração de destino equipamento doado em 2015, entenda-se campo de futebol e que a finalidade de utilização se mantém válida, ou seja, o equipamento continua a afetar prática da atividade desportiva. O CDS nada tem a opor e votará favoravelmente a proposta, ressalvando que cabe à Junta de Freguesia a salvaguarda do interesse público nos contratos que venha a celebrar com quaisquer entidades. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Elisabete Cunha.

Interveio a deputada Elisabete Cunha, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a este ponto, número onze, proposta da Câmara Municipal para alteração do fim de equipamento destinado a campo de futebol para equipamento destinado à prática desportiva na parcela denominada "Bouça Velha", na freguesia de Campo doada pela Câmara Municipal, à União de Freguesias de Campos e Louredo, esta alteração prende-se com uma mera formalidade que vai também de encontro aos objetivos que a Junta de Freguesia tem em relação a este equipamento e que abrange outras áreas de desporto e que permitirá dar uma nova utilidade a este referido espaço. Posto isto, a bancada do partido socialista encontra-se inteirada e votará favoravelmente este ponto.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto prende-se com a alteração da finalidade do prédio, sito na Bouça do Areal na União de freguesias de Campos Louredo, mais precisamente na freguesia de Campo. Trata-se do terreno destinado ao campo de futebol que, segundo as alegações da junta e também da observação in loco nestes últimos anos, tem sido alvo de falta de uso e de dinamização, tendo em conta que está previsto também o estabelecimento de uma parceria com uma entidade privada e o consequente contrato de atribuição de superfície ou de concessão com a salvaguarda do interesse público do referido espaço. Questiono se há alguma informação que nos possam adiantar relativa ao projeto de implementação neste local, nomeadamente as modalidades que poderão ser praticadas ou outras atividades, tendo em conta que a presente proposta permitam um aproveitamento das infraestruturas existentes para bem servir a população e incentivar

à prática desportiva e também uma consequente dinamização do território. O grupo parlamentar do PSD encontra-se inteirado, não levanta objeções, e irá votar favoravelmente a presente proposta. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Ricardo Alves, para resposta.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Estão em cima da mesa alguns projetos que eu não queria neste momento, aqui divulgar, mas, naturalmente que a Junta de freguesia estará a tratar desses assuntos, são, de facto, projetos na área do desporto, e precisamente por isso, por não ser futebol é que era necessário fazer essa alteração, mas brevemente, naturalmente, às tantas virá novamente aqui. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto onze, colocando-o à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para alteração do fim do equipamento destinado a Campo de Futebol, para equipamento destinado à prática desportiva, na parcela denominada “Bouça do Areal”, sita na freguesia de campo, doada pela Câmara Municipal à União de Freguesias de Campos e Louredo.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto doze da ordem de trabalhos. **Ponto Doze: Proposta da Câmara Municipal para pedido de autorização prévia adstrita aos investimentos relativos a requalificação de arruamentos no Concelho, no valor de até 2.700.000,00 € (dois milhões e setecentos mil euros), ampliação de redes de saneamento no Concelho (2ª fase), no valor de até 535.000,00 € (quinhentos e trinta e cinco mil euros), requalificação de infraestruturas desportivas e recreativas municipais, no valor de até 360.000,00 € (trezentos e sessenta mil euros) e aquisição de terrenos, no valor de até 500.000,00 € (quinhentos mil euros).**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto, propomos a contração de quatro empréstimos, quatro financiamentos e antes de explicar a natureza destes financiamentos e a metodologia que foi utilizada, importa explicar o seguinte, nós, como é sabido, o executivo municipal, como é sabido,

definiu para este mandato criar as condições políticas e financeiras para poder avançar com uma infraestrutura fundamental, que é conhecida e discutida durante muitos anos, a via circular urbana. Para esse efeito e tendo em conta que a necessidade de assegurar os meios financeiros necessários para fazer face a esse compromisso pressupõem que seja caucionado no orçamento municipal ao longo deste mandato, o valor que se destina a esse fim, a capacidade de investimento do município, naturalmente, fica limitada, ficando limitada estrategicamente, importa compensar esse défice de libertação de fundos do orçamento municipal, de forma a que possamos garantir esse compromisso, não descurar a necessidade de resolver problemas que existem no terreno, nomeadamente necessidades que foram identificadas pelos senhores Presidentes de Junta e foi por isso também que decidimos na preparação do plano e orçamento para 2024 ter uma conversa com cada executivo de junta de freguesia no sentido de projetar já 2024 e 2025. Portanto, quisemos já fazer uma projeção de dois anos dessa forma, criando também um horizonte de previsibilidade juntamente com os senhores Presidentes de Junta, para que eles próprios possam antecipar aquilo que poderão ser os investimentos a ocorrer nas suas freguesias até ao final deste mandato e, dessa forma também podermos, desde já, contrair um empréstimo, os empréstimos que, nomeadamente a alínea a) que ajudarão a fazer face a essas necessidades.

Primeiro explicar a questão das necessidades, obviamente, quando decidimos conversar com as juntas de freguesia sobre este tema, tínhamos a plena noção e eu tinha a noção que, obviamente, o resultado final seria um resultado impossível de assegurar a todas as freguesias, tendo em conta o volume é verdade que há aqui exceções, raras exceções de juntas de freguesia que foram muito sucintos e objetivos e bem estrategicamente, objetivos naquilo que é, de facto, mais necessário nas suas freguesias e, portanto, existirão alguns casos em que não tivemos a necessidade de fazer nenhum tipo de escolha, definir nenhum tipo de priorização daquilo que nos foi indicado também como prioritário por parte dos senhores Presidentes de junta, mas necessariamente tivemos de fazer escolhas. E aqui importa abrir um parenteses para explicar o seguinte, uma coisa é, explicar isto porque eu sei que há aqui ou ali alguma dúvida em relação, alguma falta de esclarecimento em relação a isso. Uma coisa é a identificação de prioridades por parte de determinado executivo de Junta de Freguesia, outra coisa é o processo de decisão da Câmara Municipal. São questões diferentes e são procedimentos diferente, portanto, ouvir as juntas de freguesia e registar as suas necessidades. Foi uma decisão que nós decidimos, com a qual decidimos avançar e temos trabalhado neste mandato dessa forma, como já deu para perceber e, portanto, essa audição, digamos assim, é legítima e eu diria que é neste mandato até de certa forma, não totalmente, mas parcialmente inovadora, porque em mandatos anteriores nem sempre isso foi assegurado. Estão aqui Presidentes de junta sentados, nomeadamente na bancada do Partido Socialista que podem testemunhar facilmente que no mandato anterior aconteceu mais do que uma vez ser determinado investimento para determinada freguesia, sem a junta de freguesia

ser tida nem achada. Portanto, neste mandato, o procedimento não é esse, ouvimos os senhores Presidentes de junta, registamos as suas necessidades, se possível, se fosse possível atenderíamos a todas elas, quando é possível atendemos. Estou a olhar ali, por exemplo, para a senhora Presidente de junta de Travassos só porque está aqui no meu alinhamento e recorde-me que, tanto este ano, como em relação à projeção dos próximos dois anos, as identificações de necessidades que fez são compatíveis com a nossa possibilidade e a nossa capacidade de assegurar investimento e, portanto, no caso de Travassos, não foi preciso fazer nenhuma seleção das necessidades que tenham sido identificadas. É evidente que, noutros casos, isso não é possível e não sendo possível, necessariamente, tivemos de optar por determinados investimentos, naturalmente em detrimento de outros, não por nenhuma razão, não por nenhuma razão que tenha objetividade política, porque se fosse o caso, tínhamos nós determinados investimentos nas freguesias sem ouvir os senhores Presidente de junta, não, fizemo-lo por razões de ordem orçamental.

E aqui importa referir também que, nos próximos dois anos, prevemos ter quatro mecanismos de resolução dessas necessidades, um deles é este que tem que ver com a contração de empréstimo. O segundo é o orçamento de 2024, que parcialmente, vai ajudar a resolver matérias, nomeadamente aquelas matérias que não podem ser resolvidas via empréstimo. Está neste momento a ser executada uma intervenção na freguesia de Lanhoso, que é via orçamento da Câmara Municipal e que nunca poderia ser via empréstimo pela natureza do equipamento, que é um equipamento que pertence ao município, e ou à Junta de freguesia neste caso, e temos outros investimentos desta natureza previsto nos próximos dois anos, portanto, o segundo mecanismo é o orçamento de 2024, o terceiro mecanismo será o orçamento de 2025 e a quarta possibilidade será a contratualização de contrato interadministrativo que em 2024 ou 2025 permita suprir determinadas necessidades que foram também identificadas nas reuniões tidas com os senhores Presidentes de Junta.

Portanto, feita esta explicação e regressando ao ponto em concreto, estamos a falar de quatro alíneas de financiamento, a primeira requalificações de arruamentos no concelho, no valor de até dois milhões e setecentos mil euros. Como já disse, foram todas estas intervenções identificadas pelas juntas de freguesia. Em segundo lugar, ampliação de redes de saneamento e uma segunda fase no valor de quinhentos e trinta e cinco mil euros. Também estas intervenções, necessidades identificadas pelas juntas de freguesia. A alínea c) requalificação de diversas infraestruturas municipais que também tem que ver com necessidades identificadas pelas juntas de freguesia e a alínea d) aquisição de terrenos no valor de até quinhentos mil euros, que não tendo que ver com identificações de prioridades das juntas de freguesia, tem a ver com uma opção estratégica deste município de avançar para uma próxima fase do alargamento do parque do Pontido que pressupõe a aquisição de terrenos que estão na margem oposta ao atual parque do Pontido e que necessitam deste tipo de recursos que, por sua vez, precisam deste tipo de

soluções e é verdade que nós não temos flexibilidade de quinhentos mil euros no orçamento no próximo ano para poder avançar para a aquisição destes terrenos, pelas razões que já expliquei que tem a ver com o tal compromisso que também já expliquei de termos os meios necessários assegurados para que a via circular possa avançar, podendo o município cumprir com a sua parte em termos de contrato.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto, sempre bastante sensível por se tratarem de empréstimos, gostaria de transmitir a todos os povoenses que o CDS-PP se irá abster, justificando a nossa posição, não por questionarmos sequer a necessidade de cada um dos investimentos trazidos a votação, muito menos por estarmos contra o investimento público no concelho, sobretudo no que diz respeito ao saneamento e a manutenção e requalificação de equipamentos públicos, tantas vezes por nós aqui defendido, mas porque já por várias vezes, solicitamos que as propostas de contratualização de empréstimos fossem trazidas em separado para que umas não atropelem as outras. Passo a explicar, se um deputado qualquer um dos que aqui está pretender votar contra uma das propostas isoladamente, fica obrigado a votar contra todas as propostas do ponto, mesmo que queira votar a favor ou vice-versa, como todos podem compreender, isto limita de sobremaneira a função de escrutínio que nos foi confiada, pondo em causa a liberdade democrática de forma castradora. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“De facto, subscrevemos a intervenção do senhor deputado porque na conferência de líderes também já tínhamos pedido que as propostas viessem divididas por alíneas, aliás, como o senhor Presidente fez referência, até já fez as referências à alínea a), b), c) e d) na proposta, mas a que vem à Assembleia Municipal é uma proposta só.

Eu queria colocar aqui ao senhor Presidente de Câmara três ou quatro questões, há um ano atrás nesta Assembleia Municipal também trouxemos aqui um empréstimo para investimentos de autorização prévia adstrita de investimento relativos à requalificação de arruamentos no concelho, no valor de um milhão cento e setenta e cinco mil euros. Passado um ano, queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual a taxa de execução desses investimentos. Queria também perguntar, visto que os investimentos

poderão não estar realizados na totalidade ou em parte, se o valor que foi aprovado àquela data, se é suficiente para realização dos mesmos, dado que passaram doze meses e a taxa de inflação e se o valor não chega, qual é o valor de acréscimo que será naturalmente suportado pela via orçamento da Câmara Municipal se tem uma previsão desse valor.

Gostaria também de questionar o senhor Presidente da Câmara, admitindo que este empréstimo na sua totalidade será aprovado, somando aos empréstimos anteriores, qual é o valor de empréstimo que a câmara já contraiu ao longo deste mandato?

Também gostava de colocar a seguinte questão, que é qual era o valor da dívida que herdou aquando da tomada de posse e com estes empréstimos, qual é a perspetiva de dívida que pretende deixar a Câmara da Póvoa de Lanhoso?”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começar em primeiro lugar, por parabenizar o senhor Presidente de Câmara, pela forma, e porque também ao longo desta assembleia se falou várias vezes em transparência, pela forma clara e transparente, como nos apresenta aqui os pontos, como nos explica a razão pela qual chegámos a determinada solução ou a determinado entendimento por parte do executivo. Nem sempre foi assim e sempre tínhamos esta clareza e essa abertura para explicar os pontos que eram cá trazidos e, portanto, acho que devo parabenizar o senhor Presidente de Câmara e o executivo, mas particularizar aqui no senhor Presidente de Câmara, depois relativamente aos empréstimos que aqui vêm, acho que estaremos todos de acordo que o fim para o qual se está a contratualizar empréstimos assumido por todos, que são questões fundamentais e importantes para o concelho e, portanto, neste sentido, nós votaremos favoravelmente.

Mas é importante também percebermos aqui, porque se fala muito na necessidade da contração de empréstimos e há aqui dois ou três pontos que são fundamentais de interpretarmos um deles, o senhor Presidente já o abordou, mas este executivo municipal iniciou funções este mandato herdando do mandato anterior um milhão e novecentos mil euros que teria que fazer face durante o seu primeiro ano de mandato, ou seja, durante o ano de 2022, que vinha de contratos Interadministrativos do mandato anterior. Para além disso, e considerando que a Câmara Municipal vai cativar 2.1 milhões de euros resultante da variante que é a parte que a Câmara tem que compartilhar e não pode ser sujeita a financiamento e, portanto, estes 2.1 milhões são verba do município, isto significa que, respondendo se calhar, um bocado à pergunta do senhor deputado José Manuel, se fizermos as contas, este um milhão e novecentos mil mais estes dois milhões e cem mil euros vai ficar por pagar, exatamente aquilo que

herdámos ou aquilo que esta Câmara Municipal herdou quando iniciou as suas funções e, portanto, parece-me que está dentro daquilo que são as regras de boa gestão. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, o raciocínio que fez o deputado Filipe Silva seria um raciocínio plausível, ainda assim, há um raciocínio ainda mais completo e elaborado que pode ser apresentado a esta Assembleia Municipal.

Em primeiro lugar, relativamente ao empréstimo que foi contraído há um ano atrás de um milhão, cento setenta e cinco mil euros, o senhor deputado sabe, o senhor Presidente de Junta, sabe que estivemos à espera dos vistos, eram três empréstimos, um para equipamentos municipais, outro para saneamento, e outro para obras nas freguesias, estivemos à espera dos vistos do Tribunal de Contas, quase um ano e, portanto, o visto chegou há poucas semanas, os vistos chegaram há poucas semanas. Os nossos serviços que têm estado a trabalhar, já estavam a trabalhar nas peças processuais, estão já em afinação com a contratação pública para avançarmos com os procedimentos públicos. A nossa expectativa é que o valor contraído possa ser suficiente. Claro que tudo depende como o senhor bem sabe, até porque já trabalhou nessa área na Câmara Municipal, tudo depende do resultado dos concursos, que possam vir a ser lançados também e das consultas prévias também se o valor for insuficiente, aquilo que será necessário é a Câmara Municipal compensar a diferença usando parte do seu orçamento e, portanto, canalizando verba que tenha disponível em orçamento para poder suprir alguma diferença. Vamos supor que a diferença é de, estamos a falar de um milhão cento setenta e cinco mil euros. Vamos supor que o resultado final é um milhão e trezentos mil euros, a Câmara Municipal tem de assegurar os restantes cento e vinte cinco mil euros, para que nenhuma junta de freguesia saia prejudicada relativamente a esse processo.

Aquilo que eu lamento, acho que lamentamos todos é que, de facto a emissão de visto do Tribunal de Contas seja um processo tão demorado e, portanto, podemos desde já contar com isso em relação a estes procedimentos também que estão aqui a ser discutidos, admitindo que venham a ser aprovados, porque temos dois anos quase, dois anos até final do mandato, mas podemos contar com praticamente um primeiro ano de espera do visto do Tribunal de Contas, ainda que já tínhamos afinado com os nossos serviços que pretendemos antecipar os ciclos das assembleias municipais que tivemos desde o ano passado até este ano, antecipar uma assembleia, o que quer dizer que, em teoria, estaremos em condições de poder, entre final de junho, início de e final de setembro, antecipar um ciclo de assembleias municipais, como sabem, temos cinco

assembleias por ano até final de fevereiro, até final de abril, até final de junho, final de setembro e novembro ou dezembro, é isso que diz a lei, antecipar um ciclo, ganhando assim três ou quatro meses e os nossos serviços estão a trabalhar precisamente nesse sentido, para termos mais tempo de concretizar estes e de executar estes empréstimos. Isso a propósito da primeira questão que colocou e da segunda questão que colocou também.

Em relação ao valor do empréstimo contraído ao longo deste mandato e aquilo que possa ser o resultado no final deste mandato. Em primeiro lugar, explicar o seguinte, nós temos uma previsão, a última previsão orçamental que diz respeito à via circular urbana aponta para um valor que poderá rondar os dezoito a vinte milhões de euros. Se nos cifrar nos vinte milhões de euros, arredondando e para facilitar o raciocínio, significa 15% de vinte milhões de euros são três milhões de euros, o que significa que os dois milhões e cem que prevíamos no início do mandato e ao longo deste mandato, serão insuficientes e aquilo que nós temos previsto neste momento em orçamento vai necessitar de reforço ao longo do próximo ano ou então no ano seguinte em 2025, se nos situarmos só nos três milhões de euros e situar nos três milhões de euros, significa que teríamos que ignorar a necessidade da aquisição de terrenos. Essa necessidade foi até discutida ontem aqui a propósito do tema relacionado com a identificação das parcelas, dos proprietários do valor que ainda está por definir, mas que eu diria que podemos apontar confortavelmente para o valor que poderá rondar um milhão de euros, confortavelmente e provavelmente será insuficiente, mas vamos apontar para um milhão de euros. Isso significa que o município tem de assegurar com alguma margem de erro quatro milhões de euros, portanto, eu chamaria a estes quatro milhões de euros e agora volto ao raciocínio inicial, nós não podemos fazer empréstimo para financiar esses quatro milhões de euros, temos que os caucionar em orçamento, mas se pudéssemos fazer empréstimo para caucionar esses quatro milhões de euros, eu chamaria a esse valor se fosse um empréstimo, boa dívida, boa dívida, porquê? Porque essa boa dívida significaria um investimento global de cerca de vinte milhões de euros na via circular urbana, para além da obra e da importância da obra propriamente dito, é um volume de financiamento, qualquer município neste país contrairia quatro milhões de euros de empréstimo para ter vinte milhões de euros de valor investido.

Portanto, vamo-nos cifrar nos quatro milhões de euros de investimento necessário para assegurar esta infraestrutura e vamos recuar a 2005. Em 2005, a dívida do município situava-se em nove milhões e duzentos e doze mil euros, portanto, são números oficiais dos serviços da Câmara, não são meus. Estes números são dos serviços da Câmara Municipal, nomeadamente o chefe de divisão da área financeira, 2005, em 2009, a dívida tinha evoluído quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco euros, portanto, evoluído de nove milhões para cerca de treze milhões e meio, de 2009 a 2013, a dívida cai três milhões setecentos e sessenta mil euros, de 2013 para 2017 cai dois milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil euros, de 2017 para

2021 a dívida sobe, portanto, evolui quase quinhentos mil euros, portanto, tivemos ao longo destes anos oscilações positivas, oscilações negativas, fruto da estratégia que o executivo foi tendo ao longo de cada mandato, aquilo que é previsível no final deste mandato é que nós tínhamos uma evolução da dívida de cerca, e não chegará porque a previsão que nós temos é até inferior a três milhões, setecentos quarenta mil euros, mas, em teoria, com base no raciocínio que eu acabei de fazer e que todos acompanhamos, seria aceitável chegarmos ao fim do mandato e termos uma dívida adicional de quatro milhões de euros que corresponderia, se fosse possível fazer empréstimo diretamente para a via circular urbana, que corresponderia ao valor necessário para que a via circular urbana possa ser executada.

Claro está que aquilo que vamos fazer, como já foi aqui explicado, eu explico novamente é preservar esse valor no orçamento e contrair empréstimo para compensar, sem a via circular, não existia esse valor, existiria no orçamento e seria investido nas freguesias e, portanto, nas freguesias e nestas necessidades que eu elenquei, portanto, respondendo à sua última pergunta, eu penso que é expectável que no final deste mandato, tínhamos uma evolução da dívida de no máximo quatro milhões de euros, mas eu penso que será menos até porque se olharmos, por exemplo, ao facto de nós termos já isso, foi também aqui discutido ontem foi trazido esse valor pela engenheira Fátima Alves termos já em estudos um investimento feito, eu chamo-lhe investimento, um investimento feito na ordem dos trezentos mil euros, não é? Esse valor está já investido assegurado pelo orçamento municipal, mas não fará parte de um empréstimo, portanto, e saiu do orçamento municipal, assegurámos esse valor, portanto, isso faz com que os três milhões setecentos e cinquenta mil euros reduzam à medida que nós vamos assumindo custo relacionados com a via circular, os valores vão sendo cada vez mais reduzidos, mas se quisermos colocar as coisas em números globais, eu diria que, no final deste mandato poderemos ter dívida adicional, tendo em conta este quadro que eu acabei de descrever dívida adicional, portanto, no final do mandato anterior tínhamos sete milhões, oitocentos e três mil euros de dívida. É expectável que no final deste mandato, tínhamos mais quatro milhões de euros de dívida em cima destes sete milhões oitocentos e três mil euros de dívida.

O que já agora, eu vou abrir aqui um parenteses que eu espero que nunca venha a acontecer, mas já agora se por alguma razão e ontem falava a propósito da via circular urbana, ontem falava dos vários cenários que possam sair do dia 10 de março e alguém me fez hoje uma pergunta a esse propósito, poderá não ter compreendido totalmente aquilo que eu quis dizer, porque aquilo que eu disse é perceptível nesta sala, mas talvez não seja perceptível por todos o que é perfeitamente aceitável. Portanto, eu vou ser ainda mais claro em relação àquilo que eu quis dizer ontem. Se sair do dia 10 de março, uma solução política que esteja alinhada do ponto de vista programático e partidário com aquilo que o atual Governo acordou com o município da Póvoa de Lanhoso, então esta caução de fundos que nós vamos assegurar vai de certeza, ser necessário, porque nós

vamos, de certeza, avançar com o concurso público e com o início de obra durante este mandato, se por hipótese e é uma mera possibilidade académica, se, por hipótese, outra solução política que não a solução política atual liderada pelo Partido Socialista no Governo, por exemplo, se o PSD ou se a Iniciativa liberal ou se outro partido, à direita adotar uma postura diferente em relação a estes compromissos e se por alguma razão, esses compromissos que estão assumidos não forem cumpridos e mantidos pelo Governo da República, então chegaremos ao fim deste mandato sem a via circular, mas com este dinheiro nos cofres do município, portanto, e não é isso que eu quero, como já deu para perceber dezenas de vezes neste mandato, portanto, na pior das hipóteses, aquilo que acontecerá é que tenhamos mais dívida contraída com base nestes empréstimos, mas o valor nos cofres da autarquia no final deste mandato, o valor correspondente, aproximadamente o valor correspondente, até porque nós temos, de facto, de assegurar que esse valor esteja presente. Se o Governo entender que sim senhor, vou continuar a entender que sim senhor, nós temos que estar preparados para isso, portanto, das duas, uma, no final deste mandato, ou temos a via executada ou em plena execução ou temos o valor nos cofres da autarquia que permite, por absurdo e por absurdo, mesmo que permite que, numa situação limite, a autarquia possa usar este valor para amortizar estes empréstimos, se achar que esse deve ser o caminho a seguir, se a via circular, não fosse executada num cenário ou noutro, eu penso que estamos sempre protegidos. Ainda assim, deixo à consideração e se tiverem mais alguma dúvida.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Agradeço antes de mais a explicação e permita-me que há bocado não fiz referência na intervenção no mandato anterior, também era boa prática reunir com os senhores Presidentes de Junta e definir quais eram as pretensões dos senhores Presidentes de Junta, como apelou aos senhores Presidentes de Junta da bancada socialista eu apelo aqui também aos Presidentes de Junta do partido social democrata, que era esta a boa prática com todos os senhores Presidentes de Junta, deixar isto bem claro e esclarecer esta questão.

Relativamente à demora destes investimentos, vamos ter naturalmente, uma inflação na ordem dos 10%, mais ou menos e tendo os dois empréstimos, se este empréstimo acompanhar a demora do empréstimo anterior, teremos aqui a falar de números muito significativos que o município terá que suportar e quando me diz que o visto demora um ano, isto é histórico, eu não me recordo de um visto do Tribunal de Contas, demorar tanto tempo, aliás, se há algo que funciona bem em Portugal é o Tribunal de Contas, é uma boa referência. A questão é que também gostaria de colocar em que momento foi

remetido o visto ou os vistos para o Tribunal de Contas, porque só poderão ser dado resposta a partir do momento em que eles chegam lá, porque se não, isto para garantir que estamos aqui para além dos empréstimos e é legítimo e natural que algo que foi proposto em 2022 orçamentos, que seriam do último semestre de 2022 a realizar em 2024, o valor previsto não chega e não tínhamos ilusões. Acresce ainda que vão ser concursos públicos, aumenta significativamente também o valor de execução da obra, porque todos nós sabemos que se fosse, que não é possível, mas quando são administradas através das juntas de freguesias através de ajuste direto ou consultas prévias, conseguimos ter preços muito mais competitivos e vantajosos e garantindo, acima de tudo que esse investimento fique no concelho da Póvoa de Lanhoso, por isso, aquilo que nós esperamos e aquilo que nós desejamos é que estes empréstimos que agora estão aqui a ser propostos e naturalmente, ontem o Filipe dizia que nós éramos um partido de protesto, nós não fazemos é demagogia em política, porque nós não somos partido de protesto, somos responsáveis e analisamos em cada ponto aqui aquilo que possa ser a melhor solução para os povoenses, para a Póvoa de Lanhoso e para os futuros executivos, naturalmente, porque aquilo que estamos a falar é dívida e são os povoenses que vão ter que pagar a dívida, todos nós vamos ter que pagar a dívida e é isso que está aqui em causa, por isso, aquilo que me leva a dizer e com um sentido de responsabilidade, não está em causa as obras, claro que todos os investimentos são necessários, todos, há estes haveria muitos mais do que estes e as coisas são mesmo assim, haverá muito por fazer no nosso concelho.

Mas eu queria colocar outra questão ainda que tem a ver com não vejo se há necessidade especialmente na área do saneamento, ter de se contrair dívida para assumir 100% da execução da obra, porque falámos aqui tanto em quadros comunitários e não vejo aqui previsto, pelo menos abertura de quadros comunitários, ou pelo menos que o município vá a essas fontes de financiamento e tenha que recorrer 100% de receita própria para, neste caso, de empréstimo para assumir estes compromissos e este alargamento da rede de saneamento, gostaria que me dissesse se está previsto ou não candidaturas na área de saneamento, porque tínhamos essa expectativa quando falámos aqui das taxas, havia uma expectativa grande em nós e em todos os povoenses que pudesse haver candidaturas para estas áreas.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação aos Presidentes de junta serem ouvidos ou não, o senhor sabe, saberá, mas eu posso-lhe dar exemplos. Eu sei que há, por exemplo, no último ano do mandato anterior, na freguesia de Geraz, foi determinado um investimento sem que o senhor

Presidente de junta, ele está ali sentado, que me desminta, se for o caso, sem que o senhor Presidente de junta tenha sido ouvido, sem ser tido nem achado. Esse investimento fez parte do orçamento de 2021 foi aprovado nesta Assembleia Municipal, o senhor Presidente de junta, nunca foi ouvido sobre isso, mas dava-lhe outros exemplos. Estou a olhar para ele, está ali, estou-me a lembrar deste exemplo agora, portanto, o que eu lhe tentei explicar há momentos foi que com este executivo municipal, isso não acontece, pode haver depois desencontro em relação àquilo que pudéssemos entender, que devia ser o investimento, e aquilo que o município entendeu que vai ser o investimento, mas as escolhas do município estão sempre circunscritas ao universo de prioridades que foi elencada pelas juntas de freguesia, sempre e acho que isso faz alguma diferença.

Em relação, ao visto do Tribunal de Contas, eu não sei se há aqui alguma demora histórica, agora, aquilo que eu sei é que os procedimentos e cada passo estão vertidos nas atas das assembleias municipais, os senhores sabem que nós temos de consultar o mercado, temos que selecionar a melhor proposta, temos de voltar a trazer o assunto à Assembleia Municipal, e isso é público, o envio para o Tribunal de Contas do pedido de visto é imediatamente a seguir à Assembleia Municipal que aprove o documento que permite avançar com essa parte do processo e, portanto, vamos admitir que o Tribunal de Contas tem mais trabalho do que tinha provavelmente na época ou no período que está a referir, mas eu diria que os funcionários, os técnicos da Câmara Municipal responsáveis por esta área que têm a responsabilidade de assegurar esta comunicação com o Tribunal de Contas têm hoje, como sempre tiveram um desempenho irrepreensível, portanto, é uma questão mais técnica do que outra coisa, como sabe.

Em relação à possibilidade de daqui a um ano, o valor que estamos a contrair em termos de empréstimo puder ser ou não insuficiente. Nós tivemos até por força de alguma derrapagem que sentimos do ano passado para este ano, tivemos necessidade também junto dos nossos serviços, solicitar que a estimativa orçamental que algumas juntas de freguesia apresentaram orçamento, mas outras que não puderam fazê-lo através dos nossos serviços, assegurámos que a estimativa orçamental tivesse alguma previsão de inflação relativamente a este ano, tendo por base precisamente o exercício que já aqui descrevemos esta noite em relação empréstimo contraído no ano passado a minha expectativa é que o valor seja suficiente, se me perguntar mas tem a certeza que vai ser suficiente, ninguém tem ninguém tem porque estamos a falar de um procedimento de concurso público e, portanto, o grau de imprevisibilidade é sempre grande. Quando fazemos alguma, quando tentámos ter alguma almofada nas estimativas orçamentais, a probabilidade de isso acontecer passa a ser menor e foi isso que fizemos este ano em relação a estes valores.

Sobre a dívida, eu não sei se percebi bem aquilo que o senhor quis dizer em relação à dívida e sermos todos a pagar e ter que sair do bolso os povoenses, ouça não é diferente daquilo que sempre foi no passado e, portanto, eu não acredito que nenhum executivo

no passado tenha contraído dívida de ânimo leve, seja qual for o mandato, fosse quem fosse o executivo ou o Presidente e, portanto, a forma como se decide contrair dívida neste mandato tem a ver com estes critérios que eu aqui explanei, e eu recordo que nós começámos este mandato com um empréstimo que tinha em vista e que foi concretizado dessa forma, melhorar uma série de espaços educativos do concelho, isso hoje está plenamente concretizado e se visitarmos, plenamente não, estamos a terminar ainda algumas intervenções, umas últimas intervenções, nomeadamente na EB 1, mas se visitarmos os espaços do concelho que prestam serviço nesta área, portanto, que devem assegurar os equipamentos escolares, podemos e até fazendo uma comparação, nós temos o levantamento fotográfico feito das intervenções que foram feitas. Há, de facto, uma realidade bastante diferente em vários equipamentos escolares, no nosso concelho e isso teve a ver com a prioridade que definimos no início do mandato, de melhorar esses equipamentos escolares, dirão, mas é boa dívida, não é boa dívida, isso depois eu acho é que sempre que um executivo decide contrair um empréstimo, fá-lo com base em critérios que têm a ver com a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, seja no equipamento escolar, seja para priorizar necessidade numa junta de freguesia. Nós temos aqui, por exemplo, os equipamentos que têm que ver com a possibilidade de criarmos um espaço balnear, uma praia fluvial na freguesia de Serzedelo, por exemplo, eu já ouço falar dessa possibilidade, pelo menos dez, quinze anos naquela freguesia. É ou não uma prioridade que é plausível? Bom, eu acho que com o passar do tempo, a necessidade de criar condições para que determinados objetivos sejam concretizados é cada vez maior e, portanto, atendendo a essa necessidade, à antiguidade dessa pretensão e alguma força que o senhor Presidente de Junta fez também nesse sentido, foi entendimento deste executivo fazer o necessário para que esse investimento esteja assegurado, mas eu estou a dar este exemplo, podia dar uma série de outros exemplos. Agora, eu acho é que quando estamos a falar de dívida e de contração de empréstimos e do peso que isso possa ter para as futuras gerações ou para os futuros executivos, nós temos é de analisar se essa dívida é ou não boa dívida. Eu aqui regresso àquilo que foi a explicação que dei há momentos não é possível contrair a dívida diretamente para assegurar o compromisso que diz respeito à via circular urbana, mas se fosse possível, era isso que estamos aqui a discutir, se fosse possível todos estes investimentos estavam assegurados com os orçamentos, e estávamos a contrair empréstimo para assegurar o necessário para o município poder também, por sua vez, cumprir o contrato de execução da via circular urbana. Seria ou não boa dívida, eu deixo essa questão no ar e há bocado quando coloquei essa questão, pareceu-me depreender das reações de vários deputados desta Assembleia Municipal que, de facto, entendem que é boa dívida, porque é uma dívida que assegura um investimento muito elevado e que vem resolver uma necessidade que tem, que eu me recorde, uma necessidade que tem alguns trinta anos ou mais, eu é que só me lembro disso há trinta anos, mas fala-se disso, se calhar há mais tempo, certamente à mais tempo, portanto, é ou não boa dívida, eu não tenho dúvida

nenhuma que é boa dívida, vai ser pago ao longo do tempo, pois vai, vai ser assumido pelos futuros executivos, pois, com certeza que sim, à imagem que todos estes empréstimos que eu aqui tenho que foram contraídos nos últimos quinze anos, são pagos por este executivo quinze, porque alguns já foram liquidados. As piscinas municipais, por exemplo, já foram liquidadas neste mandato, já terminou esse empréstimo, mas estes empréstimos foram contraídos ao longo dos últimos mandatos e este executivo municipal, todos os meses líquida, cada uma destas prestações, porquê? Porque foi dívida que foi criada ao longo dos anos para equipamentos importantes para o concelho. Não estou a pôr em causa a pertinência desses equipamentos e a necessidade de contrair dívida em cada um destes momentos e este executivo, pois, com certeza, abraçou o bom e o mau, abraçámos o ativo e o passivo e tudo aquilo que diz respeito ao exercício destas funções.

Sobre o saneamento e dívida relacionada com o saneamento. Senhor deputado, tenho uma explicação muito simples, nós devemos assegurar na medida do possível e nem sempre é possível, é verdade, mas na medida do possível, devemos assegurar que determinadas intervenções em infraestruturas municipais, nomeadamente em pavimentação, alargamento, pavimentações, estradas, vias de comunicação, devam, na medida do possível, estar infraestruturadas, sei que estamos de acordo em relação a isso, certamente, nas intervenções que estão identificadas neste empréstimo, eu posso elenca-las, estamos a falar da freguesia de Taíde, da freguesia de Vilela, da freguesia de Garfe e da freguesia de Sobradelo da Goma, quatro intervenções que dizem respeito a equipamentos relacionados com saneamento nestas intervenções, o entendimento do município é que não devem acontecer estas intervenções sem que as infraestruturas estejam asseguradas e, portanto, e diz-me, bom mas não seria melhor aguardarmos para perceber se vai ou não ser lançado algum aviso no Portugal 2030? Temos dois problemas, o primeiro problema é que não sabemos se vão ou não surgir esses avisos ao longo desse quadro comunitário. O segundo problema é que estaríamos a condicionar estas quatro intervenções nestas quatro freguesias, ao momento que surgisse ele quando surgisse de apresentarmos candidatura em sede de fundos relacionados com Portugal 2030, portanto, isso significa que poderia ser em 2024, como poderia ser em 2029, não é? E, portanto, e também aqui é preciso, de facto, priorizar em função também do levantamento que foi feito em conjunto com os senhores Presidentes de junta, em que os próprios identificam aqui e ali determinadas necessidades. Faria sentido suprimos essas necessidades sem assegurar que as infraestruturas necessárias estejam, ora em termos orçamentais cobertas, faria sentido intervirmos sem que, eu lembro-me, eu ia dar um exemplo, mas não quero fazer, não vou fazer, não vou dar esse exemplo porque posso ser mal interpretado. Mas há vários exemplos, sem falar de nenhum exemplo. Há vários exemplos ao longo dos últimos anos de estradas que foram intervencionadas e em que hoje se reclama a rede de água e a rede de saneamento e eu sei que a rede de saneamento é muito mais onerosa, mas a rede de água, a rede de

água, com os meios que temos hoje e aceito perfeitamente que há uns anos atrás os meios não fossem os mesmos, mas com os meios que temos hoje é impossível fazermos uma intervenção de pavimentação sem que esteja assegurada a rede de água se ela ainda não existir, porquê? Porque criámos as condições para isso. A rede de saneamento é completamente diferente e aqui estamos nós a contrair um financiamento, que eu gostava que fosse assegurado de outra forma, com fundos comunitários com o Portugal 2030 com uma participação que poderia ir até 85%, mas que não sei quando surge e também não me sinto em condições de dar essa resposta a qualquer Presidente de Junta e de lhe dizer, olhe, tem que esperar que surja algum aviso que nos permita suprir essa necessidade, portanto, o segredo aqui está depois no equilíbrio que nós encontramos entre aquilo que é a necessidade das freguesias, os meios que temos à disposição, estamos a falar de empréstimos, mas, como é evidente, e como já expliquei há momentos, a partir do púlpito há quatro eixos, digamos assim, em termos orçamentais que nos vão ajudar a fazer face às necessidades das freguesias que são estes empréstimos, o orçamento de 2024, o orçamento de 2025 e contratos interadministrativos. E, portanto, este é só um dos mecanismos, mas entendemos e é uma opção política é verdade, entendemos que não devíamos descurar estas necessidades das freguesias e, portanto, este ponto em concreto que diz respeito ao saneamento, estamos a falar de quinhentos e trinta e cinco mil euros, boa dívida também, porque ajuda a resolver problemas que temos ainda no terreno nesta área.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bem, senhor Presidente, agradeço as explicações e que ficou por responder o porquê de não terem divididos os pontos em alíneas como estava na proposta. Não respondeu também à questão sobre, estamos em dois anos, e não se perspectiva nestes empréstimos para os tais 15% que possa ser de uma obra financiada, porque ainda ontem o Miguel dizia, e bem, é tantos Ministros, tantos Secretários de Estado, mas chegámos ao fim do dia os povoenses é que têm que pagar 100% de todas estas obras, era essa a questão que eu quis colocar e o último esclarecimento, e bem, que o senhor Presidente diz que tem mais duas fontes de investimento, tem a ver com os orçamentos 2024, 2025 e porventura contratos interadministrativos como transitaram aquando da tomada de posse. A dúvida que eu tenho é havendo alguma, não direi derrapagem, porque não tenho nenhum ponto de partida, mas os valores que estão previstos para a variante, para a circular urbana, se não estiverem dentro dos valores que estão previstos os tais valores que falávamos agora aqui poderão chegar aos quatro milhões, se está em condições de dizer que aquilo que comunicou aos senhores Presidentes de junta, que

será via orçamento de 2024, via orçamento de 2025 e via contratos interadministrativos, que nós desconhecemos, e cada um saberá o seu, não sabemos a globalidade, mas se está em condições de aqui dizer que vai conseguir cumprir estes propósitos com receita via orçamental.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação à última questão que coloca, evidentemente que sim, essa é a nossa pretensão, e é isso que pretendemos fazer.

Em relação à votação, ponto por ponto, aquilo que nós estamos a fazer é aquilo que foi sempre feito ao longo dos anos e, portanto, não existe nenhuma novidade. Esta Assembleia Municipal analisou sempre pedidos de financiamento usando esta metodologia e eu nunca vi nenhum deputado da bancada do PSD pedir que os pontos fossem separados e, portanto, para mim também, mas é uma evolução, registo essa sua evolução nunca aconteceu ao longo dos anos.

Em relação à vinda dos, pelos vistos ficou a remoer nisso de ontem para hoje, à vinda dos membros do Governo à Póvoa de Lanhoso, senhor deputado, eu sei que há uma diferença abismal em relação ao passado, nomeadamente em relação ao passado recente, mas olhe que, tal como eu dizia ontem, o facto de nós, enquanto município e enquanto concelho, podermos ser referenciados pelos membros do Governo é algo de muito positivo, se me disser bom, mas eu gostava de saber o que é que há de palpável na vinda do ministro, e ontem esqueci-me de vários, depois lembrei-me, mas agradeço-lho essa oportunidade de poder referir, por exemplo, a vinda do ministro da Cultura ou a vinda do secretário de Estado da Cultura que também esteve cá passado algum tempo ou da ministra da Presidência que esteve em Monsul, a Dra. Mariana Vieira da Silva, portanto, o que é que há de palpável, diretamente? Eu diria há efeitos diretos e depois há algo que se chama efeitos colaterais e os efeitos colaterais não se sentem necessariamente no dia ou no dia seguinte, não é? Os efeitos colaterais sentem-se quando analisamos determinado período de tempo, por exemplo, um mandato, por isso é que os eleitores são chamados quatro em quatro anos para votar para poderem fazer uma avaliação daquilo que foi o trabalho feito na Junta de freguesia, na Câmara Municipal, no Governo, na Assembleia Municipal, portanto, eu acho que é preciso que nós também possamos dar tempo para que os frutos possam surgir. Ninguém está à espera de lançar uma semente hoje e amanhã ir lá colher o fruto certo? Portanto, o trabalho deste executivo tem sido para curto, médio e longo prazo e esse trabalho já tem dado os seus frutos, porque também não é por acaso que nós temos hoje com o atual Governo, um grau de compromisso em relação à via circular urbana que nunca existiu na

história da Póvoa de Lanhoso. Nunca existiu, o senhor sabe, os senhores saberão todos que nunca existiu um grau de sintonia e de compromisso em relação a esta infraestrutura importante para o concelho, como já foi dito, dezenas de vezes, e isso foi conseguido por este executivo municipal e pelo Governo que está em funções, não é?

Temos trabalhado numa série de matérias e já que estamos a falar de saneamento também nós temos trabalhado, e vamos falar sobre isso, dentro de pouco tempo, temos trabalhado numa possível solução, possível solução para podermos fazer face ao problema do saneamento no concelho da Póvoa de Lanhoso, com as Águas de Portugal, com administradores das Águas de Portugal, com o Ministro do Ambiente, Doutor Duarte Cordeiro, com o secretário de Estado do Ambiente que também já esteve aqui na Póvoa de Lanhoso, o Arq.º Hugo Pires, no sentido de podermos traçar um plano que possa ter garantia de investimento em determinado período de tempo e essa é uma das matérias em cima da mesa. Neste momento, eu sou mais ambicioso no período de tempo e os meus interlocutores são menos ambiciosos do que eu em relação ao período de tempo que deve garantir determinado investimento, mas também relativamente àquilo que possa dizer respeito à evolução ou não das tarifas que dizem respeito a esse serviço e, portanto, essa matéria está em plena discussão, se me disser bom, mas em dois anos, não seria interessante que tivéssemos tido já alguns resultados em relação a isso. Eu digo-lhe que, nestes dois anos já progredimos mais que nos últimos vinte e, portanto, nós vamos ter oportunidade dentro de pouco tempo, de perceber o resultado desse trabalho e esta assembleia vai ter de se pronunciar sobre isso, se concorda ou não com determinado passo, que é um pressuposto fundamental para que depois toda a negociação que tem vindo a ser encetada possa ser concretizada e vamos ter que conversar sobre isso. Vamos ter tempo para abordar esse assunto e para detalhar os pormenores todos e perceber se a Assembleia Municipal entende que devemos criar as condições para poder, digamos, entrar no passo mais acelerado em termos de investimento, no que diz respeito à rede de saneamento no nosso concelho que, como sabemos, durante estes quase cinquenta anos de democracia, nós temos uma taxa pouco superior a 50% de cobertura, estamos nos 53, agora penso que perto dos 54% de cobertura e, portanto, vamos poder analisar o que foi feito em quase cinquenta anos e a cobertura que temos neste momento e aquilo que se propõe fazer nos próximos anos e a cobertura que é assegurada e fazemos uma análise comparativa, mas isso não é uma questão para hoje, eu só estava a dar estes exemplos para se perceber que, de facto, o trabalho que temos feito junto do Governo é um trabalho importante. Eu sei que comparativamente é muito constrangedor, quando se olha para o passado, se percebe que em quinze anos não se trouxe cá metade dos governantes que vieram agora cá em dois anos, mas também quinze anos é um período diferente. Ainda assim, quando chegarmos aos quinze anos, se chegarmos aos quinze anos, eu farei a comparação que o senhor entender e faremos essa análise e vamos perceber se teve ou não o efeito que eu espero que tenha esta relação com os membros do Governo, muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto doze colocando-o à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 31 votos a favor e 11 abstenções, num total de 42 deputados presentes de 45 deputados em efetividade de funções, a proposta da Câmara Municipal para pedido de autorização prévia adstrita aos investimentos relativos a requalificação de arruamentos no Concelho, no valor de até 2.700.000,00 € (dois milhões e setecentos mil euros), ampliação de redes de saneamento no Concelho (2ª fase), no valor de até 535.000,00 € (quinhentos e trinta e cinco mil euros), requalificação de infraestruturas desportivas e recreativas municipais, no valor de até 360.000,00 € (trezentos e sessenta mil euros) e aquisição de terrenos, no valor de até 500.000,00 € (quinhentos mil euros).

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto treze da ordem do dia. **Ponto Treze: Proposta da Câmara Municipal para autorização de assunção de compromisso plurianual, no montante de 137.760,00€ (cento e trinta e sete mil setecentos e sessenta euros), para aquisição de um miniautocarro, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O que trazemos aqui neste ponto é autorização para a assunção de um compromisso plurianual. Como bem sabem, todos os compromissos que ultrapassam um ano carecem de ser aprovados nesta Assembleia Municipal, é um procedimento legal e que deriva do seguinte. A Câmara Municipal fez um contrato de aquisição do miniautocarro em 31 de maio de 2023 com a obrigação de esse contrato ser executado em sessenta dias, o que acabou por não acontecer, tendo a empresa a quem foi adjudicada a compra do autocarro, alegado justificações que foram aceites pelo município, entretanto, também a Câmara aceitou estas justificações e, entretanto, também houve uma alteração à lei proposta pelo decreto-lei n.º 74-A/2023, que permitiu que o autocarro ainda pudesse circular com crianças até 31 de agosto de 2024.

Assim sendo, a Câmara autorizou ou permitiu que este contrato fosse prorrogado para o ano de 2024. Ora, isto faz com que este compromisso seja plurianual, o contrato foi feito em 2023, vai-se prorrogar para 2024, ultrapassa dois anos e nesse sentido, tem que haver aqui esta aprovação no âmbito deste compromisso plurianual para a aquisição do autocarro, como aqui está traduzido na proposta.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Analisada, a proposta do executivo o CDS-PP encontra-se inteirado do seu teor, dos motivos que levaram à necessidade da aquisição e dos constrangimentos que motivaram esta proposta e não se opondo à assunção do compromisso plurianual pela autarquia, votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Artur Salgado.

Interveio o deputado Artur Salgado, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Após uma análise a este pondo, verificamos que será consensual, penso eu, a aprovação do mesmo. Trata-se de autorizar o executivo de cativar com a assunção do compromisso plurianual para 2024, até ao montante de cento e trinta e sete mil setecentos e sessenta mil euros. Este montante é para aquisição de um miniautocarro para substituição de um outro que se encontra em fim de vida útil para o município da Póvoa de Lanhoso.

Face ao exposto, penso que o ponto é pacífico. A bancada parlamentar do PSD votará favoravelmente, mas, relativamente a este ponto, solicitava ao senhor Presidente da Câmara ou neste caso, à senhora vereadora que nos esclarecesse quais as características do veículo que pensam adquirir, nomeadamente número de lugares, qual é o tipo de combustível, isto é um pedido de esclarecimento.

Como estamos a falar também do miniautocarro, senhor Presidente, permita-me falar também dos motoristas que o vão conduzir internamente, foi proibido aos motoristas afetos aos quadros de pessoal da Câmara Municipal que, nos seus tempos livres, não possam conduzir autocarros, afetos a clubes ou associações do concelho da Póvoa de Lanhoso. Respeitamos a vossa posição, mas não concordando com a mesma, levanto a seguinte questão. Qual será moralmente mais grave, não ponho aqui em causa a questão de princípio legal ou não, mas qual será moralmente mais grave, proibir os motoristas da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso de conduzir os autocarros de associações ou clubes do concelho nos seus tempos livres, sem qualquer vínculo perante a Câmara Municipal ou qualquer encargo para o município ou deixar motoristas particulares sem qualquer vínculo aos quadros da câmara conduzir veículos de propriedade do município? Eu pergunto nos dois casos, qual é que é mais grave em caso de sinistro? Eu deixo esta questão à reflexão e à consideração da Câmara Municipal.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Obrigado, Senhor Presidente, simplesmente para dizer que não temos nada a obstar esta proposta, pelo que votaremos favoravelmente.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à vereadora, Fátima Moreira, para resposta.

Interveio a vereadora Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O autocarro, é um autocarro de trinta e dois lugares a gasóleo. Relativamente aos motoristas nós temos dois motoristas que são do quadro da Câmara e temos o motorista que nos presta serviço na modalidade de prestador de serviços que está habilitado para o serviço que faz.

Relativamente às questões de ser mais grave ou menos grave. Eu não faço essa análise, penso que cada um deve fazer essa análise, nós não fazemos essa análise, sendo que no cumprimento daquelas que são as obrigações legais do serviço que é prestado, isso está salvaguardado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminada a discussão do ponto treze, colocando-o à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para autorização de assunção de compromisso plurianual, no montante de 137.760,00€ (cento e trinta e sete mil setecentos e sessenta euros), para aquisição de um miniautocarro, nos termos e para os efeitos da alínea b), do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Seguidamente, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao ponto catorze da ordem do dia. **Ponto Catorze: Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento da prescrição e incobrabilidade das dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2015 e anulação contabilística de todas as dívidas.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Esta é a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento da prescrição e incobrabilidade das dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2015 e anulação contabilística de todas as dívidas, já em 2022 a Câmara Municipal deliberou por unanimidade a prescrição da incobrabilidade das dívidas vencidas até 31/12/2014, bem como a respetiva anulação contabilística das mesmas e a remessa a título informativo à Assembleia Municipal, sendo sobre os mesmos pressupostos entendendo-se pertinente, aplicar o mesmo procedimento às dívidas vencidas até 31/12/2015, cujo montante ascende a 44.413,41€. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente se me permitir, só para dizer que estamos inteirados sobre o ponto e iremos votar favoravelmente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No ano passado, em dezembro, esta assembleia aprovou a incobrabilidade de dívidas de cerca de trezentos mil euros. Para o presente ano é proposta a declaração de incobrabilidade de quase quarenta e cinco mil euros, tal como aqui referimos no ano passado, as dívidas em causa e como consta da proposta, encontram-se maioritariamente associadas aos serviços de água, saneamento e recolha de lixos.

Mais uma vez, afirmamos que, por princípio, é injusto para com quem paga e inadmissível, quando queremos investir na melhoria das redes e da qualidade dos serviços, como todos sabemos e também consta da proposta, existe na lei um prazo prescricional que depois de decorrido, retira o direito ao município de exigir o pagamento judicial das dívidas.

Senhor Presidente, as questões que lhe quero colocar são, que esforços foram encetados para tentar cobrar dívidas antes de prescreverem? Qual era o montante global das dívidas que prescreveriam este ano? Qual foi o montante efetivamente recuperado para os cofres do município e se alguma coisa foi feita do ano passado para este ano nesta matéria?

Neste ponto, como no ano passado, o CDS irá votar contra, não por não ser óbvio e votaria a favor, mas por entender que esta declaração de incompatibilidade não deverá ser vista como uma mera formalidade, administrativa ou contabilística, mas sim de

defesa da boa conduta e de respeito por todos os munícipes cumpridores. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Sérgio Reis.

Interveio o deputado Sérgio Reis, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a este ponto que se refere sobre o reconhecimento, da prescrição da incobrabilidade das dívidas vencidas até 31/12/2015, e posterior anulação contabilística. O grupo parlamentar do PSD encontra-se inteirado sobre a temática abordada na presente proposta.

Uma vez mais, surge a dúvida sobre a natureza das dívidas em questão e com isto de forma a complementar a informação na proposta remetida aos membros desta Assembleia, reiteramos a sugestão dada pelo meu colega deputado Vítor Silva, no ano passado, aquando da discussão deste mesmo ponto que devia ser incorporada uma tabela com uma descrição genérica dos valores por tipologia ou natureza da dívida, de forma a compreendermos de que valores se tratam, assim como os motivos que estão na origem destes créditos prescritos, já que atingir bons níveis de cobrança nestes serviços é essencial face à exigência da sustentabilidade económico-financeira dos mesmos.

Por fim, aproveito para desejar a todos um feliz Natal e um próspero ano de 2024. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para resposta.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vou começar por responder ao senhor deputado Sérgio Reis, se reparar, na informação do ponto três da proposta, diz explicitamente e expressamente, quando designados serviços essenciais que na realidade se circunscrevem ao abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos. Certo? Está de facto, expressamente aqui referido, a que dizem respeito as dívidas que nós estamos aqui a referir, mais uma vez, estamos a falar de dívidas até 2015.

Respondendo também ali ao deputado engenheiro Pedro Afonso relativamente aos processos e à gestão de todos os processos de cobrança destas dívidas, os serviços jurídicos estão a tramitar normalmente e tramitam normalmente e fazem todos os passos juridicamente possíveis para fazer a cobrança dessas dívidas. Por isso, eu confio na competência dos nossos serviços jurídicos e espero que o resultado seja melhor do que o que vem sendo. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sim senhor vereador, aqui refere na proposta que são os quarenta e quatro mil quatrocentos e treze ponto quarenta e um, mas nós no ano passado o que pedimos foi saneamento, resíduos e água. Sabermos a que é que corresponde cada fração deste valor global. Temos vindo a falar reiteradamente sobre isto, queremos ter isso mais ou menos explanado. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu gostava que o senhor vereador me explicasse a que dividas nos estamos a referir no espaço temporal reporta-se a quando e o trabalho que no passado foi desenvolvido, ou que à nota nos serviços da Câmara Municipal que foi desenvolvido para que houvesse a possibilidade de haver a divida em causa obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para resposta.

Interveio o vereador, Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à dúvida, ali do Sérgio Reis e do Vítor, peço desculpa, mas eu não tinha percebido querem, de facto, a quantia que diz respeito a cada ponto, na próxima ser mais específico, certo?”

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Pedro Silva, estas dividas e como a própria proposta diz, diz respeito a dívidas até 31/12/2015, até esse limite, todas as dívidas até essa data, estamos aqui a considerá-las incobráveis, isto é até 31/12/2015 e o montante que estamos aqui a falar é de 44.413 euros.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto catorze, colocando-o à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 41 votos a favor e um voto contra, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento da

prescrição e incobrabilidade das dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2015 e anulação contabilística de todas as dívidas.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Quinze: Proposta da Câmara para aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, bem como das correspondentes normas de execução orçamental, conforme dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do regimento da Assembleia Municipal.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O plano e orçamento de 2024 estando neste momento, o mandato a meio, e portanto, já tivemos a aprovação do dois plano e orçamento 2022 e 2023. É importante percebermos que qualquer exercício, e qualquer ferramenta desta natureza tem, desde logo o objetivo de dar cumprimento àquilo que tem a ver com o programa eleitoral que foi sufragado em 2021 pelos povoenses, portanto, este executivo tem vindo ano após ano, a dar cumprimento a esse compromisso e este plano e orçamento de 2024 tem o objetivo de ser mais um contributo e dar mais um passo no sentido de dar cumprimento às propostas vertidas nesse plano, nessa proposta sufragada em setembro de 2021 eu vou explanar em primeiro lugar o plano e depois dar algumas notas em termos de orçamento para depois responder a algumas questões que os senhores deputado, certamente poderão querer colocar.

Relativamente ao plano, começando pelo eixo um, coesão e desenvolvimento social e começando pela área da saúde, o objetivo passa por reforçar as parcerias e dinâmicas colaborativas na área da saúde. Iniciar a construção, implementação de um programa comunitário de literacia em saúde, dar continuidade ao programa Abem de apoio ao medicamento, apoiar a ação da equipa de serviço domiciliário na área da saúde mental, dar continuidade ao projeto, ponto de fuga com terapias através da arte e da cultura e candidatar o projeto vitamina M e que pretende promover a literacia crítica em saúde mental, reforçar a resiliência psicológica comunitária e promover a adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis.

Na área da habitação, o início da construção de novos fogos no âmbito da estratégia local de habitação, construção de trinta e seis novos fogos que integrarão o Parque público de habitação municipal. A revisão da estratégia local de habitação determinará o reajuste das ações inicialmente previstas, passando as aquisições, e reabilitações previstas para novas construções. Este processo determinará a necessidade de construção de mais vinte e nove fogos, a reabilitação dos bairros sociais de Garfe e de Oliveira, a concretização das intervenções ao nível do programa trezentos e sessenta do INR.

Na área da solidariedade, a valorização da área da solidariedade e da coesão social com o reforço das medidas previstas no Regulamento Póvoa Solidária na área sénior, dar continuidade ao alargamento da rede de centros de convívio do concelho. O desenvolvimento de programas de inclusão social e de apoio aos cuidadores informais, dar continuidade ao trabalho desenvolvido com um grupo de cantares, cancioneiros minhotos em homenagem ao professor Gonçalo Sampaio e ao seu trabalho como musicólogo e folclorista, dar continuidade aos passeios habituais passeio sénior a Fátima e os passeios convívio promovidos pela Câmara Municipal, nomeadamente este ano também à Quinta da Malafaia.

Na área da Educação, intervenção na Escola Secundária será uma prioridade, dando cumprimento ao plano estabelecido com a CCDDR N e com a DGEstE, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. A candidatura do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Gonçalo de Sampaio, na primeira oportunidade que surja no sentido de melhorar as condições deste equipamento escolar e desportivo. A melhoria de recursos com a implementação do centro tecnológico especializado da EPAVE, tendo em conta que agora foi aprovado também um novo centro tecnológico especializado para a Escola Secundária. Também embora não conste neste documento porque este documento foi aprovado o mês passado e a aprovação é datada da semana passada, a implementação do Plano Nacional das Artes, a Intervenção do Município junto das Crianças e Jovens com necessidades educativas especiais, a continuidade do trabalho da Rede Nacional do Património Cultural Imaterial, a integração da Nova Associação Empresarial da Póvoa de Lanhoso na área da inclusão e igualdade, o balcão de inclusão como principal porta de contacto com as pessoas portadoras de deficiência, a eliminação de barreiras arquitetónicas e de barreiras de acessibilidade, iniciando a construção de um plano Municipal de Acessibilidade numa parceria com a Universidade do Minho. A implementação das adaptações aos parques infantis no sentido de os transformar em parques infantis inclusivos na área da ação social o recurso, à metodologia de Planeamento, diagnóstico, intervenção e acompanhamento, à avaliação de processos, a candidatura, uma equipa radar Social no âmbito do PRR o novo contrato local de Desenvolvimento Social na área da Juventude, a continuidade ao apoio, dinamização ao trabalho a desenvolver no âmbito do Conselho Municipal de Juventude. Recentemente reativado, o Gabinete de Apoio à Juventude, o GAJ, o orçamento participativo jovem e a atribuição de um voucher OTL a utilizar livremente na rede de parceiros e contribuirá para financiar a frequência nos programas de férias desenvolvidas pela rede concelhia na área do desporto. A promoção de uma maior diversidade de modalidades na prática desportiva, assim como de uma maior participação do desporto feminino, a criação de novas dinâmicas relacionadas com a prática de desporto outdoor, o desporto de natureza, a manutenção dos contratos desportivos com as entidades desportivas do concelho.

Na área da Proteção Civil e do gabinete técnico florestal, a submissão do Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil da Póvoa de Lanhoso, a análise da Assembleia Municipal, a atualização do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, por forma a definir estratégias que reduzam os comportamentos de risco e promovam uma condução segura, a implementação do sistema de Gestão Integrado de fogos rurais, que substituirá o Plano Nacional de Defesa da floresta contra incêndios protocolar. Uma equipa de sapadores Florestais com o ICNF que possa intervir no nosso território concelhio.

No eixo dois - planeamento e ambiente e desenvolvimento territorial, continuidade à otimização e desmaterialização de processos e à submissão online através da plataforma de atendimento@net, continuação da divulgação do balcão único do prédio o conhecido Bupi, nos equipamentos e infraestruturas, daremos continuidade ao cumprimento do plano de ação para a concretização da Via Circular urbana, aquisição do terreno para alargamento do Parque do Pontido a readaptação dos edifícios das escolas primárias de Taíde e de Campo, no âmbito do programa centralidades, a construção do centro de recolha oficial de animais errantes, a submissão a financiamento do equipamento denominado Centro de Interpretação do território que será localizado no lugar do Pinheiro junto à rotunda Póvoa de Lanhoso, Terra do Ouro e que funcionará como um posto de turismo avançado. O estudo da criação do Parque Desportivo Municipal e a requalificação do parque de Jogos de Monsul, do Baixo concelho. O estudo, da criação do Parque Industrial Municipal, a candidatura do Cine fórum dos Bombeiros Voluntários, no sentido de o dotar de condições ajustadas e contextualizadas ao desenvolvimento, iniciativas culturais e de eventos concelhios.

No âmbito da Coesão Interna e territorial continuidade, à realização do dia do colaborador, constituição de uma comissão de análise de obras ilegais, continuação do investimento nas freguesias, fundamental para o desenvolvimento do nosso território.

Na área da mobilidade, a segunda fase de requalificação do parque de estacionamento comandante Luís Pinto, a gratuidade nos passes mensais no mês de setembro de 2024. Na transição digital, o início da implementação das ações aprovadas da candidatura bairros digitais na Transição Verde, o programa Vila Mais verde, a implementação do plano de poupança Energética e hídrica, a implementação do Plano Municipal de Ação Climática à aquisição de automóveis elétricos e a expansão das áreas de recolha seletiva de bio resíduos.

No eixo três, desenvolvimento económico e atratividade do concelho, a marca Póvoa de Lanhoso, a entrada em funcionamento da StartUp, LEIRA a criação do espaço Coworking na casa da Botica, o apoio ao comércio local e aos pequenos produtores, nomeadamente na implementação do mercado PVL produtos verdadeiramente locais que, estando já em funcionamento, vigorará numa periodicidade quinzenal. Na área da cultura e património cultural, as comemorações dos cinquenta anos do 25 de Abril. O desenvolvimento de várias iniciativas do programa das comemorações do centenário da Paróquia Nossa

Senhora do Amparo, o apoio através de protocolos de colaboração às duas bandas filarmónicas do concelho, aos cinco grupos folclóricos e ainda à associação heroína teatral, grupo Cénico da Póvoa de Lanhoso, a descentralização de iniciativas culturais nas freguesias, a continuação do projeto do caminho de Leon de Rosmithal, proporcionar à população do concelho desenvolvimento das capacidades de expressão através do programa de dança que está em vigor no turismo, eventos, a colocação de eventos de referência no mapa cultural da região e a criação de um polo de formação do CINDOR centro de formação profissional de ourivesaria relojoaria dedicada à formação na área da Filigrana, isto no âmbito do plano.

No âmbito do orçamento, dar algumas notas que dizem respeito ao orçamento de 2024. Em primeiro lugar, explicar que existe uma evolução orçamental na variação entre 2023 para 2024, na ordem dos 20.1% portanto, passamos de um orçamento de vinte e três milhões e cem mil euros para um orçamento de vinte sete milhões setecentos e cinquenta mil euros. Particularizar aqui algumas áreas e algumas notas que me parecem importantes, primeiro nos impostos diretos do IMI, do IMT e do IUC temos uma evolução de trezentos e sessenta e quatro mil euros, aqui existe uma subida significativa no IMT, trezentos e setenta mil euros, quarenta e seis mil euros no IUC o IMI tem um ligeiro decréscimo na casa dos cinquenta e dois mil euros de previsão. Importa referir aqui já agora, em termos das questões relacionadas com o orçamento, que tudo o que tem a ver com a receita corrente é medido com base nos últimos vinte e quatro meses do exercício, tudo tem a ver com a receita de capital, é medido com base nos últimos trinta e seis meses de exercícios e tudo que tem a ver com a receita não efetiva, são os empréstimos que estão pendentes e que incluem o orçamento que propomos para aprovação relativamente às taxas, multas e outras penalidades. No cômputo geral, esta rubrica só foi um acréscimo de cerca de cinquenta e nove mil euros nas transferências correntes, portanto, transferências do Orçamento de Estado, protocolos de cooperação e fundos comunitários correntes, uma subida de um ponto, quatro milhões de euros, 50% do aumento é justificado pelas transferências relativas à delegação de competências nas áreas da educação, da ação social e da saúde. Na venda de bens e serviços, estamos a falar de uma subida na ordem dos trezentos e oito mil euros, o que está distribuída nos serviços prestados na área, portanto, no serviço de água, resíduos, o aluguer de espaços desportivos, piscinas, rendas de edifícios, como habitações sociais, bar das piscinas, ginásio, EPAVE taxas de ligação e outros serviços prestados pelo município. Nos serviços em geral há um aumento registado na ordem dos 214 mil euros que se justifica essencialmente pelo valor proveniente das refeições, devido à incorporação das escolas de segundo e terceiro ciclo e secundário nos serviços prestados pela Câmara Municipal, as chamadas refeições escolares relativamente à transferência de capital, as transferências do Orçamento de Estado e protocolos de cooperação de fundos comunitários de investimento, mais 2 milhões de euros, justificado pelo aumento de 1.5 milhões de euros do artigo 35, que define uma fórmula de variação mínima e máxima e

depois uma medida de compensação em que o município sai beneficiado no valor significativo que decorre, por sua vez, também da aprovação do Orçamento de Estado nas despesas com o pessoal, um acréscimo de cerca de 967 mil euros. Acréscimo que se justifica com a atualização dos salários, a atualização das avenças e a integração no mapa de pessoal dos funcionários da área da saúde. Aquisição de bens e serviços, cerca de 1.5 milhões de euros, nos bens verifica-se um acréscimo de 212 mil euros, que é uma rubrica que diz respeito essencialmente às matérias-primas que será revista em alta, assim que tínhamos feita a transição do saldo de gerência no início do próximo ano.

Como já discutimos aqui várias vezes na Assembleia Municipal, uma das apostas do município tem a ver precisamente com o reforço dos meios das equipas do município e isso pressupõe que tenhamos fundos suficientes na aquisição de bens e serviços para poder, entre outras coisas, alimentar as equipas da Câmara municipal nas transferências correntes, mais 166 mil euros de aumento da transferência destas receitas nas transferências de capital, temos um valor previsional de cerca de 2 milhões de euros que justifica com a dotação do orçamento das verbas que dizem respeito à comparticipação do município na construção da via circular e relativamente ao orçamento, por enquanto, são estas as notas.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, tratando-se de um documento bastante extenso, a sua análise torna-se bastante morosa e o seu escrutínio exaustivo é de todo impossível no intervalo temporal entre a receção da documentação e a votação da proposta, mas da análise concisa que efetuamos ao documento, gostaria de colocar duas questões.

A primeira é, visto que somos um concelho de natureza, será aqui a inscrição de uma verba de 38 mil e 400 euros em sede de orçamento para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza parece suficiente ao executivo? Com tanto que há a fazer nesta matéria e com tantos apelos por nós aqui deixados? A título de exemplo, as comemorações do 25 de Abril, sem dúvida importantíssimas, dispõe de uma verba de 40 mil euros, ou seja, 1.600 euros superior não nos interpretem mal, a primeira verba é que nos parece manifestamente baixa.

Por outro lado, Senhor Presidente, analisando a previsão da receita corrente e a previsão da despesa corrente, verifica-se que teremos um acréscimo de receita na ordem dos 8% e um acréscimo da despesa na ordem de cerca de 16%. Senhor Presidente, a questão que coloco é, e já há bocado aqui tocou neste assunto, mas sem este prisma nesta tendência de termos em variação percentual, despesa em dobro da receita e com os custos previsionais da via circular a aumentar a cada fase do processo, como todos

constatamos até pelas suas explicações que no início eram de 13 milhões e agora, como disse há bocadinho, estão em 18 a 20 milhões, aos quais ainda teremos que juntar o custo das expropriações que orçou também há bocado em cerca de 1 milhão de euros e que eu arrisco-me a dizer que serão, se calhar, mais, estará o município em condições de assumir a sua parte da comparticipação destes compromissos? Essa é a nossa preocupação.

Aproveito para desejar um feliz Natal e um próspero ano de 2024 e que o próximo ano seja muito profícuo para a Póvoa de Lanhoso.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu vou tentar seguir a ordem do documento. Como o engenheiro Pedro Afonso se referiu e muito bem, é um documento muito extenso, irei apenas focar aqui algumas questões que considero importantes de esclarecer, nomeadamente quanto à estratégia local de habitação. Senhor Presidente, falou há pouco da construção inicial, de 36 novos fogos, entretanto, será revista para mais 29 fogos para 2025 está previsto um orçamento superior a 41 milhões de euros. Deduzo que esta receita de capital, este diferencial de 12 milhões de euros, diga respeito à implementação da estratégia local de habitação. Sim ou não? Não sendo, questiono como é que irá funcionar esta estratégia local de habitação, ou seja, se o município vai ter que adjudicar e adiantar verba para depois ser ressarcido, porque isto obriga a um jogo financeiro bastante grande, tendo em conta a envergadura da construção destes fogos, esta é uma das perguntas.

Depois relativamente às medidas Póvoa solidária, apoio à renda e apoio ao empréstimo, do que foi possível apurar, isto deve estar vertido no apoio às famílias, estando vertido no apoio às famílias e comparando 2024 a 2023, apenas se verifica um acréscimo de 19 mil euros de valor. Qual é o valor efetivo que vai ser apoiado, digamos assim, na liquidação, neste caso dos empréstimos de habitação?

Senhor Presidente, falou há pouco que integraremos a nova Associação Empresarial da Póvoa de Lanhoso, que associação é esta, em tempos houve uma aqui no concelho, é a mesma, não é, em que é que se vai verter esta integração?

Relativamente à via circular e atendendo a que provavelmente já estará aprovado o orçamento da IP para 2024 e uma vez que já existe o grau de compromisso, questiono-lhe se o município já tem documentado então a cabimentação desta verba no orçamento da IP de 2024, como forma de garantia da prossecução da obra? Pergunto também se já foi adquirido o terreno nesta matéria de aquisições, já foi adquirido o terreno que falou há pouco para a implementação do centro e se foi adquirido pelos 200 mil euros aqui tanto discutidos ou se conseguiu eventualmente adquiri-lo por um valor inferior?

Relativamente ao parque do Pontido e que tivemos aqui a aprovação de um empréstimo de 500 mil euros para aquisição de terreno, deduzo que seja integralmente para a aquisição desse terreno. Pergunto-lhe em que é que consiste este projeto? E qual o valor total deste projeto, até porque, isto é um programa plurianual, portanto, são investimentos plurianuais e dá-me a sensação que poderemos estar aqui a falar em valores superiores a 1 milhão de euros, só para a obra.

No que diz respeito, à LEIRA já questionei se estava vertido e já me foi justificado, portanto, não vou estar aqui a questionar novamente esse aspeto no que diz respeito à evolução da despesa e da receita, como já foi aqui referido pelo deputado Pedro Afonso. As receitas correntes de 2023 para 2024, aumentam um milhão, setecentos e quatro mil euros, ao invés das despesas correntes que, por sua vez de 2023 para 2024, aumentam dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil euros em números redondos. Significa que nós estamos a aumentar despesa numa proporção bastante superior ao aumento da receita corrente. Isto tem um reflexo direto ao nível do investimento e da capacidade de investimento por meios próprios do próprio município, portanto, questiono qual a estratégia que temos para fazer face a este declínio eu até trazia aqui, mas não temos meios, a reta demonstra que nós estamos a perder, digamos assim, capacidade de investimento, porquê? Porque cada vez mais as despesas correntes absorvem as receitas correntes. Falamos ontem relativamente a rede de saneamento, abastecimento e resíduos, falamos então que teríamos investimento em saneamento na ordem dos 450 mil euros, 45 mil para abastecimento, 25.700 para resíduos. Ontem, o senhor Presidente referiu, e mais do que uma vez, que tinha efetuado vários quilómetros de rede, o que gostaria de lhe perguntar era que percentagens de execução tínhamos em 2021 e temos agora, porque já sabíamos que, por exemplo, em termos de abastecimento, estávamos numa percentagem de execução já bastante alta, portanto, pedia-lhe que quantificasse estes valores.

E ainda sobre este assunto e porque não gosto de deixar as coisas por resolver, tenho aqui a ata senhor Presidente, a ata que fala e que esclarece que efetivamente foi dado conhecimento, só encontrei uma delas, mas é suficiente esta ata que encontrei é de 30 novembro de 2018 e onde está claramente explicado que as taxas serão ajustadas anualmente em função dos custos de exploração e manutenção, a ERSAR é muito clara nesta matéria, penalizando as autarquias que não cumpram com as orientações, por exemplo, ao nível das candidaturas a fundos comunitários. Esta é a nota introdutória que o executivo fez na altura, a posição do Partido Socialista face a um aumento de 4% foi contra, se depois quiser, está aqui para juntar. Mas, nomeadamente, pronto agora para aligeirar as coisas, não fala do acordo, mas com uma pessoa que tem uma experiência autárquica, como há pouco disse de mais de 20 anos. Acho que tem competência suficiente para perceber o que é e o que não é obrigatório em termos legais, portanto, nem vou entrar por aí.

Mais questões, que gostaria de formular. Relativamente às contas da via circular, temos então cabimentados dois milhões e cem mil euros. Senhor Presidente, fazendo as contas a que é que se referem estes dois milhões e cem mil euros? Isto porquê? Se se referirem aos terrenos, apenas não me parece, no entanto, para a obra não chega. Este é um valor que vai ser sucessivamente acrescido em setecentos mil euros, isto é o resultado dos setecentos mil vezes três exercícios? E perguntar-lhe também se já me sabe indicar a área total do espaço canal. Que era que estava conjuntamente com os cento e setenta proprietários.

Depois, no âmbito das transferências, não consegui perceber qual é o valor que vai ser transferido para as escolas, isto porquê? Porque habitualmente nós temos as transferências para a administração local, para as IPSS's, para as famílias e para as escolas, tudo no mesmo bolo e aqui tem um valor de vinte seis mil euros, não será, certamente este, era essa a pergunta que queria formular relativamente a isso. No que diz respeito à EPAVE questionar também que verifica-se aqui a conta caucionada os setecentos mil euros, perguntar-lhe se o acionamento se prende com a implementação do Centro Tecnológico, ou seja, libertação de dinheiro para fazer face a essa implementação. E por agora é tudo.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começando pelo deputado Pedro Afonso, relativamente ao valor que referiu sobre proteção do Ambiente e Conservação da Natureza, se é suficiente ou não os trinta e oito mil e quatrocentos euros, eu queria lembrar dois aspetos. O primeiro aspeto é que nós estamos já no terceiro ano de investimento nesta área e, portanto, tanto em 2022, como em 2023, e esta foi uma medida disruptiva também, porque no mandato anterior este tipo de intervenção nunca foi feita, temos vindo a intervir precisamente no sentido de criar as condições para que os acessos à floresta, digamos assim, estejam preservados e preparados para, se necessário, poderem os nossos bombeiros voluntários aceder a qualquer ponto do concelho. Temos previsto uma série de intervenções já no próximo ano e este valor vem na continuidade do trabalho que temos vindo a fazer nesta área, mas dizer-lhe também que o trabalho desenvolvido nesta área não se circunscreve só a este valor. Eu podia dizer-lhe que a Proteção Civil tem uma série de medidas ao longo do ano que também reforçam os meios que colocámos à disposição para fazer face a este tipo de necessidades.

Em relação à aquisição, não é aquisição a correlação entre a despesa e a receita e respondendo já agora, porque fizeram os dois fizeram os dois a mesma questão, necessariamente, nós temos de assegurar que qualquer exercício orçamental da Câmara

municipal no final do ano tenha um espalhamento, um respaldo da receita e da despesa é, por isso, como bem sabem também no início de cada ano está sempre previsto uma transição do saldo de gerência que tem, entre outras coisas, o objetivo de colmatar algumas necessidades orçamentais. Referi há momentos, a questão da aquisição de matéria-prima, mas há outras áreas que nós temos que reforçar, que não estão aqui, digamos que não têm aqui uma verba orçamental definitiva, porque estamos dependentes da transição do saldo de gerência e a questão é, e qual vai ser a transição do saldo de gerência? Ninguém sabe porque isso só saberemos depois de fazermos, de facto, essa transição e eu recordo que o ano passado, por exemplo, nos últimos dois dias, dois, três dias do ano, o município recebeu faturas num valor que pode ascender o ano passado ascendeu a quase quinhentos mil euros, mas é uma coisa habitual, já aconteceu nos anos anteriores e, portanto, é impossível até dia trinta e um de dezembro sabermos exatamente qual é a despesa que diz respeito ao exercício determinado ano e qual é a receita remanescente, tendo em conta que temos que liquidar o valor que dê entrada até à meia-noite do dia trinta e um de dezembro, determinado ano, portanto, essa hipotética na análise que fizeram, a hipotética discrepância tem a ver com isto que eu acabei de explicar e é colmatada desta forma que acabei de transmitir também.

Sobre a Câmara Municipal, assegurar a sua comparticipação no que diz respeito à via circular urbana, evidentemente, a Câmara Municipal terá que fazer o necessário, tendo em conta os dois milhões e cem mil euros, estão previstos no plano e Orçamento de 2024, se necessário introduzindo e redefinindo em termos orçamentais, o que for necessário no ano de 2024, tendo em conta que temos também ainda no âmbito deste mandato, o orçamento de 2025, que eu espero que não seja necessário, mas se for necessário, terá que ser tido em conta e também ter em conta o seguinte, um aspeto tem a ver com o cumprimento dos 15% e diz respeito à execução da obra. Um aspeto diferente tem a ver com a aquisição dos terrenos. A aquisição dos terrenos está circunscrito a um exercício de determinado ano ou pode ter um compromisso plurianual e, portanto, também temos, digamos, uma válvula de escape, se quisermos chamar-lhe assim de podermos distribuir essa despesa, se a sobrecarga for demasiado grande nos próximos dois anos, de distribuir essa despesa em termos plurianuais, abrangendo outros exercícios em 2026 e hipoteticamente em 2027. Não relativamente à execução da obra, mas relativamente à liquidação da aquisição dos terrenos do espaço canal de que temos vindo a falar.

Sobre a diferença orçamental a que se referiu, ela diz respeito à estratégia local de habitação e ao ITI e, portanto, tudo aquilo que diga respeito às prioridades que foram definidas pelo município da Póvoa de Lanhoso no exercício foi feito no âmbito da CIM do Ave e que define uma série de prioridades que nós esperamos que possa começar a ser executadas no próximo ano e no ano seguinte, mas, como foi aqui também já explicado no âmbito das probabilidades, ou das oportunidades possam surgir no que diz respeito à rede de saneamento, também todos os outros equipamentos que tínhamos de

candidatar estarão dependentes da abertura de aviso e, portanto, essa abertura de aviso, este é um planeamento, pode ser antecipado ou pode ser adiado ou prolongado desde que esteja circunscrito dentro do programa, está incluído, tem a estratégia local de habitação, mas não só até a maior parte do valor diz mais respeito à estratégia local de habitação está circunscrito ao PRR, como sabemos, é 100% participada pelo PRR. O ITI tem que ver com Portugal 2030 são prazos diferentes. A estratégia local de habitação termina em 2026. O Portugal 2030 tem um prazo mais alargado. Sim, tem as duas componentes.

Sobre o apoio às famílias e os dezanove mil euros de acréscimo que referiu. Essa é uma previsão que nós fazemos, não seria o primeiro ano, aliás, diria que é habitual que existam revisões orçamentais ao longo do ano, para reforçarmos determinadas rubricas que tenham a ver com programas de apoio às famílias, isso é uma coisa que sempre aconteceu e que continuará a acontecer, certamente, nós não vamos deixar de prestar apoio, nem nunca aconteceu neste mandato nem em mandatos anteriores, de termos determinada verba em orçamento e se as candidaturas superarem essa verba, as famílias deixarem de ser apoiados, não, a rubrica é reforçada, como sempre aconteceu.

Sobre a Associação Empresarial da Póvoa de Lanhoso. Nós estamos a falar de reativar, portanto, rever os estatutos, reativar a associação com novos elementos, com vários empresários que estão disponíveis para esse efeito e que deram o passo à frente, digamos assim, para que possamos ter uma nova associação empresarial, porque a denominação também será outra, será diferente que permita desenvolver o trabalho sem prejuízo, naturalmente, do trabalho que temos desenvolvido com a Associação Empresarial de Braga, mas, digamos, com uma parceria adicional, tendo em conta, naturalmente, que valorizamos muito também o papel que tem tido essa associação, nomeadamente em relação à aprovação dos bairros digitais em que teve um papel fundamental e, portanto, nós vamos querer reforçar e não substituir o papel da Associação Empresarial de Braga, e esta Associação Empresarial da Póvoa de Lanhoso tem esse propósito.

Em relação à via circular, respondia a questão orçamental sobre o plano de atividades e Orçamento, neste momento, o plano de atividades e orçamento da IP ainda não está aprovado. O que é diferente daquilo que habitualmente costuma acontecer noutros anos, portanto, em condições normais, nós estaríamos aqui a discutir o plano e orçamento do próximo ano com um plano de atividades e orçamento da IP aprovado já há uns meses, não está ainda aprovado e, portanto, o que temos feito via gabinete da Presidência, via chefe de gabinete, essencialmente é praticamente numa periodicidade semanal, pedirmos um reporte à IP relativamente à aprovação deste documento, porque é expectável, aliás, é esse o compromisso que existe, que esteja vertido no plano de atividades e orçamento da IP a verba correspondente aos 85% de participação das infraestruturas de Portugal.

Sobre os terrenos do Pinheiro, a negociação está a decorrer. Aguardamos simultaneamente, que seja feito o registo na conservatória pela própria IP, porque o registo do terreno não estava feito e, portanto, estamos há uma espécie de dois em um, eles têm que tratar do registo e assim que o registo seja feito, espero eu que a negociação esteja concluída e que possamos trazer aqui informação mais detalhada sobre este assunto.

Sobre o parque do Pontido e a aquisição dos terrenos tem a ver, obviamente, com aqueles quinhentos mil euros que estão no financiamento da última alínea que discutimos há momentos, estamos a falar da criação de um espaço de lazer adicional com vários novos equipamentos, com características muito similares àquilo que já existe nas primeiras fases do parque do Pontido que preveem, pelo menos duas travessias para que as pessoas possam interagir com as duas margens e, portanto, pelo menos duas travessias. Eu digo pelo menos, porque há a possibilidade de haver uma terceira travessia, mas tudo que tem a ver com travessias de linhas de água é altamente sensível, como bem sabemos e, portanto, temos aqui também a Agência Portuguesa de Ambiente a colaborar no sentido de podermos solucionar o necessário para que isso esteja assegurado.

Sobre o financiamento, nós vamos ter que recorrer a várias linhas e soluções de financiamento, tivemos há pouco tempo aprovada uma candidatura no âmbito do Coleopter que é um financiamento via Interreg portanto, um financiamento europeu que envolve outros agentes de outros países da Europa que já funcionou, aliás, também quando requalificámos, funcionou em termos de financiamento, quando requalificámos o pavilhão da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso foi também nesse mesmo programa no Coleopter e, portanto, temos já neste momento, uma verba aprovada que não depende da aquisição destes terrenos, nem depende da intervenção que pretendemos fazer nestes terrenos de que acabamos de falar, porque esta intervenção será levada a cabo nas margens do Ribeiro e, portanto, a intenção será de requalificar as margens, preservando a fauna e a flora presente no nosso Ribeiro do Pontido mas dando, digamos que outra apresentação e outra limpeza, aquelas margens que precisam há muito tempo de uma intervenção desta natureza. E isso está assegurado precisamente na candidatura que foi aprovada há cerca de duas semanas, duas, três semanas, sensivelmente.

Sobre a percentagem de execução da rede de água do concelho. Eu não lhe sei dizer qual é o número a data de hoje, sei dizer que no início deste mandato, estaremos a falar talvez de 93 ou 94%, se calhar até mais, mas há uma coisa que lhe sei dizer, é que, à medida que o tempo vai passando a necessidade de prolongarmos a rede de água, é constante. Dando-lhe este exemplo, há municípios, o município de Braga, por exemplo, o município de Braga considera-se que tem 100% da rede de água e saneamento mas basta que seja aprovada uma casa numa determinada rua que só tem água e saneamento até aqui e a casa é aprovada na continuidade, já não tem 100%. É preciso

fazer aqueles ramais e dar continuidade à rede, portanto, a percentagem que nós temos sendo um valor sempre a necessitar de atualização faz com que obrigatoriamente nós tínhamos que suprir necessidades como aconteceu e eu falei disso ontem, como já aconteceu em várias freguesias do concelho, eu falei de exemplos de Sobradelo da Goma, de Calvos e de Esperança, mas podia falar de Geraz, podia falar de Monsul, podia falar de Rendufinho, podia falar de uma série de freguesias, aliás, nós temos esse descritivo de quantos quilómetros. Aliás, quantos metros, porque está feito ao metro, quantos metros foram feitos de rede de água em cada freguesia do concelho neste mandato, portanto, diria que estamos acima dos 90%, seguramente sendo que à medida que nós vamos aprovando novas construções no concelho, a probabilidade dessa percentagem poder reduzir existe, porque podem estar aprovadas as construções em áreas que não tenham ainda rede de água. Estou a lembrar-me agora de uma água que colocámos no lugar de Negrelos na freguesia de Monsul que essa necessidade já existia, talvez há vinte anos ou mais e que a solução que era preconizada seria até via São João de Rei e criámos um acesso alternativo que agora vai ser pavimentado precisamente em Negrelos, mas que já tem água ao domicílio das pessoas que residem naquele espaço, naquele local.

Relativamente à ERSAR e à referência que fez da ata dessa reunião de câmara, eu estava à espera, era de ouvir a senhora deputada dizer que ficou transcrito em ata que o então presidente da Câmara Municipal tinha subscrito, tinha assinado um documento onde assumia o compromisso de cumprir determinadas metas e sabe porque é que não leu, não leu, porque não está na ATA e sabe porque é que não está na ATA, porque não foi dito e, portanto, se não foi dito aos membros da Câmara Municipal e depois a senhora deputada diz uma coisa brilhante que é, bom, mas com base na experiência política que o senhor Presidente diz que tem, era suposto ler nas entrelinhas que existiria um documento, não desculpe, não foi dito senhora deputada, se tivesse sido dito, eu não precisava que a senhora viesse corrigir absolutamente nada sabe, porque eu era o primeiro a dizê-lo, não foi nunca transmitido aos vereadores da oposição nesse tempo que o presidente da Câmara Municipal em funções tivesse subscrito um documento, um compromisso documentado que previsse alcançar determinadas metas em termos de taxa de cobertura de custos. Nunca foi dito, porque se tivesse sido dito mas quer usar esse argumento, portanto, podemos depois fazer o ping-pong que a senhora quiser não vai encontrar nenhuma ata que diga isto, porque isso nunca aconteceu. O que leu é profundamente diferente daquilo que eu disse ontem e que disse hoje, certo? Se quiser, pode reler depois podemos ir para o campo das interpretações, mas, de facto, não podemos interpretar aquilo que não está escrito. O que não está escrito é que não pode ser interpretado, portanto, em bom rigor, eu sei que gosta que eu use essa expressão, porque eu gosto de ser rigoroso, em bom rigor, foi isto que aconteceu ou melhor, foi isto que não aconteceu nas reuniões de câmara nesses mandatos.

Sobre a via circular e sobre o valor ser suficiente ou não, eu já respondi no ponto, ao senhor deputado anteriormente. Sobre as escolas e o valor que está transcrito em Orçamento. Eu penso que isso estará relacionado com o facto de desde dezembro a esta parte da delegação de competências nos diretores das escolas não ter sido renovadas, portanto, aquelas competências estão hoje no âmbito da autarquia e dos serviços da autarquia, portanto, tivemos durante determinado período essas competências delegadas nos diretores de agrupamentos desde setembro de 2023, não estão delegadas essas competências suponho que seja isso, porque o valor que está em orçamento é significativamente mais baixo, eu depreendo que seja isso, a senhora vereadora está a dar a explicação adicional que vem um bolo e não vem segmentado, portanto, não vem por rubricas, não é? Mas ainda assim seria sempre um bolo maior se as competências continuassem a ser delegadas.”

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à dúvida, manifestou da EPAVE, de facto, tem a ver com o CTE mas também com o facto de nós até a última semana, termos alguma dúvida relativamente às candidaturas ao 2030 que estão muito atrasadas, mas o Governo, e bem, colocou cá fora um normativo que vai adiantar 30% dos valores até ao final do ano, com base naquilo que foram as candidaturas no ano transato e tínhamos essa dúvida então ouve essa precaução em termos de Orçamento.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vou focar essencialmente nas questões da habitação, porque não consegui compreender, vamos ter um apoio ao empréstimo indiscutível, nós, grupo parlamentar, apresentamos ao abrigo do estatuto do direito à oposição, uma proposta concreta nesta matéria que tinha a ver com o apoio efetivo até duzentos euros, cumprindo determinados requisitos. O que eu queria perguntar é em que é que vai consistir claramente este apoio ao empréstimo e reiterar a pergunta que tinha também relativamente à operacionalização da estratégia local de habitação no que concerne aos valores avultados que estão em cima da mesa, portanto, o município vai ou não ter direito a um adiantamento que lhe permita fazer face às despesas iniciais que vão, evidentemente, existir na contratação das empresas de construção que vão levar a efeito estas obras? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começar pela tal questão da ERSAR e também porque é muito habitual a senhora deputada, Fátima Alves vir sempre com aquele ar de quase dona da razão e depois dizer aquilo que, eu não queria falar em verdade, mas aquilo que não é rigoroso, porque efetivamente ontem o que senhor presidente da Câmara disse foi que em nenhum momento foi apresentado o compromisso ou foi apresentado, ou foi dito que existia um compromisso assinado pelos senhores Presidentes de Câmara com a ERSAR em que se comprometia a cumprir as indicações dadas pela entidade reguladora e, portanto, o senhor Luís Carvalho também fez aquele à parte, ele como gosta muito de fazer esses à partes de forma irónica, da coerência não se trata só de coerência, senhor deputado, trata-se de coerência e trata-se da verdade e como ontem disse o senhor Presidente, e muito bem, nós não precisamos de ir consultar atas, porque quando falámos sempre a verdade, não temos que ir lá atrás ver o que é que se passou ou que se deixou de passar, continue com esses à partes irónicos. Sabe senhor deputado, já agora, já ontem também fez alguns à partes irónicos e deixe-me dizer-lhe uma coisa sobre a ironia, sabe que a ironia não fica bem a toda a gente e o senhor deputado quando faz esses à partes, faz-me lembrar aqueles contadores de anedotas que chegam ao final da piada e só eles é que se riem mais ninguém ri, não sei se alguém já disse isso, mas era importante rever as suas intervenções nesse capítulo.

Relativamente ao orçamento e entrando na questão, a Câmara Municipal apresenta hoje as grandes opções do plano e Orçamento para 2024. Este é um plano uma vez mais preparado e apresentado em circunstâncias reconhecidamente difíceis. Não podemos desvalorizar nem menosprezar, em primeiro lugar, a crise política recentemente instalada em Portugal, o que se reveste todas e quaisquer intenções para o futuro de alguma incerteza que não era expectável, mas que confesso também, e isto sem querer alarmar muito é só mesmo a minha opinião, estou certo que não durará muito com a eleição de Pedro Nuno Santos como próximo Primeiro-Ministro de Portugal e, portanto, a retoma das políticas que nos últimos anos conduziram o país, a resultados muito positivos e reconhecidos não só no nosso país, como também a nível internacional. E não é por acaso que um grande nome da economia mundial, reconhecido com prémio Nobel da Economia, Paul Krugman.

Eu vou continuar e vou perder um minuto a minha intervenção para explicar aos senhores deputados que é natural, quando se faz uma intervenção, se faça uma introdução à intervenção e, portanto, é isso que eu estou a fazer. E como dizia eu não é por acaso que um grande nome da economia mundial, reconhecido com um prémio Nobel da Economia, Paul Krugman se refere ao feito alcançado pelo Governo socialista

como uma espécie de milagre económico e isso quererá dizer muito acerca das políticas implementadas em Portugal. Para além desta, considero eu, breve crise política, não podemos menosprezar ou desconsiderar os efeitos visíveis da guerra que, a par dos efeitos causados pela pandemia, ditaram esta fortíssima crise inflacionista que, ao contrário do que a oposição tenta vender, não é um problema de Portugal, mas sim um problema à escala mundial, ao qual Portugal tem sabido responder acima da média, quando comparado com países da União Europeia. O panorama não é de todo um panorama favorável, contudo, esta introdução não é uma espécie de lamento, mas sim uma valorização do trabalho que também tem sido desenvolvido e daquilo que este plano nos permite perspetivar para o futuro da Póvoa de Lanhoso e dos povoenses.

Se é verdade que os primeiros dois anos foram encarados por este executivo municipal como o tempo necessário para arrumar a casa, enquanto se construíram as bases para o futuro, o que nos diz o documento aqui apresentado hoje é que vem aí o período em que se irá sentir ainda mais os efeitos do trabalho desenvolvido até aqui. Este executivo municipal tem já uma imagem de marca muito forte no que a ação social diz respeito. Já aqui fiz referência na apresentação do plano no ano transato, o que estava de parabéns, o senhor Presidente da Câmara e o seu executivo por ter a capacidade de não deixar cair medidas que vinham implementadas do passado, só porque sim, e reforçar essas mesmas medidas, ao mesmo tempo que as complementava com outras fizeram-se sentir, por exemplo, os reforços das verbas disponibilizadas para os diferentes programas de apoio e dou, a título de exemplo, as bolsas de estudo onde mais famílias foram abrangidas, onde novos critérios permitiram que mais gente fosse contemplada.

Este orçamento continua a dar-nos provas de que estamos perante um executivo que está ao lado das pessoas que percebe as dificuldades, mas não se limita às políticas sociais de esmola. Estamos perante uma gestão que entende que a melhor forma de ajudar é criando oportunidades, vejamos as alterações implementadas na revisão do Regulamento Póvoa Solidária que, para além de alargar o apoio à renda, abre aqui uma possibilidade das pessoas que são proprietárias serem contempladas com o apoio ao empréstimo à habitação. O facto de alguém, um casal, por exemplo, ter assumido o risco de comprar casa ao invés de arrendar, não define que a pessoa tenha menos necessidade para fazer face à despesa na habitação. Mais ainda neste período em que as taxas de juro assumiram valores extremamente altos, isto não é mais do que um exemplo da definição de um executivo atento às necessidades das pessoas. O projeto empresa solidária que mobiliza os empresários do concelho para ações que visam melhorar as condições habitacionais de famílias com dificuldades ainda relativamente à habitação também no ano passado, fiz referência à forma responsável e prioritária como a Câmara Municipal apresentava a estratégia local de habitação.

Estamos hoje a discutir um documento que nos anuncia o início da construção de 36 novos fogos que integrarão o Parque Público de habitação municipal e quando eu dizia no início da minha intervenção que este era o ano em que os povoenses iriam sentir os

efeitos das bases que se criaram nos dois anos anteriores, também era disto que eu estava a falar. É verdade que no ano passado, quando falávamos da estratégia local de habitação para o povoense comum era só mais uma discussão sem nada de palpável, sem nada visível, pois bem, o ano de 2024 dará esse resultado visível que as pessoas esperam e este é o primeiro de outros exemplos, anuncia-nos este plano, o início dos procedimentos para a construção do alargamento do parque do Pontido, nomeadamente aquisição de terrenos, preparação do projeto de candidatura a financiamento anuncia nos este plano a readaptação dos edifícios das escolas primárias de Taíde de Campo no sentido de instalar nesses espaços serviços de apoio às comunidades, numa demonstração daquilo que é verdadeiramente descentralizar e aproximar, anuncia-nos este plano a submissão a financiamento do equipamento Centro Interpretativo do Território a localizar no lugar do Pinheiro, que será indubitavelmente um dinamizador do turismo do nosso concelho.

Há bocado o senhor Presidente falava em cumprimento do programa eleitoral, se há alguns que prometiam ir para além da troika há àqueles que vão para além do programa eleitoral e anuncia-nos também este plano, o estudo para a criação de um tão desejado parque Desportivo Municipal que nós ansiamos que se venha a tornar uma realidade, anuncia-nos também este plano a conclusão do projeto da Via Circular urbana e entrega às infraestruturas de Portugal com previsão do concurso público e adjudicação e se tudo correr bem como esperado, o início dos trabalhos no terreno em 2024, e isto tem muita importância. Não me refiro à importância que a infraestrutura em si terá para o concelho, será só a infraestrutura mais marcante da Póvoa de Lanhoso na história da nossa democracia, mas refiro-me à importância deste Presidente de Câmara, Dr. Frederico Castro ter mudado o paradigma a que os seus antecessores habituaram os povoenses. Desde a primeira hora que o senhor Presidente apresentou o projeto e perante todas as tentativas de descredibilização, todas as tentativas de dissuasão, todas as dúvidas, houve até quem trouxesse um primeiro plano apresentado em campanha eleitoral para comparar com o plano um ano depois e tivesse ficado perplexo. Como é que é possível o plano não tinha qualquer alteração, como se não se percebesse muito bem, como era possível ser tão assertivo e tão profissional. O senhor cumpriu com a sua palavra, a Câmara Municipal dentro dos prazos que o senhor sempre apresentou, foi capaz de concluir todos os passos da sua responsabilidade para tornar o sonho realidade e muda assim um paradigma. Os povoenses têm que se habituar de uma vez por todas que consigo nos destinos do concelho, não existem promessas, existem compromissos, os povoenses têm que se habituar à ideia de que os projetos que serviam apenas para ficar no papel, deixaram de existir. É certo que, relativamente a este projeto, há ainda um caminho a percorrer até vermos as máquinas no terreno, mas é certo também que ninguém que seja intelectual honesto possa dizer que o Presidente de Câmara não cumpriu com tudo aquilo que era da sua responsabilidade.

Mas esta Câmara Municipal não se limita a focar o seu trabalho nesta ou naquela área e é por isso também que, enquanto prepara as bases destes grandes projetos, enquanto cria oportunidades e ajuda as pessoas, olha também para o concelho como um todo e no ano de 2024, uma vez mais, teremos investimentos importantes em todas as freguesias do concelho, sem exceção, criar oportunidades e também olhar para os nossos jovens e aumentar o empreendedorismo. Em janeiro de 2024 entrará em vigor o regulamento municipal de apoio ao investidor e à criação de emprego que pretende tornar o nosso concelho um concelho atrativo para os nossos investidores, não só por via da redução de custos, mas também de incentivos para que, na hora de decidir, as empresas optem pela Póvoa de Lanhoso em detrimento de outros concelhos. A StartUp que ouvimos falar desde 2013, um dos tais projetos sempre anunciado com pompa e circunstância que saiu do papel há bem pouco tempo, é um projeto que permitirá aos jovens empreendedores materializar as suas ideias, e tenho noção que estão a fazer uma intervenção exaustiva, alguns deputados estão até um bocadinho chateados, mas não enunciei nem 20% das ações, medidas, projetos que dão forma a este plano.

Este é um plano e orçamento ambicioso, mas que não deixa ninguém de fora. Um orçamento amigo das famílias, inclusivo, preocupado com os idosos, com os mais desfavorecidos, atento aos jovens, aos empreendedores, criadores de oportunidades e de olhos postos no futuro. Neste sentido, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores do executivo municipal, o Partido Socialista congratula-se, parabeniza e aplaude o executivo municipal pelo plano que aqui nos apresenta para o ano de 2024. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a vereadora Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao apoio ao empréstimo, o que está divulgado neste plano, vem no seguimento do regulamento que foi aqui aprovado por nós todos e as regras são as que lá estão plasmadas. Se bem se lembram a proposta do regulamento e no âmbito do apoio ao empréstimo, cumpre exatamente as regras que estão previstas no apoio ao arrendamento. Os critérios são os mesmos, os valores são os mesmos, os escalões são os mesmos. É isso que está vertido no regulamento e assim será aplicada a medida, aliás, já está a funcionar este ano. Já temos candidaturas em análise relativamente ao apoio as empréstimo com esses critérios de análise.

Relativamente à estratégia local de habitação. Eu vim aqui a este púlpito e não quis falar da mesa só para também enfatizar aqui a importância que tem este plano e orçamento para 2024, relativamente ao Parque Público de habitação para o concelho da Póvoa de Lanhoso, há, de facto, aqui um investimento muito grande e é assumido claramente o

primeiro direito no âmbito do PRR é uma oportunidade, é uma oportunidade para a Póvoa de Lanhoso, é uma oportunidade para Portugal. Todos nós temos consciência da importância que tem hoje em dia as questões associadas à habitação e é assumido por nós que, de facto, o PRR traz-nos aqui uma oportunidade já de avançarmos com estes 36 fogos a curto prazo e nós queremos que seja já no início do ano que vem a submissão da candidatura para estes 36 novos fogos, no Bobeiro, como já aqui explicámos na reunião anterior, mas é uma vez que não tivemos oportunidade no âmbito da consulta pública, de acordo com aquilo que estava previsto na estratégia local de habitação de adquirir e reabilitar, que é isso que está previsto na estratégia, adquirir e reabilitar mais 29 novos fogos e nós não conseguimos isso, não temos mercado para isso, vamos ter que trazer uma alteração à estratégia no sentido de transformar essa aquisição e reabilitação em construção de raiz e daí esta proposta de ser construção de raiz de mais 29 novos fogos. Paralelamente a isso e até contrariando algumas expectativas de alguns tendo em conta comparações aqui com territórios aqui à volta, estamos a ter uma boa procura por parte dos beneficiários diretos, temos já em análise e vamos ter uma reunião agora, penso que é esta semana ainda, vamos tentar criar uma bolsa de empresas de construção e de projetistas para apoiarmos depois as candidaturas dos beneficiários diretos. Temos já 25 candidaturas para ajudar a submeter no âmbito dos beneficiários diretos. Vai ser, de facto, um impacto muito positivo este do primeiro direito no concelho da Póvoa de Lanhoso e nós não vamos perder essa oportunidade e não vai ser o facto de termos que, em termos do nosso orçamento, avançarmos com o dinheiro, submeter a pedidos de pagamento de receber depois que nos vai impedir isso, estas são as regras do jogo e nós vamos cumpri-las. Esta é uma oportunidade que não podemos perder e estamos todos focados nisso e acredito que, como compreenderão e certamente estarão solidários também é uma oportunidade única e uma necessidade urgente no concelho da Póvoa de Lanhoso e não são, por isso, só deixar aqui esta informação enfatizar, de facto, a importância que tem para nós o cumprimento da estratégia local de habitação e a importância que vai ter depois em termos práticos, para a vida dos povoenses.”

Depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Quando fiz a questão do apoio ao empréstimo e estava a pouco a partilhar com o senhor Presidente de Câmara que nas entrelinhas estava a comentar que, efetivamente não me recordo de termos cá algum tipo de aditamento a esse regulamento estava a ver agora nas publicações a dizer em junho, sai uma notícia do município a dar nota da alteração desse regulamento. No entanto, como nós analisamos sempre aqui os

regulamentos em termos de assembleia não me recordava de termos cá analisado, como não me recordava que tinha sido vertido, desde já peço imensa desculpa pelo lapso. Relativamente à estratégia local de habitação, evidentemente que isto é uma oportunidade que todos nós temos que abraçar. Eu só sensibilizei esta questão devido ao esforço financeiro que o município vai atravessar nessa etapa e uma vez que estamos a discutir o orçamento e todos os constrangimentos que vamos ter ao longo dos próximos dois anos, até porque sabemos muito bem que temos muitos anúncios, muitos objetivos e esperamos que os próximos vinte e quatro meses sejam de concretização, foi apenas o alerta de todo o esforço financeiro e de precaver esta questão. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o último ponto a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 33 votos a favor e 9 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, bem como das correspondentes normas de execução orçamental, conforme dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do regimento da Assembleia Municipal.

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário a aprovação da ata em minuta, para imediata eficácia das deliberações tomadas. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade e terminou a sessão desejando a todos umas Boas Festas.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.